

25 :  
ANOS :  
GESTÃO  
AMBIENTAL NO  
MUNICÍPIO DE  
SANTO ANDRÉ



25 ANOS



GESTÃO  
AMBIENTAL NO  
MUNICÍPIO DE  
SANTO ANDRÉ



“Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações”.

*(Trecho do preâmbulo da Carta da Terra, ratificada em 2000)*

“A cidade é uma obra coletiva e interdisciplinar, formada por cada um de nós”.

*(Caio Boucinhas, arquiteto e urbanista)*

# Créditos

Texto e entrevistas: *Mariangela Devienne*

Projeto Gráfico: *Amaiscom Marcello Araujo,  
Didier Moraes e Marcelo Pacheco*

Pesquisa: *Mariangela Devienne*

Apoio: *Bianca Fontes e Magda Santos*

Revisão: *Rita Camacho*

## **Semasa:**

Superintendente: *Ajan Marques de Oliveira*

Superintendente-adjunto: *Edinilson Ferreira dos Santos*

Departamento de Gestão Ambiental:

Diretora: *Eriane Justo Luiz Savóia*

Assessora de Gabinete: *Nathalia Padovanni*

Coordenadoria de Comunicação Social:

Diretor: *Waldir Luiz da Silva*

Assistente: *Susi Elena dos Santos*

Gerente de Atendimento: *Paloma Alvarez Alonso*

Imagens: Acervo Comunicação Social do Semasa, Acervo Gabriela Priolli de Oliveira, Reproduções Diário do Grande ABC (Nário Barbosa), Reproduções do Jornal Nascente, Reproduções de notícias do clipping do Semasa, Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Santo André (Alex Cavanha, Alexandre Castellari)

## Agradecimentos:

*Ajan Marques de Oliveira*

*Fernanda Longhini Ferreira*

*Luiz Fernando Bellettato*

*Almir Cicote*

*Gabriela Priolli de Oliveira*

*Miriam Márcia de Paula*

*Carlos Pedro Bastos*

*Gilvan Júnior*

*Newton José Barros Gonçalves*

*Cleonice de Almeida Pinto*

*Ivone Emilia Maria Manzoni*

*Raphael Alberto Martins Pedro*

*Edilene Vieira Fazza*

*João Aparecido Mendes*

*Ricardo Kondratovich*

*Edinilson Ferreira dos Santos*

*João Ricardo Guimarães Caetano*

*Sebastião Ney Vaz Júnior*

*Elaine Colin*

*José Luiz Saikali*

*Stella Marla Siste*

*Elena Maria Rezende*

*Josenilda Maria da Silva*

*Sônia Maria Vigianni Coutinho*

*Eriane Justo Luiz Savóia*

*Leandro Wada Simone*

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gestão ambiental no município de Santo André :  
25 anos / texto e entrevistas Mariangela  
Devienne. -- Santo André, SP : Serviço  
Municipal de Saneamento Ambiental de Santo  
André : Prefeitura de Santo André, 2023.

ISBN 978-85-89090-04-9

1. Educação ambiental 2. Gestão pública  
3. Meio ambiente 4. Santo André (SP) - História  
I. Devienne, Mariangela.

23-181725

CDD-363.7

### Índices para catálogo sistemático:

1. Gestão ambiental 363.7

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Publicação de caráter educativo e histórico.

Distribuição gratuita. Venda proibida.

Reprodução permitida desde que citada a fonte.



# Sumário

- Prefácio \ 6
- 1 O meio ambiente integrado \ 9
- 2 Principais marcos ambientais nacionais e internacionais \ 14
- 3 Santo André: inovação e protagonismo nacional \ 17
- 4 Lei nº 7.733/1998 e a criação do Sistema Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental \ 21
- 5 Criação do Departamento de Gestão Ambiental \ 25
- 6 Educação ambiental: mobilizadora da sociedade \ 37
- 7 A fiscalização como forma de controle ambiental \ 77
- 8 Licenciamento ambiental \ 101
- 9 Comugesan: participação e controle social \ 115
- 10 Fungesan: recursos para projetos ambientais \ 121
- 11 Parque Natural Municipal do Pedroso: patrimônio ambiental de Santo André \ 125
- 12 Paranapiacaba e Parque Andreense \ 139
- 13 Novos tempos \ 153
- Posfácio \ 161
- Anexos \ 162

Crianças participam do Programa Horta na Escola, 2006





## Prefácio : METAS PARA A SANTO ANDRÉ DO FUTURO

**S**anto André evoluiu de maneira significativa no planejamento e na execução de ações e políticas públicas socioambientais, principalmente de modo transversal, ou seja, trazendo questões relacionadas à educação ambiental, sustentabilidade, geração de renda, limpeza urbana e até mesmo à solidariedade, uma vez que vivemos em coletividade e nossas atitudes influenciam o meio.

Conseguimos alinhar o desenvolvimento econômico ao sustentável de maneira muito mais efetiva, ao desenhar as ações do Plano de Metas municipal e do Santo André 500 Anos, programa que elenca os desafios e pensa a cidade para os próximos 30 anos.

Temos criado diversas iniciativas para que a cidade possa alavancar ainda mais o seu desenvolvimento, melhorando a qualidade de vida, reduzindo as desigualdades, protegendo o meio ambiente e fazendo com que as próximas gerações tenham orgulho do nosso município.

Uma das ações importantes e que nortearam a gestão ao longo dos anos é a exploração da tecnologia e a forma como podemos facilitar os serviços à população, tornando a administração pública mais ágil, transparente e eficaz, reduzindo gastos públicos.

Outra grande conquista dos últimos anos é que, por meio de compensações ambientais oriundas do licenciamento ambiental, o novo Parque do Guaraciaba se tornou realidade. Hoje, é o maior parque urbano de Santo André, levando lazer para uma área socialmente vulnerável. Desde o funcionamento do equipamento, temos superado problemas antes recorrentes no local, proporcionando mais qualidade de vida para a comunidade.

O Parque Natural Municipal do Pedroso é outra área que consideramos muito importante, onde temos investido em revitalizações e fomento ao seu uso, além de fortalecer a participação social local, por meio da constituição do Grupo Gestor do Pedroso. Nosso objetivo é atrair mais frequentadores para o parque, que é a maior Unidade de Conservação do Grande ABC.

Santo André também possui a maior área preservada da região: 61,9% do território está localizado na macrozona de proteção ambiental, sendo que mais de 55% desse total está em área de manancial. O desafio recorrente é proteger esses locais e, ainda, compatibilizar o uso do solo com as necessidades atuais, tanto nas zonas urbanas, quanto nas zonas de preservação.

Por isso, trabalhamos a revisão do Marco Regulatório e do Plano Diretor, medidas que permitem compatibilizar o desenvolvimento da cidade, atrelada à proteção de forma integral. Neste sentido, o Santo André 500 Anos também permitirá a criação de indicadores de sustentabilidade.

Viabilizar essa proteção é também investir na fiscalização e no controle ambiental, por meio da Gestão Ambiental do Semasa, em conjunto com outras áreas da administração, como a Secretaria de Meio Ambiente e o Departamento de Controle Urbano. Os investimentos também são tecnológicos, como a utilização de drones na fiscalização. Outras iniciativas também são igualmente importantes, como a formação das equipes e integração de ações – a exemplo da “Operação Sono Tranquilo”, que leva mais conforto e tranquilidade à população.

Pensar a cidade do futuro envolve viabilizarmos projetos e estudos específicos, para os quais estamos em busca de recursos, como o Estudo de Gases do Efeito Estufa, levantamento de fauna, atualização do Plano de Manejo do Parque do Pedroso, entre outros.

De forma integrada, seguimos realizando o controle ambiental e o licenciamento em conjunto com a educação ambiental, ou seja, permitindo que esses três eixos trabalhem juntos. A participação social também tem sido fundamental, seja por meio do Comugesan (Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental de Santo André) ou dos resultados obtidos em projetos socioambientais que são desenvolvidos.

A educação ambiental é a base de tudo e contar com uma política própria é um orgulho para a cidade. Santo André é pioneira nesta construção e segue sendo um exemplo para outras cidades, demonstrando o fortalecimento do município.

O licenciamento ambiental marca outro pioneirismo do município: o de ter sido o primeiro do Brasil a municipalizar o serviço, fundamental para garantir o crescimento da cidade. A informatização desse processo foi um dos grandes marcos desde a municipalização, pois tornou o serviço mais ágil e transparente, atraindo empreendedores para Santo André e demonstrando que é possível fazer gestão de forma desburocratizada e sustentável. Com a implantação do Sistema Acto para os processos de licenciamento e controle urbano, conseguimos eliminar o uso de papel, de matérias-primas e de recursos naturais, ampliando a preservação do meio ambiente.

A Santo André, do presente e a do futuro, é feita de pessoas com o desejo de transformação. O nosso compromisso para uma cidade cada dia mais sustentável é o alicerce de um conjunto de ações desenvolvidas diariamente pela Prefeitura e pelo Semasa.

*Paulo Serra*  
Prefeito de Santo André







# 1



## O MEIO AMBIENTE INTEGRADO



Manifestação durante a Rio+20



©Florian Kopp / imageBROKER / Fotorena

**A** Carta da Terra, fruto de uma ampla discussão global sobre o nosso futuro comum no planeta Terra, foi ratificada em 2000 e trouxe uma visão integradora do homem com o meio ambiente. Estamos interligados. Nós somos o meio. O meio somos nós. Ações, positivas ou negativas, – do homem consigo mesmo, com o próximo e com o meio – interferem nessa grande teia.

Ao longo dos anos, um arcabouço de ações, debates, leis e políticas ambientais, dentro e fora do Brasil, evoluiu em direção a qualificar o meio ambiente como um direito fundamental à vida. Mas é sabido que estamos muito longe da justiça social para todos, sem a qual não se conquista verdadeiramente o bem-estar planetário.

No longínquo ano de 1962, o livro *A Primavera Silenciosa*, da cientista Rachel Carson, já relacionava o meio ambiente com a saúde pública e se tornou uma referência em literatura ambiental. Passados 62 anos desse marco, estamos em direção à extinção da nossa espécie. O modelo de produção e consumo devorador de recursos, incentivado por governantes, é incompatível, moral e ambientalmente, com a capacidade de regeneração da vida na Terra.

Do ponto de vista histórico, as discussões, lutas e avanços sociais e ambientais ganham repercussão em cadeia a partir de modelos, experiências e urgências “gloais” (pensar globalmente, agir localmente). As conferências criadas pela Organização das Nações Unidas a partir de 1972 vieram ao encontro de uma unidade de princípios e compromissos que, se adotados principalmente pelos países ricos, poderiam promover o desenvolvimento sustentável, sem pôr a vida do planeta em risco.

A primeira das conferências aconteceu em Estocolmo, na Suécia, em 1972, reunindo líderes mundiais. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento estabeleceu 26 princípios sobre desenvolvimento e meio ambiente.

Houve o reconhecimento formal dos impactos das ações humanas no meio ambiente e a necessidade de medidas corretivas. A partir das discussões em Estocolmo, em 1987 foi editado o documento “Nosso Futuro Comum”, consolidando o conceito de desenvolvimento sustentável – “capaz de satisfazer as necessidades da geração atual, sem afetar a necessidade das futuras gerações”. Ou seja, sem esgotamento dos recursos da Terra. A sustentabilidade seria definida a partir das dimensões ambiental, social e econômica – interligadas e interdependentes.

Vinte anos depois de Estocolmo, aconteceu no Brasil a Rio-92, durante a qual foram assinados acordos ambientais: Convenções do Clima e da Biodiversidade; Agenda 21; Declaração do Rio para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e Declaração de Princípios para as Florestas. A Agenda 21, uma agenda de trabalho com ações globais para o desenvolvimento em bases sustentáveis e enfrentamento à pobreza, foi repercutida por governos locais, em diferentes esferas, inclusive a municipal. Em Santo André, ela foi batizada de “Santo André Cidade Futuro”.



Na Rio-92, foram firmados acordos como o da Agenda 21

No Brasil, a Constituição de 1988 foi o grande marco histórico para a proteção ambiental. A Política Nacional de Meio Ambiente, de 1981, precedeu a edição da Carta Magna, porém foi a Constituição que assegurou o meio ambiente como um direito fundamental, difuso e transindividual, pertencente à coletividade: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (artigo 225, caput).

A institucionalização das políticas públicas de meio ambiente vai sendo desenhada em momentos diferentes da história do país, mas utilizando o mesmo posicionamento global e embasamento constitucional. As legislações infraconstitucionais relacionadas ao meio ambiente regulamentam e asseguram as garantias constitucionais e a criação de políticas públicas, em nível federal, estadual e municipal.

A Constituição trouxe ainda o dever do poder público e da coletividade de preservar e defender o meio ambiente, confirmando a responsabilidade compartilhada entre governos e sociedade civil. É o que se observa no Princípio da Responsabilidade, o qual obriga quem degrada a reparar os danos ou compensá-los (§ 3º do art. 225 da Constituição Federal).



Ulysses Guimarães:  
“Declaro promulgado o  
documento da liberdade,  
da democracia e da  
justiça social do Brasil’



©Arquivo/Agência Brasil

A responsabilidade compartilhada vai aparecer, posteriormente, na seção dos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010 (artigo 6º, inciso XVII), como “responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos”, a qual divide a responsabilidade pela geração (e redução) de resíduos entre “fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos”.

Coleta de reciclável em  
Santo André (2013):  
responsabilidade  
também na destinação  
correta dos resíduos



Novamente tratando da interligação entre tudo, as políticas públicas municipais seguiram os progressos conquistados ao longo dos anos em relação às leis e debates ambientais encabeçados pela sociedade civil, em um caminho contrário às crenças e deliberações do governo federal brasileiro entre 2019 e 2022.

A Lei nº 7.733/1998, que criou a Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental de Santo André e sobre a qual versa este livro, foi um passo

concreto desse encadeamento de esforços a favor do meio ambiente – um impulso inicial para as transformações estruturais e institucionais que viriam referenciar o município como detentor de um modelo até então inédito e pioneiro de gestão ambiental associada ao saneamento básico, reforçando a máxima de que tudo se conecta e se interrelaciona.

Esta publicação pretende ser uma contribuição cronológica e histórica das ações do Departamento de Gestão Ambiental do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (Semasa). As bases constituidoras dessa gestão ocorrem em um momento ímpar da cidade, que na segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000 integram políticas públicas inclusivas e inovadoras à participação popular, em consonância com a aplicação de princípios e instrumentos trazidos pela Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental de Santo André, que acabava de nascer, coadunada com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU e importantes ações no presente.

Aos poucos, a execução dessa nova política pelo tripé educação ambiental, controle ambiental (fiscalização) e licenciamento ambiental foi incorporada à cena da cidade. Os servidores públicos municipais com atuação na gestão ambiental e os representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental (Comugesan) são coautores do presente livro, pois escreveram, com esforço e dedicação, o capítulo ambiental da história de Santo André.

Boa leitura!

Garça no lago do Parque  
Natural Municipal do  
Pedroso





# 2

## PRINCIPAIS MARCOS AMBIENTAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

1934

No Brasil, são criados o Código de Águas (Decreto nº 24.643/1934) e o Código Florestal (Decreto nº 23.793/1934).

1967

Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197/1967).

1972

Realizada a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo, Suécia, de 5 a 16 de junho de 1972).

É criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

1973

Criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), vinculada ao Ministério do Interior – primeira instituição a tratar da temática ambiental em nível federal.

Criada a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), em São Paulo, que depois teve o nome alterado para Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.

1974

Celebrado o primeiro Dia Mundial do Meio Ambiente em 5 de junho, com o tema “Só Uma Terra”.

1979

Primeira Conferência do Clima é convocada pela Organização Meteorológica Mundial (WCC-1).

1981

Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) começa a vigorar, criando o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

A Assembleia Geral da ONU designa 1980

como a Década Internacional da Água Potável e do Saneamento.

1985

Criado o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a função de definir políticas e coordenar as atividades governamentais na área ambiental.

1987

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente divulga o Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), realizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O documento estabeleceu o conceito de desenvolvimento sustentável.

Todos os 197 Estados-Membros das Nações Unidas adotam o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.

1988

Promulgada a nova Constituição Federal do Brasil, a primeira a trazer um capítulo sobre o Meio Ambiente (Art. 225), declarando-o como direito do cidadão. A CF/1988 também trouxe a questão ambiental nos princípios gerais da atividade econômica (Art. 170, inciso VI) e em outros dispositivos que tratam, entre outros, do direito de propriedade, à gestão urbana e ao gerenciamento dos recursos hídricos.

1989

Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), Lei nº 7.797 de 10 de julho de 1989 é criado para financiar projetos ambientais.

Sancionada Lei dos Agrotóxicos (Lei nº 7.802/1989).

1990

Criada a Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República.

1991

No Brasil, o Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) realiza primeiro grande investimento na área ambiental a partir de um empréstimo do Banco Mundial.

1992

Realizada, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Rio-92, durante a qual foram assinados acordos ambientais: Convenções do Clima e da Biodiversidade; Agenda 21; Declaração do Rio para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e Declaração de Princípios para as Florestas.

Extinta a Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República, é criado o Ministério do Meio Ambiente.

1995

Realizada a primeira Conferência das Partes (COP), em Berlim, Alemanha.

1997

A Lei nº 9.433/1997 institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

Realizada a COP 3, em Kyoto, no Japão, instituindo o Protocolo de Kyoto com metas para diminuição de emissão de gases do efeito estufa.

1998

Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) entra em vigor e o país passa a ter sanções penais e administrativas para condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

O PNUMA e a Organização Meteorológica Mundial lançam o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

2000

Com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (Lei nº 9.985/2000), as categorias de UCs e os instrumentos de proteção são uniformizados em uma única norma legal.

Criada a Agência Nacional de Águas (ANA), autarquia federal.

2001

Os Estados-Membros das Nações Unidas adotam a Convenção de Estocolmo. A Convenção, que inclui 176 partes, visa proteger a saúde humana e o meio ambiente

dos produtos químicos que persistem por longos períodos no meio ambiente.

2002

É realizada a Conferência Ambiental Rio+10, em Joanesburgo, África do Sul, para avaliação dos acordos e convênios ratificados na Rio-92. Mudanças climáticas (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, Protocolo de Kyoto), enfrentamento à pobreza e investimento em fontes energéticas renováveis foram focos.

Lançada a Agenda 21 brasileira, cujos trabalhos foram iniciados em 1997.

2007

Sancionada a Lei nº 11.445/2007 - Política Nacional de Saneamento Básico.

Criação do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

2009

A Conferência sobre Mudança do Clima de Copenhague, um dos maiores encontros de lideranças mundiais já realizado fora da sede da ONU em Nova York, trata do Acordo de Copenhague, incluindo meta de longo prazo de limitar o aumento da temperatura média global máxima a não mais do que 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais.

2010

Sancionada Lei nº 12.605 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) em 2 de agosto de 2010, estabelecendo instrumentos, diretrizes e responsabilidades para os setores público, privado e para a sociedade, frente à geração de resíduos.

2012

Realizada a Rio+20 – marco dos 20 anos da realização da Rio-92. Além de renovar os compromissos e avaliar avanços, dois novos temas foram ao debate: economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Instituído o Novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012).

2015

Criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 17 objetivos e 169 metas globais interconectadas, a serem atingidos até 2030 (Agenda 2030).



A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas leva a um acordo climático histórico. Em uma reunião em Paris, 195 países adotaram o primeiro acordo climático global universal e juridicamente vinculante.

2019

No Brasil, entre 2019 e 2020, pasta de Meio Ambiente perdeu atribuições, reduziu participação da sociedade civil e flexibilizou a fiscalização ambiental.

2022

Em outubro de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva se elege pela terceira vez para a presidência do País, levando a pauta ambiental como grande aposta para retomada de diálogos e relações internacionais e promessa de desmatamento zero até 2030.

Realizada a 27ª sessão da Conferência das Partes (COP 27) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), em Sharm El Sheikh, no Egito.

2023

Em julho, Governo Federal anuncia a retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), iniciativa extinta pelo governo de Jair Bolsonaro, em 2019. O Plano resultou na redução de 80% do desflorestamento do bioma entre 2004 e 2015.

Governo convoca, em agosto de 2023, presidentes de países da região amazônica e líderes da África, Indonésia e Europa para reunião da Cúpula da Amazônia.

Realizada a 28ª sessão da Conferência das Partes (COP28) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos (EAU)

Na COP 28, governo federal discursa sobre combate às desigualdades de renda, de gênero e de raça fundamental para enfrentar a mudança do clima.

Ano fecha como o mais quente já registrado no planeta desde 1850, ultrapassando 0,17°C acima do recorde anterior, de 2016.

2024

Assinado Decreto Presidencial 11.955/2024 que institui a Secretaria Extraordinária para a COP 30, a ser realizada em Belém (Pará) em novembro de 2025.

Em março, é anunciado o novo projeto do Fundo Clima aprovado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com disponibilização de até R\$ 10,4 bilhões para financiar medidas de combate às mudanças climáticas.

#### Fontes:

Marcos ambientais - Linha do tempo dos 75 anos da ONU (<https://www.unep.org/pt-br/news-and-stories/story/environmental-moments-un75-timeline>)

Nexo Jornal - A política ambiental brasileira e sua história - (<https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/A-pol%C3%ADtica-ambiental-brasileira-e-sua-hist%C3%B3ria>)

# 3

## SANTO ANDRÉ: INOVAÇÃO E PROTAGONISMO NACIONAL



Vista aérea de Santo André  
a partir do Paço Municipal

Logomarca da  
Agenda 21 Local



A cidade de Santo André é um celeiro de boas práticas e projetos em gestão pública desde a segunda metade da década de 1990. Foi pioneira e inovou em políticas de inclusão social, habitação, saneamento integrado e meio ambiente, servindo de inspiração para outros marcos legais de diferentes governos e esferas administrativas. Esse foi o caso da primeira Política Nacional de Saneamento Básico (11.445/2007), que ampliou o entendimento do conceito de saneamento, passando a abarcar água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos – modelo integrado que Santo André começou a adotar, por meio do Semasa, dez anos antes, em 1997, quando as competências da autarquia começavam a ser ampliadas com a reorganização da Administração Municipal.

Nesse sentido, as mudanças começaram com a edição da Lei nº 7.469/1997, que transferiu o serviço de drenagem ao Semasa. Dois anos depois, o Plano Diretor de Drenagem (PDD) foi lançado, sendo o primeiro do Brasil. A partir de 2000, sob o comando do prefeito Celso Daniel, foi idealizado o programa “Santo André Cidade Futuro” – uma aplicação local da Agenda 21, assinada na Rio-92 e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável – já pensava e planejava as ações necessárias para a transformação do município em um horizonte de 20 anos.

“Nós precisamos pensar e repensar o que nós queremos pro futuro da nossa cidade. O que representa o Cidade Futuro é exatamente isso: um pensar coletivo aberto a toda cidadania para que nós possamos definir aquilo que queremos e vamos construir para nossa cidade”, traz um trecho da fala de Celso Daniel em um vídeo de 1999, no qual apresenta a linha geral do projeto, conforme citado na monografia “Análise do Processo de Construção e Efetivação do Projeto Santo André Cidade Futuro”, de Rafael Doñate Ávila.

Outra característica histórica de Santo André é o funcionamento ativo dos conselhos municipais, instância de controle social da população conquistada na Constituição de 1988, entre eles o Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental (Comugesan), também fruto da Lei nº 7.733/1998,



que há 25 anos vem sendo fundamental para que a sociedade civil acompanhe e fiscalize a gestão ambiental executada pelo poder público no município.

Também a construção do Plano Diretor da Cidade, em 2004, foi um processo participativo que adotou como princípios a função social da propriedade, a sustentabilidade e a gestão democrática e participativa, culminando com a realização do Congresso da Cidade e deliberações da sociedade civil, da Academia, empresas e setor público. O município foi dividido nas macrorregiões urbana e de proteção ambiental.

A gestão ambiental de Santo André, estruturada legal e institucionalmente a partir da Lei nº 7.733/1998, é fruto desse amplo cenário de participação da sociedade civil nas diretrizes para o desenvolvimento da cidade. Com esse mesmo espírito, o “novo” Semasa foi criado, inovando e direcionando as políticas públicas na área de saneamento e de meio ambiente em Santo André.

Com a criação do Departamento de Gestão Ambiental, o Semasa dá um importante passo para uma efetiva ação na área do Meio Ambiente em Santo André. A partir de agora, o novo setor tem como sua responsabilidade a fiscalização do cumprimento das leis ambientais municipais, proteção aos mananciais, o licenciamento de empresas que vierem a se instalar na cidade e a promoção da educação ambiental. São todas ações que vão ao encontro de uma melhor e mais efetiva política ambiental para o município.

Santo André conta hoje com um considerável patrimônio ambiental que precisa ser conservado da melhor maneira possível. Nós, do governo municipal, entendemos que isso só pode ser obtido assumindo a área de proteção aos mananciais como um precioso bem não apenas para a cidade, mas para toda a região metropolitana. Sua ocupação deve ser planejada, orientada pelo respeito ao meio ambiente e controle social. Ou seja, com efetiva participação da sociedade.

Dessa forma, áreas de efetiva conservação ambiental, como parques e trilhas, poderiam conviver com regiões que suportariam moradias de diferentes padrões. Além disso, estão sendo ampliados os meios para a revitalização de sítios de valor histórico indiscutível como a Vila de Parana-piacaba, o incentivo para instalação de empresas de base tecnológica e o fomento de atividades de ensino e pesquisa.

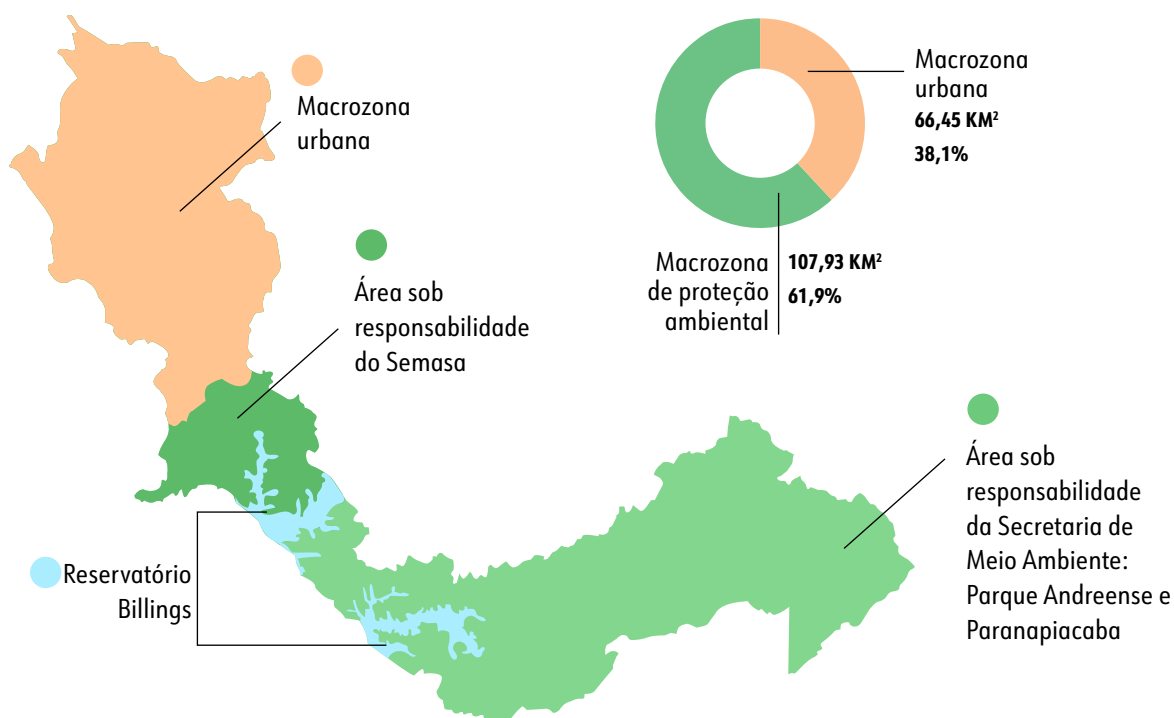
Dentro dessa ampla e complexa perspectiva de ação, o novo departamento do Semasa com suas três gerências (Recursos Naturais e Áreas de Mananciais; Planejamento, Licenciamento e Controle Ambiental e Educação e Mobilização Ambiental) terá um desafio de peso pela frente. E, por extensão, o próprio Semasa – prestes a completar 30 anos de atividade – que com suas novas atribuições torna-se agora o Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André.”

Celso Daniel  
Prefeito de Santo André

Texto de abertura da primeira publicação da Lei nº 7.733/1998, assinado por Celso Daniel

MAPA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ

Fonte: Semasa 2023







# 4

- LEI 7.733/1998
- E A CRIAÇÃO DO
- SISTEMA MUNICIPAL
- DE GESTÃO E
- SANEAMENTO
- AMBIENTAL
- 



João Ricardo Guimarães Caetano explica estrutura da gestão ambiental aos servidores dos postos de atendimento do Semasa



No fim do ano de 1998, foi publicada a Lei nº 7.733/1998, que viria a estabelecer as diretrizes da Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental e criar o Sistema Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental (Simgesa), definido como o “conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento ambiental”.

Pouco antes da edição da 7.733/1998, já havia sido editada a Lei Municipal 7.732/1998, alterando a denominação original do Semasa (Lei nº 3.300/1969) e a lei que dispunha sobre a reorganização administrativa da administração pública de Santo André (Lei nº 7.469/1997).

De Serviço de Água e Saneamento de Santo André, o Semasa passa a se chamar Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André. A partir da Política Municipal, criada logo na sequência, a autarquia ficaria responsável por todas as dimensões do saneamento ambiental integrado: água, esgoto, drenagem, gestão ambiental, resíduos sólidos e riscos ambientais (Defesa Civil). Além de água e esgoto, o Semasa já respondia pela drenagem desde 1997, e a gestão ambiental chegou em 1998. Com a 7.733, foi concedida ao Semasa a estrutura legal, física e institucional para recepcionar o Departamento de Gestão Ambiental (DGA).

Coordenado pelo prefeito de Santo André, o Simgesa é composto pelo Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental (Comugesan), como órgão consultivo e deliberativo; o Semasa, como órgão técnico e executivo; e diversas secretarias e autarquias como órgãos colaboradores. A lei também criou o Fundo Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental (Fumgesan), com o objetivo de concentrar recursos e financiar projetos de interesse ambiental.

### Meio Ambiente: Cumprindo Metas

Para explicar à população as mudanças que se sucederiam na cidade, o então superintendente do Semasa, Maurício Mindrisz, e o primeiro diretor do DGA, João Ricardo Guimarães Caetano, assinaram, em conjunto, um artigo no jornal

“Estamos organizando o futuro da área de proteção aos mananciais da cidade, onde pouco se pode fazer e, por isso mesmo, muito se faz irregularmente, e onde a legislação (que começa a ser mudada) fez com que o município pouco pudesse atuar.”

Trecho do artigo Meio ambiente: Cumprindo Metas II, *DGABC*, 28/01/1999, de autoria de Maurício Mindrisz e João Ricardo Guimarães Caetano.

*Diário do Grande ABC*. Com o título “Meio Ambiente: Cumprindo Metas”, o texto foi publicado em duas partes nos dias 27 e 28 de janeiro de 1999.

No artigo, os autores detalharam as novas atribuições do Semasa, que responderia pelos serviços relacionados à preservação e controle ambiental de Santo André, o que incluía serviços de fiscalização ambiental nas áreas urbana e de manancial, vistorias para combater a emissão de poluentes e a poluição sonora em estabelecimentos comerciais, a emissão de licenças ambientais e também a gestão da Unidade de Conservação do Parque Natural Municipal do Pedroso.

“A criação do Semasa teve o objetivo de fortalecer e instrumentalizar a administração municipal a partir de uma organização ágil e independente para executar as melhorias que a cidade necessitava”, traz um trecho do texto.

## **Entendendo as novidades**

O Semasa, e especialmente a gestão ambiental, era uma grande novidade para a cidade, seus moradores e empreendedores. Levou um tempo para que entendessem, por exemplo, as atribuições da autarquia de fiscalizar e impor sanções por irregularidades ambientais – caso de supressão de vegetação, barulho excessivo de casas noturnas e estabelecimentos similares, poluição do ar, entre outros. Na área de proteção ao manancial, maior parte do território de Santo André, o estranhamento foi ainda maior, pois na rotina local não havia, até então, qualquer percepção da presença de prestadores de serviços públicos, do Estado ou do município.

“Eu tive essa sorte de poder trabalhar com um gestor que era visionário e que compreendeu – e, mais do que compreender, investir pesado tanto em recursos humanos quanto em equipamentos e estrutura, época em que o Estado estava sendo enxugado, diminuído”, pondera João Ricardo Guimarães Caetano.

Fernanda Longhini Ferreira, gerente de planejamento e licenciamento ambiental do Semasa, começou a trabalhar na autarquia na época de sua criação: “O Departamento de Gestão Ambiental não tinha sido oficialmente criado. Já estava aqui fisicamente no prédio do Semasa, nesse mesmo andar (7º), mas ainda não de uma forma oficial. Acompanhei algumas relatorias do processo de criação da Lei nº 7.733/1998; eles (diretor e assistente) iam falando os trechos da lei e eu ia redigindo, alterando o texto. Eu os ajudei a criar formulários, os autos de infração, advertência; ajudei nesse processo de criação de documentação. Então, de uma certa forma, eu participei do processo”, recorda.

## **Motivo de orgulho**

O promotor de Meio Ambiente de Santo André, José Luiz Saikali, acompanha a cidade desde 1991 e reconhece que a Lei nº 7.733/1998 foi um marco ambiental diferenciado e importante. “Quando a 7.733 entrou em vigor no município, foi



assim... uma coisa inédita! Eu falava com muito orgulho para todo mundo que Santo André tinha uma gestão ambiental como nenhuma outra cidade do país que eu conhecesse! Mesmo cidades historicamente com fama de preocupação ambiental não tinham algo como Santo André tinha naquele momento”

Diário da Grande ABC: superintendente vai à Câmara explicar novo departamento

### Câmara debate meio ambiente

Superintendente do Semasa apresenta hoje projeto de gestão ambiental

**Monteserrat Semasa**  
 O superintendente do Semasa (Serviço Municipal de Água e Saneamento de Santo André), Mauricio Miranda, deverá entrar às 17h de hoje na Câmara Municipal esclarecendo aos vereadores detalhes do projeto de lei que cria a Política e o Sistema Municipal de Gestão Ambiental.

O líder do PT na Câmara, vereador Antonio Leite, disse que terá resposta, em plenário, a votação em regime de urgência da proposta.

O projeto não foi discutido junto a entidades da sociedade civil, como o Fórum da Cidadania da Grande ABC e representantes dos arguente e engenheiros, segundo informaram a primeira-secretária do Fórum da Cidadania, Ivone Felipe, e o coordenador do grupo de Planejamento Urbano, Fábio Vital.

Eles avaliam que é muito importante a discussão do projeto com a comunidade, antes da votação para sua aprovação.

O projeto possibilita à administração municipal atuar no licenciamento e controle de atividades potencialmente poluidoras; na fiscalização das áreas de mananciais (alçada a programas de orientação e fomento ao uso sustentável dos recursos naturais); e na educação ambiental.

Julio Ricardo Guimarães

Carrazo, coordenador de programas do Semasa que trabalhou na elaboração do projeto, explicou que hoje o município não tem “força legal” para atuar nas tribunas.

“Esse texto vai conferir ao Semasa o poder para multar, embargar obras e determinar quais penalidades poderão ser aplicadas aquelas que estiverem infringindo as determinações de proteção ao meio ambiente”, afirmou Julio Ricardo.

A proposta não elimina a atuação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, mas dá ao município competência para atuar no licenciamento de parte das atividades que hoje são exclusivas do Estado.

**Positivo**  
 O projeto do Semasa, conforme disse Fábio Vital, atende a Resolução 237 do Conselho Nacional do Meio Ambiente. “Os políticos considero uma iniciativa positiva. Mas precisamos combater o detalhamento do projeto de Santo André.”

Na questão do licenciamento, Vital disse que é preciso saber quais exigências passaram a ser feitas, quais atividades poderão ser implementadas e a necessidade de audiências públicas.

— Outra questão importante levantada é combater a proposta de composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente e sua atuação. □

LEI Nº 7.732-98 DE 15/10/1998

Proj. 01 - Grande ABC - 15.10.98 (at. 22/09/98)

ALTERA a Lei nº 3.305, de 13 de novembro de 1986, que criou o Serviço Municipal de Água e Saneamento de Santo André - SEMASA, e a Lei nº 7.466, de 21 de fevereiro de 1987, que criou o Instituto de Regeneração Ambiental da administração pública de Santo André, e dá outras providências.

**CELSO ANDRÉ DANIEL**, Prefeito do Município de Santo André, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou e promulga a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - O SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE SANTO ANDRÉ - SEMASA, criado pela Lei Municipal nº 3.305 de 13 de novembro de 1986 com as alterações que lhe foram conferidas e alteradas pela Lei nº 7.466 de 21 de fevereiro de 1987, passa a denominar-se SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ - SEMASA.

**Artigo 2º** - É composição do SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ, além das atribuições constantes no artigo 38 da Lei 7.466/87 e do inciso da Política Municipal de Meio Ambiente, aprovada no 3º mês de 1987, a seguinte estrutura legal com a seguinte redação:

“Artigo 38

“XV - realizar as ações e procedimentos estabelecidos na Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental”.

**Artigo 3º** - A Lei que dispuser sobre a Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental obriga as ações e procedimentos necessários a sua implementação;

**Artigo 4º** - Fica criado na estrutura administrativa do SEMASA, depois no artigo 4º da Lei nº 7.466 de 21 de fevereiro de 1987, o Departamento de Gestão Ambiental, cuja composição:

41 - Gabinete de Planejamento, Licenciamento e Controle Ambiental (GPLCA);

42 - Gabinete de Recursos Naturais e Áreas de Mananciais (GEREN);

43 - Gabinete de Educação e Mobilização Ambiental (GEMV);

**Artigo 5º** - Compete ao Departamento de Gestão Ambiental (DGA) executar as ações e procedimentos definidos na Política Municipal de Gestão Ambiental.

Reprodução da primeira página da Lei nº 7.732/1998, que mudou a denominação do Semasa (publicada no Diário da Grande ABC em 15/10/1998)

## Entrevista com José Luiz Saikali \*

“Os anos de 1990 a 1993 tiveram uma enxurrada de leis novas para atender o que a Constituição estipulava. É dessa época o ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente], o Código de Defesa do Consumidor, a lei de improbidade administrativa, a lei de licitações. Foi sendo construído. Era uma época que o Legislativo ainda era razoavelmente atuante.

A Lei nº 7.733/1998 foi absolutamente pioneira. Assim como a lei, a própria estruturação funcional, institucional, ali dentro do Semasa, ajudou ou promoveu a parceria conosco a partir de então. Antes da edição dessa lei, o meio ambiente era uma simples assessoria do gabinete do Prefeito.

Na primeira gestão do Celso [Celso Daniel], era uma coisa mais tímida essa questão ambiental.

A Waverli [Waverli Neuberger, que era assessora de meio ambiente na época] tinha uma formação acadêmica extremamente qualificada, mas era uma assessoria muito restrita. Era só ela e o Newton José Barros Gonçalves, um cara extremamente sério e rígido para essas questões ambientais.

A questão da fiscalização ambiental era uma coisa maravilhosa. O Celso pensava no coletivo. A criação do Semasa como órgão de gestão ambiental era uma coisa inédita mesclado com o serviço de água e esgoto, que é ambiental puro também. Então, era uma estrutura sensacional.”

\* Promotor de Meio Ambiente de Santo André

5

● CRIAÇÃO DO  
● DEPARTAMENTO  
● DE GESTÃO  
● AMBIENTAL



Passeio ao Parque das Águas em Paranapiacaba foi uma das primeiras atividades da educação ambiental



Cartaz sobre a chegada do Departamento de Gestão Ambiental



**P**ara garantir a execução da nova Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental, era preciso uma nova e robusta estrutura administrativa dentro do Semasa, o que se materializou com a criação do Departamento de Gestão Ambiental (DGA).

O primeiro organograma do DGA estava estruturado em três gerências:

- 1) Recursos Naturais e Áreas de Mananciais;
- 2) Planejamento, Licenciamento e Controle Ambiental;
- 3) Educação e Mobilização Ambiental.

Um concurso público foi realizado pela Prefeitura de Santo André em 1998 para diferentes áreas técnicas e de nível superior com o objetivo de dar corpo ao novo departamento e efetivar o início dos trabalhos.

A capa do jornal interno do Semasa, o *Nascente*, na edição de julho de 1998, anunciava o preparo para grande mudança na estrutura de serviços da autarquia, que até mudou de nome: “Projeto transforma Semasa em Serviço Municipal de Saneamento Ambiental”. A matéria explicava que o projeto de Lei nº 7.733/1998 criava as bases para uma “verdadeira política municipal de meio ambiente em Santo André e o Semasa será o principal ator nesse processo”.

Em 2006, o controle ambiental passa a ter uma gerência própria no Departamento de Gestão Ambiental, sob a qual estão as ações de fiscalização.

Planejamento e licenciamento ambiental mantiveram-se juntos, constituindo outra gerência, assim como a de educação e mobilização ambiental.



Jornal *Nascente* divulga mudança nas atribuições do Semasa, 1998

Certificação de multiplicadores ambientais, 2001



## A ‘moçada’

A novidade da gestão ambiental no Semasa chegou com um grupo de profissionais muito jovens e apaixonados pela área. Gabriela Priolli de Oliveira, diretora de gestão ambiental, entre 2001 e 2004, conta que houve um estranhamento com o jeito de pensar dessa “moçada”. O Semasa era uma autarquia de água e esgoto, formada por engenheiros, com trabalhos consolidados em saneamento básico.

“Fomos preparar o Parque das Águas para ser um local de visitação e perguntaram: ‘Mas por que vocês estão inventando de abrir para visitação?’ Eram muito atenciosos com a gente, mas existiam essas diferenças”. E conta uma delas, que ocorreu logo no primeiro evento: “Fomos eu e o João Ricardo [João Ricardo Guimarães Caetano, primeiro diretor de DGA] fazer a vistoria para a abertura do parque. Os troncos das árvores tinham sido pintados de branco e as pedras também. O João ficou muito bravo. Para o pessoal técnico, o branco deixava bonito e, para nós, tudo tinha de estar ao natural”, conta Gabriela.

Eriane Justo Luiz Savóia, que desde 2017 ocupa a direção do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa, entrou na autarquia em 2000 como bióloga e também tem recordação semelhante: “Como a gente veio para uma autarquia de saneamento, nos deparamos com o pessoal de obras, engenharia, drenagem... e estava chegando uma equipe de educação ambiental. Sentimos um pouco de resistência, porque ninguém conhecia muito o que a gente fazia, o que era educação ambiental. Chegou um departamento novo, dividindo o prédio com eles”.

## Novas atribuições

Notícia do jornal *Diário do Grande ABC (DGABC - 10/09/1998)* também trazia mais detalhes do projeto das novas atribuições que chegariam ao Semasa, debatido na Câmara Municipal de Santo André na ocasião: “o projeto possibilita à Administração Municipal atuar no licenciamento e controle de atividades potencialmente poluidoras; na fiscalização das áreas de mananciais (aliada a programas de orientação e fomento ao uso sustentável de recursos naturais); e de educação ambiental”.

Conforme explicou João Ricardo Guimarães Caetano na matéria do *DGABC*: “Esse texto (7.733/1998) vai conferir ao Semasa o poder de multar, embargar obras e determinar quais penalidades poderão ser aplicadas àqueles que estiverem infringindo as determinações de proteção ao meio ambiente”.

Com o formato trazido pela Lei nº 7.733/1998, portanto, o município de Santo André ganhava força legal para atuar em três áreas ambientais: o licenciamento, a fiscalização e a educação ambiental. O licenciamento municipal em Santo André, embora pioneiro, começou em 2003, após parceria com o Governo do Estado de São Paulo e convênio com a Cetesb.

A mudança deu o pontapé inicial para a criação do Departamento de Gestão Ambiental, conferindo-lhe poder legal para fiscalizar crimes contra o meio ambiente nas áreas urbana e de manancial (poluição sonora, do ar e do solo, movimentação irregular de terra, supressão de vegetação, entre outros); licenciar empreendimentos e promover a educação ambiental.



Anúncio dos 29 anos do Semasa informando sobre a chegada da gestão ambiental



## Trechos da entrevista com *Sebastião Ney Vaz Júnior\**

### Conexão

“Eu tive passagem pelo Semasa em três momentos distintos. Em 1998, como assistente da superintendência [de Maurício Mindrisz] para a questão da drenagem, fizemos o primeiro Plano Diretor de Drenagem do Brasil. Foi bem importante porque também os funcionários começaram a entender que era preciso ter leis, regramento para as coisas. E me lembro que os serviços foram se incorporando ao Semasa e que tinha de ter lá, obviamente, uma Política Municipal de Meio Ambiente que assegurasse ao Semasa fazer a junção dos serviços, as assunções, para ser o executor da política. O consolidado era o saneamento stricto sensu; depois entrou a ‘prima pobre’ como a gente brincava – a drenagem – e entrou o meio ambiente fazendo esse elo de conexão entre todos. Com a saída do Maurício, eu fiquei superintendente (...) A gente tinha uma estrutura bem boa quando o Meio

Ambiente foi para o Semasa. Foi feito um concurso específico para agentes ambientais, para profissionais da área, entrou muita gente com capacidade alta. Depois, muitos saíram porque não tinha perspectiva de crescimento, plano de cargos e salários. Mas passou muita gente boa por lá, até pelo sucesso de Santo André – claro, e da vontade política de fazer. Então, tinha essa questão da vontade política quando a lei municipal foi elaborada e deu condições para o município pleitear todas essas questões ambientais, principalmente o licenciamento. A gente acreditava que ia melhorar muito essa questão dos empreendimentos que queriam se instalar no município, porque a gente estava dentro do território e poderia conversar com empreendedor muito mais fácil. E de fato isso aconteceu.”

---

\* Engenheiro, duas vezes superintendente do Semasa.

Funcionários do Departamento de Gestão Ambiental, 1998



### Novidade

Tudo era bastante novo, mas o licenciamento municipalizado gerava ainda mais questionamentos. “Falava-se que, no município, haveria suscetibilidade a pressões, que o município seria mais fácil de ser manobrado e manipulado e que seria uma insanidade e uma irresponsabilidade assumir as atribuições do licenciamento na gestão ambiental”, lembra o primeiro diretor de gestão ambiental, João Ricardo Guimarães Caetano.

A diferença fundamental, para João Ricardo, foi Celso Daniel estar à frente da gestão municipal, pois ele vislumbrou a oportunidade de o município exercer o seu poder político. Ao trazer o licenciamento de empreendimentos de impacto local para o Semasa, o município conseguiu acelerar o processo, despertando o interesse dos empresários e atraindo novos investimentos para a cidade. Antes, o serviço era realizado pela Cetesb, responsável por executar o licenciamento em todo

o Estado. O Departamento de Gestão Ambiental começou a ser constituído a partir de 1998, abrigando 40 agentes ambientais e 17 profissionais de nível superior. Um deles era o engenheiro civil Luiz Fernando Bellettato.

## Trechos da entrevista com *Luiz Fernando Bellettato\**

### Olhar voltado para o manancial

*“Eu cheguei ao Semasa logo depois que foi promulgada a Lei nº 7.733/1998. Fiz um concurso público da prefeitura (engenheiro civil) – as vagas dos funcionários que chegaram no Departamento de Gestão Ambiental do Semasa, inclusive a minha, eram vagas que foram abertas na Secretaria Municipal de Habitação. Cheguei na Habitação e mandaram eu me apresentar no Semasa. Cheguei no sétimo andar, tinha uma fila de pessoas. Não tinha nada no andar, era só o piso e mais nada. Isso é uma coisa engraçada, porque eu cheguei e o João Ricardo [primeiro diretor de Gestão Ambiental] estava sentado atrás de uma mesinha. O pessoal todo lá, em pé, esperando. Porque não tinha mais nada no andar. Mais nada, era um breu. E ele chamava um por um, aí me chamou e ele falou: seu nome? ‘Eu sou o Luiz Fernando Bellettato’. Ele falou: ‘você é engenheiro civil, né?’ Eu disse: ‘sou’. E ele foi bem direto: ‘o que*

*você sabe de gestão ambiental?’ E ficou olhando para a minha cara... Eu olhei para a cara dele e falei assim: olha, João, eu posso te contar uma história, mas você prefere uma história ou você prefere a verdade? O João disse: “a verdade”. E eu falei: sou formado na Escola de Engenharia Mauá, a única matéria afim com o tema que eu tive foi ecologia e era uma matéria que a maioria do pessoal matava a aula porque ninguém dava muita atenção para ecologia. A minha formação é em obras, comecei com cálculo de estrutura, mas eu curto muito a área, eu leio bastante coisa, eu sou bem interessado pela área de gestão ambiental, uma área nova. João falou: ‘era tudo que eu queria ouvir. Obrigado. Você vai trabalhar, por enquanto, lá na unidade do Paraíso, você pode se apresentar lá.’”*

*\* Engenheiro; gerente de controle ambiental (2006-2009) Gestão Ambiental (2009-2012).*

## REFORMAS À VISTA

O Departamento de Gestão Ambiental do Semasa teve sua estrutura administrativa detalhada na Lei nº 7.733/1998 para que pudesse executar ações e procedimentos definidos na Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental, por meio de suas três gerências. Embora o departamento tenha se mantido como uma diretoria dentro do Semasa, mudanças administrativas ocorridas nas trocas das gestões municipais reconfiguraram o organograma da autarquia e da área, promovendo reestruturações em suas atribuições.

*“A Câmara aprovou por unanimidade o projeto de lei que cria no Semasa o Departamento de Gestão Ambiental e o Semasa ganhou novo nome: Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André.”*

*(Jornal Cidades em Debate - 23/10/1998)*

“Quarenta agentes ambientais e 10 profissionais de nível superior concursados este ano, além de engenheiros, assistentes e auxiliares administrativos vindos da prefeitura, entre outros funcionários”.

(Jornal *Cidades em Debate*, 23/10/1998)

Dentre as mudanças trazidas pela reforma administrativa em 2001, a Gerência de Recursos Naturais (Geren), lotada no Departamento de Gestão Ambiental do Semasa, foi extinta. A reforma criou a Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense, aproximando a administração municipal da área de manancial e de sua comunidade.

A subprefeitura tinha entre suas responsabilidades: elaborar e implementar ações para a melhoria contínua da qualidade ambiental na região; desenvolver ações para conservar os recursos naturais; fomentar a implantação e licenciar empreendimentos econômicos ambientais e economicamente sustentáveis locais; promover a fiscalização ambiental, de posturas municipais e de controle da ocupação irregular; fomentar o turismo, particularmente, ecológico, histórico e esportivo; e desenvolver a política de educação ambiental para a região. Os servidores da Geren passaram, então, a integrar o quadro da subprefeitura. O ex-diretor de gestão ambiental do Semasa, João Ricardo Guimarães Caetano, foi nomeado como subprefeito e criou uma estrutura administrativa e de serviços ambientais bastante semelhante àquela que dirigiu enquanto esteve no Semasa.

## Trechos da entrevista com João Ricardo Guimarães Caetano\*

### O que você propõe?

*“Eu cheguei em Santo André para trabalhar em 1996 ou 1997. Eu cheguei na área de manutenção urbana, para ser assistente da Secretaria de Serviços Municipais, mas eu vinha da área de meio ambiente.*

*Na época, existia uma Coordenadoria de Meio Ambiente, sem nenhuma intervenção mais estratégica. Aquilo me incomodava muito, porque eu sabia que o Celso era um prefeito visionário, e eu comentava isso com algumas pessoas. Até que um dia me chamaram para conversar e perguntaram: ‘O que você propõe?’*

*Aí, eu apresentei todas as questões que já tinham vindo do Conama e que discutiam a descentralização da gestão, a competência dos municípios e toda aquela base. Falei que, ali, existia um filão importante para que o município pudesse atuar no sentido de montar uma estrutura, de modo que essa estrutura garantisse, por um lado, quali-*

*dade ambiental para o município, fazendo e aplicando a legislação ambiental, e, por outro, ajudar o próprio município, na medida em que poderia ser o licenciador de algumas intervenções que ocorreriam, inclusive, em obras municipais. Isso poderia nos livrar de algumas demoras e burocracias dos órgãos estaduais.*

*Conversei sobre isso e passaram-se alguns meses e me procuraram novamente. O Maurício Mindrisz [então superintendente do Semasa] me procurou e me pediu para eu rascunhar uma proposta de estrutura, e eu rascunhei uma proposta de estrutura das melhores possíveis. Eu falei: ‘Já que estão me pedindo um sonho, vou escrever o sonho’ (...) ‘bom, vou fazer, mas acho que não vai rolar, porque envolverá uma área que, normalmente, as pessoas e o governo não empoderam’.*

*Então, eu fui rascunhar certo de que se aquilo um dia fosse implementado, seria reduzido, esquarterado. Aí, passaram-se mais alguns meses e o Mau-*

### Trechos da entrevista com João Ricardo Guimarães Caetano (cont.)

*ício me procurou dizendo: 'Olha, nós falamos com o prefeito; o prefeito gostou, topou, vai montar a estrutura e quer que você seja o diretor aqui do Semasa, porque nós estamos trabalhando com a concepção de transformar o Semasa de uma autarquia de água e esgoto em uma autarquia de saneamento ambiental, concentrando, no Semasa, a gestão ambiental, a defesa civil, os resíduos sólidos, a drenagem...' acho que a drenagem já estava, se eu não me engano (...) fazendo do Semasa uma autarquia modelo naquele momento, unificando todos esses braços da gestão ambiental urbana.*

*Para minha surpresa, a proposta foi implantada naquele formato: uma estrutura mesmo, com profissionais que precisariam ser concursados e contratados, e, para mim, isso ocorreu exatamente da forma que a gente havia projetado.*

*Nós tivemos uma sorte muito grande, porque, nesse primeiro concurso, que foi o que eu acompanhei, nós conseguimos selecionar profissionais muito jovens e bons. Era gente que estava muito a fim de desbravar aquela fronteira."*

**\* Engenheiro, primeiro diretor do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa.**

## A COMPRA DA VILA

Em 2002, a Prefeitura de Santo André compra a Vila de Paranapiacaba da Rede Ferroviária Federal, integrando o território andreense administrativamente: a parte urbana, os mananciais e a vila histórica. João Ricardo Guimarães Caetano, ainda enquanto diretor do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa, explicou, no *DGABC* de 30/11/2000, o objetivo das mudanças: "A ideia é continuar o planejamento e o desenvolvimento dessas áreas, com uma ocupação ordenada do território".

O Departamento de Gestão Ambiental do Semasa manteve os serviços de licenciamento, fiscalização e educação ambiental na área urbana e na área de manancial, tendo como limite de atuação a região do Parque Natural Municipal do Pedroso – Unidade de Conservação gerida pela autarquia. A mesma reforma trouxe a Defesa Civil para o Semasa como uma nova diretoria, responsável por promover e divulgar o caráter preventivo dos riscos ambientais.

## DE SUBPREFEITURA A SECRETARIA

O médico Aidan Ravin vence a disputa pela Prefeitura de Santo André em 2008 e, em 31 de março de 2009, publica a Lei nº 9.121/2009, que promoveu uma nova reorganização da estrutura administrativa e organizacional da administração pública municipal.

Entre outras mudanças, a lei extinguiu a Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense, criando a Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Pa-

*"O Semasa, responsável pela gestão dos serviços de água, coleta de esgoto, drenagem, resíduos sólidos e gestão ambiental, conta hoje com a adesão da população de forma significativa na condução das ações que colocam a autarquia como referência nacional no encaminhamento das soluções para estes complexos problemas urbanos."*

*(Diário do Grande ABC, 01/10/01, trecho do artigo de Cheila Bailão, então diretora do Departamento de Resíduos Sólidos do Semasa)*





Paranapiacaba e Parque Andreense (*mais detalhes no capítulo 12 - Paranapiacaba e Parque Andreense*).

Pela nova configuração, a secretaria passou a contar com um Departamento de Apoio Administrativo, uma Gerência Administrativa, uma Gerência de Obras e uma Gerência de Projetos de Paranapiacaba.

Já o Departamento de Meio Ambiente tinha como subordinados a Gerência de Planejamento, Licenciamento e Controle Ambiental, a Gerência de Fiscalização Ambiental, a Gerência de Educação e Extensão Ambiental e a Gerência de Recursos Naturais.

As ações de fiscalização, licenciamento e educação ambiental na região continuaram sob responsabilidade da secretaria, sem participação direta do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa.

## **NOVA MUDANÇA EM 2017**

Em 2017, a Prefeitura de Santo André, na primeira administração do prefeito Paulo Serra (2017-2020), traz novidades para a gestão ambiental da cidade, com a criação da Secretaria de Meio Ambiente, incumbida de responder pelas diretrizes ambientais em Santo André. Em um primeiro momento, a área de gestão ambiental passaria a integrar a estrutura da secretaria. Porém, optou-se posteriormente em manter o Semasa vinculado à secretaria, mas com autonomia administrativa-financeira.

Com a reforma, as ações de educação e mobilização ambiental; controle ambiental; e planejamento e licenciamento ambiental aumentaram a abrangência geográfica de atuação, voltando a atender todo o território andreense, inclusive a região de manancial, que desde 2001 mantinha estrutura ambiental própria, primeiro como subprefeitura e, depois, como secretaria. A reforma também transferiu a Defesa Civil para os quadros da administração municipal.

## Trechos da entrevista com *Eriane Justo Luiz Savóia\**

### Transição

*“Cheguei ao Semasa exatamente na transição, quando foi criada a Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense, de 2000 para 2001. A equipe estava sendo dividida; uma parte ficaria trabalhando na subprefeitura e a outra parte ficaria no Semasa. Entrei como bióloga na Gerência de Educação e Mobilização Ambiental. Como eu era a única bióloga, trabalhava com o pessoal do licenciamento e fiscalização, que era uma gerência só, a Geplan. Atuava em projetos de educação ambiental, vistorias, fiscalização e licenciamento na parte de áreas verdes – que é toda a parte de análise de vegetação. Fazia as vistorias para controle da vegetação, por conta da área sensível do manancial, para verificar se havia autorização para supressão.*

*Vejo bastante mudança em relação à educação ambiental que tinha no começo; tipo de atividades e objetivos da educação ambiental. Quando o departamento estava começando, as diretrizes*

*da educação ambiental eram mais voltadas para ações informativas, exatamente para divulgar o que era a questão ambiental.*

*E, depois, com o decorrer dos anos, a educação ambiental foi tomando um corpo diferente, aí já tinham projetos que eram mais contínuos, mas, no princípio, as atividades eram mais informativas. Existia um programa muito interessante de visitas monitoradas no Parque do Pedroso. Tinha um espaço que se chamava Recanto Arco-Íris, que era uma parada antes de entrar na trilha. Levávamos escolas e grupos organizados para fazer essas visitas monitoradas. Um projeto que ficou bastante tempo foi o Caminho das Águas; ele veio da época da Coordenadoria de Meio Ambiente, de 1997. Trabalhamos vários grupos, com rede municipal, estadual, escolas particulares.”*

---

**\* Bióloga, diretora do Departamento de Gestão Ambiental.**



Recanto Arco-Íris no Parque do Pedroso, 2008

# Notas

2003

## Conferência ambiental na China

O serviço integrado prestado pelo Semasa foi destaque na Conferência sobre o Meio Ambiente ocorrida na cidade de Chendge, na China, em setembro de 2003. No evento, parte do Programa Ecológico Internacional de Intercâmbio Pentagonal, formado

por cinco cidades-irmãs, também destacou a aquisição da Vila de Paranapiacaba, a criação do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba e as principais mudanças ocorridas na paisagem de Santo André. A Conferência permitiu a discussão de programas para questões ambientais de importância mundial. A autarquia foi representada pelo então superintendente, Sebastião Ney Vaz Júnior, e pelo assistente técnico da superintendência, Marcelo Bispo.



Reprodução de matéria do jornal *Nascente* de 2003

## Prêmio Gestão Ambiental

Em 2003, três programas do Semasa foram finalistas do Prêmio Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas: a “Gestão de Resíduos Sólidos”; o “Programa de Incorporação dos Serviços de Drenagem, Gestão Ambiental, Gestão de Resíduos Sólidos e Gestão de Riscos Ambientais em uma autarquia de Saneamento Básico” e o “Programa Integrado de Melhoria Urbana”.

## Representação em fóruns ambientais

Santo André ganhava representação em dois fóruns ambientais importantes em julho de 2003. Sebastião Ney Vaz Júnior, na época superintendente do Semasa, passou a ser coordenador Regional Sudeste da Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente (Anamma) e representante da entidade no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), com direito a voto na Câmara Técnica de Controle da Qualidade Ambiental.

Frei Betto e Sebastião Ney Vaz Júnior

## Frei Betto nos 5 anos da lei ambiental

Um debate com foco em ética e meio ambiente marcou os cinco anos da Lei nº 7.733/1998 em Santo André, tendo Frei Betto como convidado. À época assessor especial da Presidência da República, Frei Betto falou sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, direitos e deveres em relação ao meio ambiente, além de ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e degradação ambiental. O evento ocorreu em junho de 2003 na sede da Fundação Santo André.



2005

## Encontro Nacional da Anamma

Santo André sediava, em agosto de 2005, o Encontro Nacional da Anamma (Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente) para discutir o fortalecimento do poder local na gestão ambiental dos municípios. O evento foi aberto por Marina Silva, então ministra de Meio Ambiente: “A vida em comum se expressa no poder local e o que nós fazemos localmente atinge o nosso país”, disse Marina em seu discurso de abertura. Temas como o “Desafios do Desenvolvimento Regional Sustentável” e um painel sobre a “Experiência de Descentralização Integral: a Implantação do Sistema Municipal de Meio Ambiente” fizeram parte dos debates.



Palestra de Marina Silva. À esquerda, o então prefeito João Avamileno; à direita, o ex-deputado federal Vanderlei Siraque.



Estande do Semasa no saguão do Teatro Municipal durante a 15ª Anamma

## Programa das Nações Unidas pelo Meio Ambiente

Em 2005, o Semasa integrava a rede internacional para intercâmbio de experiências na área de Gestão Ambiental: a Rede de Autoridades para a Gestão Ambiental em Cidades da América Latina e Caribe, organizada pelo Programa das Nações Unidas pelo Meio Ambiente (Pnuma). A autarquia foi convidada porque já participava de outras Unidades Temáticas de Meio Ambiente em instâncias internacionais, como a Rede URB-AL, ligada à Comunidade Européia, e a Rede Mercocidades, que congregava municípios do Mercosul.

## Empresa do Ano

A revista Saneamento Ambiental (Signus Editora) concedia ao Semasa o título “Empresa do Ano” na categoria municipal. Apesar de voltada ao saneamento, um dos critérios para a premiação foi a atenção dada pela autarquia às ações de preservação ambiental.

2013

## Maior participação no CBH-AT

A partir de 2013, representantes de Santo André passaram a ter participação ativa no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – CBH-AT, como no subcomitê Billings-Tamanduateí. Dentro do CBH-AT, o subcomitê é a instância mais próxima dos municípios e das organizações sociais, e um espaço importante para garantir transparência e controle social a respeito dos mananciais do ABC.



Seminário  
Desafios  
Ambientais  
Contemporâneos,  
2015



## Desafios ambientais

Em junho, como parte das atividades do Mês do Meio Ambiente, foi realizado o seminário 'Desafios Ambientais Contemporâneos' com objetivo de refletir sobre as principais problemáticas ambientais e seus impactos na cidade. O encontro foi composto por mesas redondas que discutiram temas como logística reversa de resíduos, impactos da escassez hídrica e sustentabilidade na gestão de resíduos de construção civil e demolição.

2018

## Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental

O Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais (Ibeas) realizou em novembro, na Universidade Metodista, em São Bernardo do Campo, o IX Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental (Congea) com o tema "Gestão Ambiental e o Meio Urbano". O Semasa participou do evento com diferentes temas, entre eles o licenciamento ambiental municipal. Uma visita técnica ao Aterro Sanitário de Santo André também foi realizada como parte das atividades.



Débora Stefanelli, então encarregada de licenciamento no Semasa, participa da mesa sobre licenciamento no IX Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, 2018

# 6

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MOBILIZADORA DA SOCIEDADE



Participantes do Programa de Jovens  
no Parque do Pedroso, 2005



Adolescentes do Juventude Esperança do Amanhã plantam sementes



**A** Gerência de Educação e Mobilização Ambiental (Gema) é mais um pilar da gestão ambiental do Semasa, instituída pela Lei nº 7.733/1998. Sob o guarda-chuva da educação ambiental, inúmeros programas, projetos e ações foram realizados ao longo dos 25 anos de vigência da lei. Os artigos 60 e 62 estabelecem que a educação ambiental deve permear todas as ações da autarquia e da Prefeitura de Santo André, atendendo toda a comunidade, prioritariamente por meio das redes de ensino formal, e também por meio de entidades, de maneira a formar agentes multiplicadores.

É a educação ambiental que deve garantir o suporte à implementação da Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental em caráter amplo e permanente, e isso inclui diversificar o público e o alcance de seus projetos no município. São exemplos da ampliação desse diálogo social as ações voltadas ao público da terceira idade do Centro de Referência do Idoso de Santo André (Crisa) e as desenvolvidas junto aos jovens que cumprem medidas socioeducativas na Fundação Casa. Mesmo no auge da pandemia do Coronavírus, em 2020 e 2021, o setor manteve a comunicação com a população, disponibilizando atividades *on-line* no site da autarquia e levando profissionais para conversar sobre temas ambientais por meio de bate-papos virtuais.

**Gabriela Priolli de Oliveira,**  
diretora de gestão ambiental entre 2001 e 2004

*Em termos de Brasil, a gente não tinha referencial do que era a educação ambiental no poder público. A Política Nacional (de Meio Ambiente) teve destaque quando o Ministério do Meio Ambiente assumiu a educação ambiental. Isso foi com a Marina Silva, anos depois. Então, a educação ambiental não tinha esse destaque, não era institucionalizada formalmente como fez o Semasa. Só de ter uma Gerência de Educação Ambiental já foi um grande marco, estava ali dentro do departamento junto com todas as áreas, no mesmo grau de importância, e conversava com essas outras gerências para ações conjuntas.”*

## O começo

Em 1999, a Gestão Ambiental dava seus primeiros passos no Semasa e na cidade de Santo André, sendo preciso atender uma enorme gama de necessidades na área e sensibilizar as pessoas sobre um tema tão rico quanto vasto e ainda desconhecido. Era comum o entendimento de que falar de meio ambiente se reduzia à ecologia e ambientes protegidos – à natureza e recursos naturais, fauna, flora, apartando o ser humano como integrante do meio, seja ele natural ou modificado. Ainda hoje, esse entendimento perdura, mas em menor grau.

Além disso, tratar das questões ambientais em Santo André trazia mais desafios: 61,9% da área do município está dentro da Macrozona de Proteção Ambiental, sendo 55% em Área de Proteção e Recuperação aos Mananciais (APRM). A educação ambiental precisaria provocar reflexões a respeito desse meio, entender o território e seus moradores, apoiando-se na legislação ambiental que acabava de nascer para as diretrizes do que seriam as práticas em campo, no contexto local, em sala de aula e fora dela – na educação não formal.

“Quando eu cheguei na prefeitura, em 2010, eu conhecia só a parte urbana, eu não sabia que a cidade era tão grande e tinha quase 62% de seu território em área de proteção ambiental”, recorda Edilene Vieira Fazza, que foi agente ambiental na região de Paranapiacaba e Parque Andreense.

Fabio Picarelli, secretário da pasta de Meio Ambiente de Santo André desde 2017, confessa que também levou tempo para “descobrir” esse outro lado do município. “O que tenho mais orgulho - e que aparece pouco para a população que está na área urbana - é a fiscalização rigorosa dessa área, como poucas cidades fazem. E todos fiscais treinados pelo Semasa. Daí a importância desses 25 anos da gestão ambiental feita pela autarquia, pois toda a estrutura existente hoje vem do trabalho que foi desenvolvido pelo Semasa. A proteção dos mananciais é o maior ativo que Santo André terá no futuro: a produção de água”, afirma Picarelli.

Apesar da divisão territorial dos serviços de educação ambiental após 2001, a legislação utilizada desde a criação da subprefeitura sempre foi a 7.733. “Toda a estrutura de educação ambiental, de licenciamento e fiscalização ambiental que havia na região de Paranapiacaba e Parque Andreense tinha a mesma fonte de lei; a legislação é a 7.733”, destaca Edilene, que procurava mostrar, nas atividades ambientais, “este outro lado de Santo André” – tão grande e importante do ponto de vista ambiental”.



## Meio ambiente em sua totalidade

A Lei nº 9.738/2015, que instituiu a Política Municipal de Educação Ambiental em Santo André, ainda não estava em vigor, mas a Educação Ambiental já trabalhava as suas ações concebendo o meio ambiente em sua totalidade: considerando os diferentes aspectos do território e a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico, o político e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.

Ao Semasa, cabia estar presente na área de manancial para protegê-la, utilizando instrumentos legais como o licenciamento e a fiscalização ambiental. À Educação Ambiental, um passo a mais: unir proteção ambiental ao uso adequado dos recursos naturais, com incentivo a atividades de geração de renda compatíveis com a área.

## Ecoturismo

A Lei nº 7.733/1998 trouxe expresso o papel dos agentes da Gestão Ambiental na proposta de ações educativas, informativas e formativas, junto aos moradores da região de manancial. Uma das ações para incentivar o desenvolvimento econômico local foi o ecoturismo. A Vila de Paranapiacaba sediou o evento “Curso de Desenvolvimento do Ecoturismo” em janeiro de 2000, abordando temas como Turismo e Organização de Eventos em Paranapiacaba; Alimentos e Bebidas Típicos e o Mercado Turístico, de forma a oferecer subsídios para que o turismo local se tornasse uma fonte de renda.

Gabriela Priolli de Oliveira também se recorda da importância dessa vertente da educação ambiental para a área de manancial. “Tínhamos uma parte das atividades voltada para escola, alunos, visitação. E tinha a sensibilização de moradores, de buscar opções socioeconômicas para a área”.

## Responsabilidade ambiental de Santo André

O objetivo do Semasa era conseguir enxergar a cidade toda, nos seus diferentes territórios, e sensibilizar a população para a importância das áreas de proteção aos mananciais para a produção de água, a qualidade de vida e a biodiversidade. Quem mora na macrozona urbana precisa saber qual é a responsabilidade ambiental de Santo André, assim como os munícipes residentes na área de manancial. O Semasa desenvolve um trabalho detalhista e constante nesse sentido, estimulando o cuidado e a sensação de pertencimento à cidade para que os munícipes sintam-se integrados ao meio ambiente, fortalecendo a preservação ambiental e a adoção de práticas sustentáveis.

## Tanque-rede e apicultura

No início dos anos 2000, um dos focos foi a criação de peixes, como a tilápia, em tanques-rede. Moradores passaram por uma formação para montar seus tanques. Enquanto conheciam mais sobre a importância de proteger a área natural, tornavam-se “fiscais” ao também denunciar construções irregulares e desmatamentos.

Ainda em 1999, a Gerência de Recursos Naturais, que fazia parte da estrutura do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa, trabalhava para incentivar a apicultura como atividade econômica viável para moradores do manancial. Os engenheiros agrônomos Valdemar Campião Jr. e Luiz Carlos Mazini explicavam as vantagens e os custos. Um conjunto de colmeias foi instalado em um sítio no Parque das Garças. Segundo os técnicos, a montagem de um apiário era barata e o retorno, rápido. Os interessados recebiam apoio técnico e instruções para compra de equipamentos e venda do produto.

### Trechos da entrevista com Elaine Colin\*

#### **Olhar voltado para o manancial**

*“Santo André tem essa questão do território que é muito específica. Já naquela época, os gestores tinham esse olhar voltado para o manancial. Em 1999, quando eu entrei, havia um foco muito específico em trabalhos na área de manancial. Eu estava direcionada para a fiscalização, mas, em abril de 1999, a gente estava fazendo uma campanha porta a porta de sensibilização referente à questão de recursos hídricos e de saneamento na área do Parque Miami. Foram alguns meses que toda a equipe ficou envolvida na ação, não só a educação ambiental, mas também a fiscalização.”*

#### **Indispensável à Política de Gestão e Saneamento Ambiental**

*A Lei nº 7.733/1998 coloca a educação ambiental como indispensável para a implementação da Política, e também traz uma grande responsabilidade sobre o Semasa, para coordenar a educação ambiental no município como um todo. Com a criação da Subprefeitura de Paranapiacaba e*

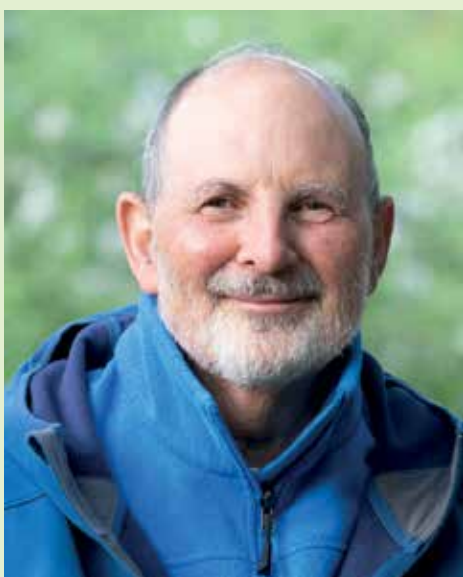
*Parque Andreense, houve o desmembramento. Metade da equipe ficou na parte macrozona urbana e metade das pessoas foi para Paranapiacaba. No começo, achei que não dava. Eu era uma adolescente, estava estudando, mas depois entendi que foi a melhor coisa para a minha história profissional.*

#### **Equipe multidisciplinar**

*A lei é de outubro de 1998 e foi um momento muito bacana, porque, se a gente for pensar, vínhamos da Rio-92. Então, seis anos após a Rio-92, Santo André inova com a 7.733, porque ela traz um olhar bem amplo sobre a gestão ambiental e o pensamento lá na frente. Era uma equipe muito jovem e grande – a educação ambiental, por exemplo, tirando os técnicos, tinha, mais ou menos, de 13 a 15 agentes. A equipe da educação ambiental, principalmente, era multidisciplinar. Tinha biólogo, sociólogo, assistente social, pedagogo... Os agentes ambientais, apesar de serem de nível médio, eram estudantes, principalmente da área de biologia.*

## Workshop com Joseph Bharat Cornell

Em 1999, quando acabou a ação “porta a porta” que fizemos no Parque Miami, fiquei na educação ambiental e, naquela época, nós criamos os primeiros programas de formação de professores, o “Água Limpa”. A gente desenvolveu todo o material pedagógico para a formação de professores. Eram encontros presenciais em que se envolviam tanto os agentes ambientais quanto os técnicos. Tinham as visitas monitoradas à Vila de Paranapiacaba e Parque das Águas; e no Recanto Arco-Íris, que era no Parque do Pedroso. Era um excelente espaço pedagógico. Hoje se fala muito da importância da relação da criança com a natureza, do resgate da relação das pessoas com a natureza, e a gente já fazia isso em 1999. No Recanto Arco-Íris, por exemplo, a gente promoveu alguns workshops com Joseph Cornell, uma referência sobre a importância da relação da criança com a natureza.



©Arquivo pessoal de Joseph Bharat Cornell

Joseph Bharat Cornell, uma autoridade na defesa de vivências na natureza, realizou workshop em Santo André

## Equipe comprometida

Havia uma equipe envolvida e comprometida, foi um momento muito significativo para a minha carreira profissional. O que eu sou hoje é fruto de tudo que eu vivenciei com essas pessoas.

## Parque Nascentes

A criação do Parque Nascentes foi muito importante e tem uma relação com a educação ambiental. Todo o turismo sustentável que foi planejado e executado na Vila de Paranapiacaba contava com uma intersectorialidade com a educação. A gente ajudou a formar os monitores ambientais e também os empreendedores da Vila. Conforme o turismo foi se desenvolvendo na Vila de Paranapiacaba, houve a preocupação para envolver os moradores nessa possibilidade de geração de renda. O Programa Jovens da Bioesfera começou na Vila de Paranapiacaba e ajudou a formar monitores ambientais. Tem pessoas que atuam na Vila de Paranapiacaba ou escolheram as suas carreiras profissionais baseadas nessa experiência que tiveram por meio do Programa de Formação de Monitores. Alguns atuam até hoje no trabalho de monitoria junto aos visitantes do Parque. Há monitores formados por nós, por exemplo, no polo ecoturístico Caminhos do Mar, em São Bernardo. Ajudamos ainda a criar o “Armazém da Mata”, que reuniu pessoas que trabalhavam com diferentes coisas, como velas e sabonetes aromáticos. Por um tempo, funcionou. Mas o turismo lá é muito sazonal.”

\*Bióloga, gerente de Educação e Mobilização Ambiental do Semasa.



Equipe da gestão ambiental em atividade na área de manancial, 1999

Programa de Jovens em visita ao Parque Nascentes, 2005



Visita de moradores ao minhocário em Paranapiacaba



Evento de formatura dos Jovens da Reserva da Biosfera no Recanto Arco-Íris



Encerramento das atividades do programa Caminho das Águas em 1999 no Shoppinho Santo André



“Passeio das Águas” reuniu estudantes, 2004



Exposição de maquetes em escola estadual

Crianças no ônibus de educação ambiental, 1998



Exposição Caminho das Águas: do rio às torneiras

Estudantes visitam Recanto Arco-Íris e caminham no Parque do Pedroso





Alunos participam do Projeto Horta na Escola, 2004



Estudantes coletam água de córrego para análise em sala de aula, 2004

## ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

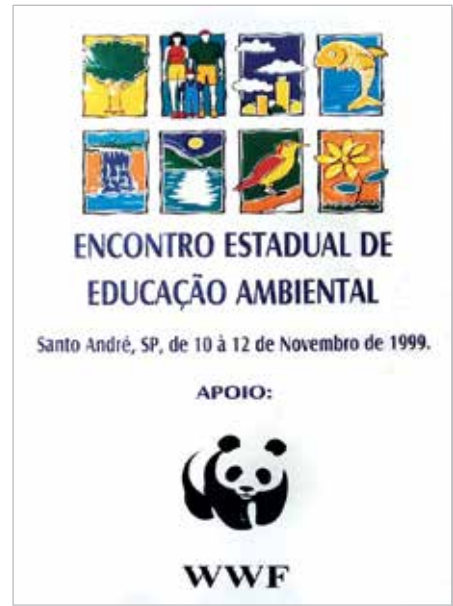
Em 1999, o Semasa organizou o Encontro Estadual de Educação Ambiental. O evento, que tinha o objetivo de discutir e debater a Política Nacional de Meio Ambiente, editada em 1981, ocorreu com sucesso entre os dias 10 e 12 de novembro daquele ano, ocupando espaços no Teatro Carlos Gomes e Fundação Santo André.

Na mesa de abertura, autoridades públicas municipais e estaduais: o prefeito de Santo André, Celso Daniel; o superintendente do Ibama, Rubens Lara; o secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Ricardo Trípoli; e a prefeita de Ribeirão Pires, Maria Inês Soares, que à época ocupava o cargo de presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

Um debate do evento foi dedicado à participação das integrantes da Rede Paulista de Educação Ambiental (Repea). A contribuição da educação ambiental para a proteção das áreas de mananciais também foi tema do Encontro Estadual, momento em que 20 mil pessoas viviam em área de manancial no município de Santo André.



Da esquerda para a direita, imagens do Encontro Estadual de Educação Ambiental: 1) educadoras integrantes da Repeaq; 2) banner do evento; 3) mesa de inscrição dos participantes; 4) João Ricardo, Sandra Gaspar e Maurício Mindrisz com estudante; 5) Funcionários que ajudaram na organização



1) Gabriela Priolli fala durante apresentação do Semasa; 2) prefeito Celso Daniel na abertura do evento; 3) Reprodução da capa da pasta distribuída no Encontro

## Trechos da entrevista com *Newton José Barros Gonçalves\**

### **Atividades compatíveis com a área**

*“A educação ambiental teve o papel fundamental de perceber as necessidades no manancial e fez isso muito bem. Com base nessas necessidades e em outras, a gente procurou fazer com que as pessoas se engajassem em propostas da prefeitura para a geração de renda. A proposta do minhocário, do apiário, de horta e tanque-rede são atividades muito compatíveis com a conservação de recursos naturais e também eram atividades que necessitavam de pouco investimento inicial para que pudesse ter algum resultado favorável em curto espaço de tempo.*

### **Incentivo inicial**

*A proposta da prefeitura era dar um incentivo inicial com o fornecimento de assistência técnica e, para alguns, até a doação do material. Para que aprimorassem a técnica, a gente dava capacitação também. Depois ela tinha que andar com as próprias pernas. Deu certo no começo porque a prefeitura estimulou e dava tudo. Quando foi para a administração das pessoas, elas se deses-*

*timularam. Fizemos uma série de campanhas ao longo de vários anos.*

### **Viveiro**

*Foi a mesma coisa com o viveiro de mudas. A gente criou um viveiro de mudas para estimular a revegetação dos lotes que estavam desmatados ou que necessitavam de um enriquecimento. A prefeitura construiu um viveiro, estruturou tudo e doava as mudas aos munícipes interessados. Também as pessoas que eram autuadas por alguma irregularidade tinham que repor a vegetação e poderiam doar o excedente para o viveiro. Doávamos muda, insumo e fazíamos também uma capacitação, por um tempo. Hoje, temos um alto grau de comparecimento das pessoas para pedir orientação ou regularização de coisas que foram feitas erradas. Ou, se não foi feita errada, a pessoa vem antes e pede orientação. Essa presença do poder público no manancial não mudou, por mais que tenha havido mudança na gestão”.*

---

**\* Geógrafo, foi o primeiro gerente de recursos naturais.**

## **PRIMEIROS CURSOS E ATIVIDADES**

### **Programa Domiciliar de Educação Ambiental**

Logo no início dos trabalhos, entre 1999 e 2000, foi posto em prática o “Programa Domiciliar de Educação Ambiental”, cujo objetivo era informar e esclarecer os moradores sobre aspectos de saneamento ambiental, conservação dos recursos naturais das áreas de mananciais e melhoria da qualidade ambiental local.

Outro programa da época foi o “Água Limpa - Viva a vida”, com foco nos problemas socioambientais locais e globais, com formação de professores, assessoria técnica e atividades com os alunos das escolas municipais e estaduais.

Já o Programa de Formação de Agentes Ambientais Mirins tinha duração de 12 meses para a formação contínua de crianças de 7 a 11 anos, com estudo do



meio, exposições dialogadas, visitas, oficinas e dinâmicas sobre meio ambiente, visando a mobilização do público mirim para a compreensão, reflexão e atuação nas questões ambientais. Os agentes mirins recebiam informações sobre educação ambiental e sanitária voltada à realidade de quem reside na área de manancial, onde a maioria utilizava água de poço ou mina, com despejo incorreto do esgoto. Os agentes tratavam dos cuidados com a água, construção de fossas e destinação correta dos resíduos sólidos.

As visitas monitoradas ao Núcleo Olho d'Água na Vila de Paranapiacaba e Recanto Arco-Íris também fizeram parte das ações de educação ambiental, envolvendo escolas do município e entidades assistenciais. As visitas eram voluntárias e levavam os participantes para conhecer o sistema de tratamento de água na Vila e perceber a importância da conservação dos mananciais.

### **Extensão Ambiental para moradores**

Também na área de manancial foi desenvolvido o Programa de Extensão Ambiental para levar informações sobre o saneamento integrado (água, esgoto, resíduos sólidos, fauna e flora local) aos moradores de bairros da área de manancial como Recreio da Borda do Campo, Parque Miami, Jardim Riviera e Núcleo Pintassilgo.

Ainda em 1999, outra preocupação da educação ambiental era aumentar a área reflorestada. Na época, o Programa de Reflorestamento na Área de Mananciais de Santo André cumpriu esse papel ao plantar 70 mil mudas nas áreas mais atingidas pelo desmatamento na região e nas margens da represa Billings, que sofria com erosão e assoreamento. O Semasa construiu um viveiro para produção de mudas de exemplares nativos da região. Com 80 m<sup>2</sup>, o viveiro do Parque Andreense tinha capacidade para produzir 10 mil mudas por semestre.

O Centro de Atividades Ambientais do Alto da Serra de Paranapiacaba foi inaugurado em 1999. A área verde de 5 milhões de metros quadrados de vegetação de campo e Mata Atlântica tinha vários atrativos naturais. O Semasa elaborou o Programa de Interpretação Ambiental, constituído por trilhas monitoradas na mata e um centro de atividades ambientais. Uma equipe de monitores foi capacitada para atuar no local.

“Fazíamos um trabalho com as escolas locais para explorar a área onde moravam. Para que conhecessem um pouco do ambiente onde eles estavam. O foco com as crianças eram as brincadeiras, coisas mais lúdicas, uma trilha que a gente fazia com eles, pequena, tranquila, dentro do parque”, conta Gabriela Priolli de Oliveira.



Crianças fazem passeio ao Parque das Águas, em Paranaipicaba



## Caminho das Águas

O programa Caminho das Águas foi realizado no início dos trabalhos da Gerência de Educação e Mobilização Ambiental, com objetivo de estimular alunos, professores e comunidade escolar para a discussão sobre a importância da preservação dos recursos hídricos e seu uso racional. O público era de estudantes de 1º a 5º ano do Ensino Fundamental, professores, equipe diretiva, funcionários e comunidade do entorno da unidade escolar. Como parte do encerramento dos trabalhos, eram realizadas mostras culturais. Alunos de 7 anos participavam de atividades adaptadas de RPG, cinema ambiental, com aulas ministradas pelos “alunos monitores” em visitas ao Parque do Pedroso, à Estação de Tratamento de Água (ETA) e à Sabina Escola Parque do Conhecimento

No caso dos estudantes na faixa etária de 8 a 10 anos, são incluídos mais conteúdos e realizado o estudo do entorno das escolas (situação do córrego próximo à escola, interferências do homem no ambiente); os alunos do 5º ano (10 anos) estudavam, ao longo do projeto, a conta de água da escola e de algumas residências. Já os funcionários e a comunidade recebiam palestra sobre Água e Meio Ambiente e Uso Racional da Água.



Apresentação de teatro em encerramento de atividades do Caminho das Águas, 2004

## Trechos da entrevista com *Elena Maria Rezende\**

### Lideranças comunitárias

*“Com a criação da Encarregatura de Relações Comunitárias do Semasa em 1999, começou o trabalho socioambiental nas favelas. Recorremos ao Departamento de Gestão Ambiental para sugerir um trabalho conjunto de educação ambiental. Eu me lembro que chamamos as lideranças comunitárias de umas 10, 15 favelas. Elas vieram até aqui (no Semasa) e, junto com os agentes ambientais, educadores da gestão ambiental, a gente fez um ciclo de formação de lideranças para a questão ambiental. Na época, tinha um ônibus, que era um ônibus bem velhi-*

*nho, fazia um pinga-pinga, buscava as lideranças nas favelas e trazia para cá, aos sábados. Fizemos pelo menos dois ciclos de formação com lideranças de favelas, era a primeira vez que elas estavam tomando ciência das questões ambientais. Aí a gente falava da questão do lixo, trazíamos o conceito de saúde ambiental. Era um trabalho conjunto da Coordenadoria de Comunicação Social (relações comunitárias) e do Departamento de Gestão Ambiental.”*

---

**\*Socióloga, consultora em planejamento participativo e educadora socioambiental.**

## INTEGRANDO AS ÁREAS

Ao longo dos anos, a Educação Ambiental praticada pelos agentes do Semasa também foi fortalecendo a transversalidade de seu trabalho junto às ações e projetos realizados por outros departamentos da autarquia. Um deles era o Departamento de Resíduos Sólidos, com o qual a Gerência de Educação e Mobilização Ambiental já trabalhou em diferentes momentos importantes do município, como na implantação da coleta seletiva em toda a cidade. O Aterro Sanitário, administrado pelo setor de resíduos, também é um espaço pedagógico utilizado pela educação ambiental em visitas monitoradas.

A área ainda trabalhou com a Defesa Civil, durante a implantação dos Núcleos de Defesa Civil – grupos nas comunidades que recebiam informações e treinamentos sobre riscos ambientais.

Com o Departamento de Manutenção e Operação, a parceria estava sempre próxima, pois havia a Estação de Tratamento de Água Guarará, um espaço didático para mostrar o caminho da água e seu tratamento. A Estação de Tratamento de Esgoto do Parque Andreense também era um espaço aberto a visitas orientadas pela Gerência e Educação e Mobilização Ambiental.

Quando a crise hídrica se instalou na Região Metropolitana de São Paulo (entre 2013 e 2016), afetando a vida de milhares de moradores de Santo André, novamente a educação ambiental foi chamada para fortalecer as ações que pediam economia de água e, principalmente, a mudança de comportamento do cidadão frente a um recurso cada vez mais escasso.

## Trechos da entrevista com *Edinilson Ferreira dos Santos\**

### Resíduos na 7.733

Meu primeiro contato com a 7.733 foi justamente estudando para o concurso (para agente ambiental) e depois eu a apliquei no dia a dia mesmo, na gestão de resíduos sólidos. Sempre a vi como uma legislação bastante ousada. Quando olhamos para a 7.733, ela já apontava para esses caminhos que o Brasil tomou em relação a políticas públicas de âmbito nacional. Por exemplo, na questão de resíduos sólidos. A gente tem a própria lei de resíduos sólidos, mas ela “bebe” de muitos conceitos da parte de gestão de resíduos sólidos da 7.733. Por menor que seja a menção a resíduos sólidos na 7.733, ela já direciona para uma política integrada de resíduos sólidos. Isso já era um conceito da gestão integrada de resíduos sólidos que estava na 7.733, quando não se falava nem em Política Nacional. A lei também integrava algumas frentes, uma delas a questão da fiscalização, porque a gestão de resíduos sólidos engloba o gerenciamento do serviço, mas também um olhar para a cidade, sobre o comportamento da cidade em relação à questão dos resíduos.

### Sensibilização

Outra parte importante é a sensibilização. Não dá para você trabalhar na fiscalização sem ter a sensibilização e a orientação para a população de forma conjunta, porque, muitas vezes, a prestação do serviço pode gerar vícios na população. A população entende que está correto agir de determinada maneira. Um exemplo disso são pontos irregulares de descarte de resíduos. Para muitas pessoas, o Semasa tem uma prestação de serviço periódica de limpeza desses pontos e por isso elas podem descartar de forma inadequada, porque será feita a limpeza. Então, a comunicação é importante. Mui-

tas vezes, a fiscalização não tem que chegar primeiro. Antes, tem de vir a orientação para as pessoas entenderem que aquilo não pode, e, aí sim, pode ser desenvolvido um trabalho de fiscalização. Quando vim trabalhar com resíduos sólidos, vi que algo precisava ser ajustado entre o Departamento de Gestão Ambiental e o Departamento de Resíduos Sólidos. As ações de educação e fiscalização precisavam ser fortalecidas e compartilhadas. O Semasa já tinha várias experiências de integração, tanto da fiscalização, quanto de ações pontuais de educação ambiental, mas a gente foi, ao longo do tempo, incorporando isso, fazendo com que o departamento entendesse a importância da educação ambiental.

Hoje chegamos a um momento em que sabemos que um departamento depende do outro e que a gente pode se afinar e ter uma política melhor para a cidade, um serviço melhor realizado e uma comunicação mais efetiva.

### Ações com a educação ambiental

Já fizemos a ação da Arte na Coleta; a Operação Obra Limpa, e ela se fortalece mais recentemente com a necessidade de fiscalizar a movimentação de transporte de resíduos, que é o MTR [para onde estão destinando os resíduos? quem é o gerador? etc.]. Implantamos o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos, que traz obrigações de realização de ações conjuntas. Além desses, tem o programa Moeda Verde, no qual o DGA entra com ações de sensibilização ambiental, e temos outras iniciativas como o Breshopping Sustentável, o Livro Vivo, composteiras nas escolas, Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em Condomínio de Interesse Social. Tudo isso hoje é feito em parceria com o DGA, é discutido conjuntamente, preparado e



### Trechos da entrevista com *Edinilson Ferreira dos Santos (cont.)*

*estabelecido um programa para isso acontecer. Mais recentemente, trabalhamos juntos na divulgação sobre as novas Estações de Coleta instaladas no município. Ouvimos a população do entorno, ficando sob responsabilidade do DGA*

*a execução desse trabalho na cidade. Hoje, as ações estão, de fato, integradas”.*

---

**\* Diretor do Departamento de Resíduos Sólidos e superintendente-adjunto do Semasa**

Além dos trabalhos em parceria que ocorriam entre os departamentos da autarquia, a Gerência de Educação e Mobilização Ambiental do Semasa se aproximou de outras secretarias municipais e entidades da cidade para alavancar as atividades em ambientes não formais, fora do ambiente escolar.

Exemplo dessa interlocução foi o projeto Formar para Ressocializar, realizado na Fundação Casa (I e II) e que teve início em 2015 após uma palestra sobre os resíduos sólidos que aconteceu durante a Sipat (Semana Interna de Prevenção de Acidentes) da entidade. A partir daí, foi firmada uma parceria com o Estado para formar os jovens socieducandos. O projeto seguiu até 2019.

Outra iniciativa no mesmo sentido foi realizada pelo projeto Agentes Ambientais Comunitários, beneficiando jovens do Tiro de Guerra de Santo André, que levou em conta a obrigatoriedade de o Exército desenvolver um programa voltado para sustentabilidade. “Em vez de uma ação pontual, propusemos um projeto relacionando as problemáticas ambientais mais relevantes à prática de plantios em áreas degradadas”, explica Cleonice de Almeida Pinto, que coordenou os dois trabalhos pela gerência.

### Trechos da entrevista com *Cleonice de Almeida Pinto\**

#### **Instrumento de transformação social**

*“Tive muita sorte de atuar na educação ambiental não formal, com a comunidade, com quem não está em uma cadeira escolar. Por meio da transversalidade é possível trabalhar com todos os públicos. Trabalhei, principalmente, com os jovens, o pessoal do Tiro de Guerra; e também com os jovens privados de sua própria liberda-*

*de, os socioeducandos da Fundação Casa. Utilizo os instrumentos da educação ambiental, que são as palestras, as oficinas, teoria x prática para desenvolver o indivíduo. A transformação social só acontece por meio da educação. No Programa Saúde e Ambiente, conversamos com 80% dos agentes de saúde (2009 a 2012), profissionais que estão em todos os lugares da cidade. Eu busco a potencialidade do indivíduo para que ele*

### Trechos da entrevista com Cleonice de Almeida Pinto (cont.)

se torne um multiplicador, um protagonista para ajudar a mudar a sua realidade local. No Tiro de Guerra há jovens de todas as regiões da cidade, eu filtro os conteúdos para chegar próximo a eles; já na Fundação Casa, os limites são os institucionais da própria entidade, do que é permitido, mas fomos desenvolvendo potencialidades com hortas, reciclagem, plantio de árvores nativas. Tem muitos lugares que nenhum outro educador vai chegar; esse jovem pode multiplicar em locais que são “invisíveis”.

Quando um jovem te pergunta: ‘o que a senhora faz, pois eu quero fazer algo parecido’...isso não tem preço. Essa troca é apaixonante. À medida que vamos desmitificando conceitos, os projetos deslancham.

#### Educação na Melhor Idade

A questão ambiental para os idosos ainda é cultural; muitos não entendem que não se deve caçar animal silvestre, manter uma ave em casa... O que eu posso fazer para cooperar com o meio ambiente do qual faço parte? Esse trabalho também foi uma forma para que esse público levasse conceitos corretos para netos, bisnetos. Onde es-

tou inserido nesse processo? Os grupos visitam o aterro sanitário e olham aquele lixo todo, é muito impactante... Vão ao Parque do Pedroso e conhecem aquela exuberância verde e entendem que não podem caçar, retirar vegetação, pois isso faz diferença! Quando vão a uma estação de tratamento de água entendem a importância de não poluir os recursos hídricos, pois isso vai afetar a água que vão beber. Não acredito numa transformação social se ela não for ativa, participativa; ela não partir da realidade local. Eu jamais escreveria um projeto sem um diagnóstico, todos os projetos que participei sempre tiveram um porquê.

#### Lei nº 7.733/1998

Eu acho que, independente do público a ser trabalhado, entendo que a Lei nº 7733 trouxe um ganho, pois quem está na gestão, os projetos precisam refletir sobre as questões ambientais. Se não houvesse a lei, talvez nada disso poderia ter sido efetivado, permitindo que o Semasa continuasse investindo e sendo uma referência.”

---

\* Assistente social, foi encarregada de extensão ambiental e do Parque do Pedroso.

## CAPILARIDADE PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Em 2018, o Programa de Educação Ambiental começa a ampliar seu foco de atuação, criando programas que pudessem potencializar formações de professores e outros grupos sociais, por meio da capacitação de multiplicadores em educação ambiental.

Foram definidas três áreas de atuação: **Formação in Foco** – formar e capacitar multiplicadores em educação ambiental, tendo como foco público diverso (não organizado), funcionários públicos e professores e educadores da rede municipal, estadual e particular de ensino em Santo André; **Sensibilização Ambiental** – ações de apoio a projetos, atividades pontuais e eventos e **Ações Interativas** – voltadas aos segmentos específicos e grupos organizados.

## Formação In Foco

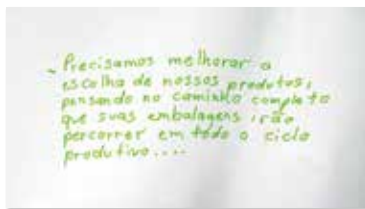
Do Formação in Foco fizeram parte os cursos de formação: Caminho das Águas; Caminho dos Resíduos; Projeto Sensibilizando Olhares, Compartilhando Saberes; Jornada ao Tesouro Ambiental e o curso Encontros e Caminhos: Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Estimular professores, alunos e comunidade escolar para a reflexão sobre os recursos hídricos, conhecendo o percurso da água, da nascentes até chegar às torneiras, era o mote do Caminho das Águas. Apesar do foco no caminho do recurso hídrico, o curso também tratava de temas transversais como ética, cidadania, meio ambiente, saúde, importância da vegetação e recuperação da mata ciliar para a preservação dos recursos hídricos e qualidade de vida.

Da mesma forma que o Caminho das Águas enfoca o percurso do recurso hídrico que chega às torneiras, o Caminho dos Resíduos discute a produção e disposição final dos resíduos sólidos. O objetivo é que, ao conhecer mais os temas, a pessoa se sinta partícipe do processo. Além da teoria, ocorriam visitas ao Aterro Sanitário Municipal, à Usina de Reciclagem de Papel e à Sucatoteca.



Materiais produzidos no curso "Caminho dos Resíduos"



## Jornada ao Tesouro Ambiental

Atividades lúdicas de caça ao tesouro por meio de dicas e tarefas que devem ser executadas e cumpridas pelos participantes resumem o "Jornada ao Tesouro Ambiental", realizado no Parque Natural Municipal do Pedroso junto à comunidade do entorno para estimular o senso de respeito e pertencimento ao parque.



Montagem de quebra-cabeça durante a atividade do "Jornada ao Tesouro"

### Sensibilizando olhares, compartilhando saberes

Como o próprio nome diz, este minicurso visava a troca experiências e saberes com professores, educadores e demais interessados. São abordadas ao menos cinco temáticas ambientais ao longo do ano. Os minicursos começaram a se consolidar em 2017 como uma formação complementar de educadores, líderes comunitários, entre outros públicos. Foram mais 270 participações em 11 minicursos.



Três momentos do curso Plantas Medicinais do projeto "Sensibilizando Olhares, Compartilhando Saberes"

Oficina Sensibilizando Olhares, 2019





## Trechos da entrevista com *Stella Marla Siste\**

### Ampliando o alcance das ações

*“Na questão da formação dos professores, tivemos parceria com a rede municipal na época em que o João [Mendes] era o gerente [de Educação ambiental]. Tivemos o lançamento do projeto “Sensibilizando Olhares, Compartilhando Saberes”, que levou os cursos para a comunidade. Não apenas a educação ambiental compartilhou cursos; outros funcionários do Semasa, que tinham conhecimento em suas áreas, ofertaram cursos e foram até procurados por outros municípios.*

*Tivemos também a assessoria para a rede municipal de ensino, com 70 escolas. Orientamos como o professor poderia trabalhar o tema na sala de aula e depois eles retornavam com a proposta dos trabalhos realizados com os alunos. Ao formarmos um professor, atendíamos indiretamente a cerca de 30/40 alunos, otimizando e ampliando o alcance da educação ambiental. Nesse aspecto, já trabalhávamos como estabeleceu a Política de Educação Ambiental, que enxerga que a edu-*

*cação ambiental não deve ser responsabilidade apenas do órgão ambiental; é uma parceria.*

*Caso o professor não pudesse participar do curso, ele apresentava um projeto de educação ambiental para o Semasa, dizendo qual tema queria desenvolver e um resumo do projeto. Fazíamos uma seleção, dentro da nossa capacidade de atendimento, e ficávamos em contato direto com esse professor para dar dicas, fornecer material para trabalhar com os alunos.*

*Criamos um site, postávamos os materiais para os professores e eles mandavam os relatórios pelo site. E, com a pandemia, passamos a ofertar cursos on-line. O primeiro curso, sobre recursos hídricos, colocamos no ar em 15 dias e teve 400 inscritos. Cada módulo do curso acompanhava vídeos, textos, links para locais interessantes, e, ao final, tinha umas perguntas norteadoras. Oferecíamos um chat para poder trocar ideia com os participantes”.*

*\* Agente ambiental, encarregada de atividades do Comugesan e encarregada de educação ambiental entre 2012 e 2021.*

## Encontros e Caminhos: meio ambiente e sustentabilidade

A formação para voluntários do Programa Mais Saber, vinculado à rede municipal de ensino, teve o objetivo de abordar conceitos sobre educação ambiental, sustentabilidade e meio ambiente. O curso foi dividido em dois módulos: “Educação Ambiental, Sustentabilidade e Consumo” e “Água e Meio Ambiente”.

Diferentes módulos e dinâmicas do Encontros e Caminhos: meio ambiente e sustentabilidade



## Assessoria de Projetos

Outra ação proposta a partir de 2018 para dar capilaridade ao trabalho dentro das escolas do município e atender à Política Municipal de Educação Ambiental, foi o programa Assessoria de Projetos. Por meio dele, educadores foram assessorados presencialmente e à distância no desenvolvimento e implantação de projetos e ações de educação ambiental nas suas unidades de ensino.

“Chegamos a ter 12 agentes ambientais, tinham cinco, seis técnicos na gerência. À medida que a equipe foi diminuindo, começamos a criar multiplicadores. A educação ambiental foi amadurecendo para que a pessoa caminhasse sozinha. E à medida que foi amadurecendo, fomos fazendo formações de professores, os professores multiplicavam e faziam projetos e depois apresentavam isso para a gente. Foi muito rico viver o processo”, explica a diretora de gestão ambiental, Eriane Justo Luiz Savóia.

De forma transversal, foram trabalhados temas como Meio Ambiente e Sustentabilidade; Resíduos Sólidos, Economia Circular, Colaborativa; Consumo x Consumismo; Água, Rios Urbanos e Saneamento Ambiental; Mata Atlântica, Conservação Ambiental, Áreas Verdes Urbanas, Fauna e Flora; Metodologias para Educação Ambiental; Lúdico e Educação Ambiental; Horta e Alimentação Saudável.

### Trechos da entrevista com João Aparecido Mendes\*

#### Construção de conhecimentos

*“Os dois períodos em que estive no Semasa (2011-2013 e 2017-2021) foram de muita interação e construção de novos conhecimentos. Com a experiência que eu já tinha do Parque Escola e como encarregado no Semasa, consegui transformar as dinâmicas dos cursos oferecidos para a comunidade, fazendo com que deixassem de ser só teoria. Também foi possível trazer oficinas e workshops com variados temas relacionados às questões ambientais. Conseguimos trabalhar com formação específica para professores, criamos uma assessoria para atender às escolas municipais a partir de seleção de projetos ambientais por elas enviados. Também participamos da parte pedagógica na implantação*

*do Projeto Moeda Verde, do Departamento de Resíduos Sólidos. Implantamos os minicursos e criamos a plataforma Hendu, com dicas de atividades ambientais, contação de história e outras atividades lúdicas. No projeto Tardes Interativas, totalmente on-line, convidávamos duas pessoas [pesquisadores, professores, escritores etc.] que atuavam na área ambiental para debater sobre um tema. Todos os inscritos participavam para tirar suas dúvidas. Quando começamos a estruturar conteúdos para o desenvolvimento de alguns cursos on-line, fomos surpreendidos pela Covid-19 e obrigados a fazer todo nosso trabalho de forma virtual.”*

**\* Professor de educação infantil, gerente de educação e mobilização ambiental de 2017 a 2021.**

## Hendu: escutar, ouvir, entender

No começo de 2020, o mundo parou. A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarava em janeiro um surto do novo Coronavírus, a partir de contaminações na cidade de Wuhan, na China. Mais dois meses, a OMS caracterizava a Covid-19 como uma pandemia. Em pouco tempo, medidas como *lockdown* ganhavam países inteiros. Em março, o Estado de São Paulo aderiu à necessidade de conter a rápida circulação do vírus.



Criança interagindo com a plataforma Hendu

Nesse cenário, uma pergunta passou a ecoar: como continuar atendendo ao público sem contato físico, à distância? A atividade de educação ambiental pressupõe, quase sempre, o contato do ser humano com seu semelhante e desses com o meio ambiente natural e construído. Então, como manter o interesse das pessoas por temas de cunho ambiental diante de uma tela de computador?

Foi buscando alternativas para o desafio global que a gestão ambiental do Semasa conseguiu uma oportunidade frente à necessidade do isolamento, criando o Hendu – palavra que em tupi-guarani significa escutar, ouvir e entender – um espaço virtual infantil com conteúdos lúdicos para despertar o interesse das crianças por questões ambientais.

Um site foi criado ([www.semasa.sp.gov.br/hendu](http://www.semasa.sp.gov.br/hendu)) pela Gerência de Educação e Mobilização Ambiental, oferecendo opções de entretenimento educativo para o público infantil. No portal, dividido por faixa etária, a criança interage com vídeos, jogos, músicas e dicas. Os números de participantes comprovaram o sucesso da iniciativa: em 2020, foram 6.985 visitantes e, em 2021, 5.164 acompanharam as atividades promovidas pelo Hendu.

## PREMIAÇÕES

Ao longo dos anos, o trabalho do DGA levou Santo André e o Semasa a receberem vários prêmios e certificações. Em fevereiro de 2024, Santo André venceu o prêmio Cidades Educadoras com o projeto Água, Câmera e Ação, coordenado pela Gerência de Educação Ambiental. O trabalho concorreu com outras 66 candidaturas de 11 países e 55 cidades e, entre as três premiadas, Santo André se destacou conjuntamente a projetos da Cidade do México (México) e Odivelas (Portugal).

O Água, Câmera e Ação foi promovido entre 2020 e 2022 com recursos do Fehidro (Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo) e contou com apoio e parcerias em diversas frentes, entre as quais a Secretaria Estadual de Educação, o Instituto Cultural Social Brasil e a Secretaria Municipal de Educação, que foi a ponte entre o município e a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), responsável pelo prêmio (*mais sobre o projeto na página 62*).



Funcionários do DGA recebem certificado de entidade italiana

Em 2016, o Programa de Educação Ambiental do DGA recebeu o Prêmio Santo André de Inovação, o Prêmio Faculdade Pentágono e o Prêmio Von Martius – Categoria Humanidade (2º lugar). Ainda em 2016, foi certificado pela *Associazione Culturale Poiesis* – Itália. Nos anos de 2014 e 2015, a cidade foi certificada pelo programa Município VerdeAzul, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, sendo que o seu desempenho foi o melhor entre os 39 municípios da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, o que lhe garantiu o Prêmio Governador Franco Montoro.

Foi a segunda vez que a Gerência de Educação e Mobilização Ambiental recebeu o Prêmio Inovação, concedido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Geração de Emprego. A indicação veio da ETEC Júliode Mesquita. A escola contou com o apoio da equipe do Semasa para implantar o seu programa de educação ambiental. Um ano antes, a gerência já havia recebido o prêmio por indicação do Senac, outro parceiro do Semasa.

## POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ

A Gerência de Educação e Mobilização Ambiental do Semasa participou ativamente de uma grande conquista para a cidade de Santo André: a criação da Política Municipal de Educação Ambiental (Pmea) – a primeira legislação específica dentre as administrações municipais da região do ABC Paulista, que prevê a educação ambiental em todos os processos formativos, de maneira transversal, interdisciplinar e articulada com parâmetros e diretrizes curriculares nacionais e com o Plano Municipal de Educação.

A Pmea foi uma construção democrática e coletiva, ouvindo diferentes atores sociais. A partir da elaboração de uma minuta baseada nas legislações federal e estadual, a proposta construída por um Comitê de Educação Ambiental – formado por funcionários do Semasa e de secretarias municipais – foi apresentada para as comunidades e grupos da sociedade civil.

Em 2015, tiveram início as reuniões informativas agregando diferentes públicos e regiões da cidade. Em fevereiro, o primeiro encontro levou o assunto aos moradores da área de manancial: Parque Miami e Recreio da Borda do Campo. A agenda se estendeu para encontros com integrantes de ONGs e entidades sociais e conselheiros municipais de Santo André.

O grande interesse e a participação dos moradores da região ultrapassaram as expectativas do engenheiro ambiental Magner Dantas, na época assistente de direção do Departamento de Gestão Ambiental. “Era um sábado de manhã e fomos até o Recreio da Borda do Campo; um sábado ensolarado e achamos que não daria público para discutir política de educação ambiental na área de manancial. Mas foi um dos melhores encontros que a



Matéria do *Nascente* destaca minuta e hosite que recebeu propostas



gente teve em termos de participação popular, em quantidade e qualidade também. Muito importante o olhar que eles nos trouxeram sobre o território.”

O texto da Política de Educação Ambiental foi apresentado e debatido na Conferência da Política de Educação Ambiental, que aconteceu em 28 de março de 2015, no auditório da Faculdade de Medicina do ABC. Um *hotsite* da Política de Educação Ambiental foi criado e hospedado na página do Semasa, em março do mesmo ano, para receber colaboração da sociedade civil, que pôde enviar sugestões até abril. Em maio, o Comitê de Educação Ambiental voltou a se reunir para sistematizar as propostas apresentadas na Conferência e por meio das emendas virtuais recebidas pelo *site*.

Finalmente, em 22 de setembro de 2015, a Lei nº 9.738/2015 foi promulgada pelo prefeito Carlos Grana, após ser aprovada na Casa Legislativa. No seu primeiro artigo, institui a Política Municipal de Educação Ambiental de Santo André, em conformidade com outros dispositivos legais: Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea), Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), Política Estadual do Meio Ambiente e Política Estadual de Educação Ambiental, do Sistema Nacional do Meio Ambiente, Lei Orgânica do Município de Santo André, Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental de Santo André, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Moradores de Santo André participam de audiência pública da Política de Educação Ambiental



## Comitê

Após a aprovação da Política Municipal de Educação Ambiental, foi formado, dentro do Conselho Municipal de Gestão Ambiental, um grupo temporário sobre o tema para efetivar o edital de constituição do Comitê Municipal de Educação Ambiental. O colegiado, regulamentado em 5 de setembro de 2023 (Decreto 18.155/23), tem caráter permanente e será o responsável por propor, apoiar, apreciar e avaliar a implantação da Política Municipal de Educação Ambiental em Santo André, bem como seus programas, projetos e ações. O comitê é composto por 13 membros do poder público e 13 membros da sociedade civil.

## Trechos da entrevista com *Magner Dantas\**

### Percepção do território

*“Para desenvolver a Política Municipal de Educação Ambiental, fizemos reuniões, encontros e oficinas com a população, com moradores de áreas de mananciais, que são pessoas que têm, no meu ponto de vista, até mais percepção do território*

*ambiental do município do que quem mora no Centro. Foi um processo participativo bem gratificante e muito rico. Antes de ir para campo, fizemos vários encontros e oficinas com mediadores para construir, de fato, uma base com o corpo técnico da educação estadual e municipal e, tam-*

### Trechos da entrevista com *Magner Dantas (cont.)*

*bém, com alguns atores da própria prefeitura. Eles participaram dessas oficinas. Aí construímos a minuta e depois uma rodada de consulta à sociedade civil organizada.*

*Um processo cansativo e trabalhoso, porque assim é o trabalho democrático participativo. Mas acredito que conseguimos uma versão que retratava muito a necessidade do município, considerando a política nacional e política de meio ambiente estadual, que foi a nossa base para a*

*minuta. A discussão, o produto em si, trouxe os objetivos da educação formal e não formal.*

*São 25 anos do Departamento de Gestão Ambiental e todos que por ele passaram deixaram a sua contribuição. É essa somatória de esforços que faz do DGA um patrimônio.”*

**\* Engenheiro ambiental, assistente da diretoria do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa entre 2013 e 2016.**



Equipe da Gerência de Educação e Mobilização Ambiental do Semasa e Secretaria de Educação em reunião com os moradores da área de manancial

### Trechos da entrevista com *Eriane Justo Luiz Savóia\**

#### **Uniformizar linguagem**

*“Participar do processo de criação da Política Municipal de Educação Ambiental foi muito gratificante. Construção participativa mesmo. Muitas áreas trabalham com educação ambiental: a Secretaria de Educação; a Secretaria de Saúde; entidades não governamentais. O objetivo foi uniformizar uma linguagem para a educação ambiental de Santo André. Em 2004, formamos um grupo para começar a fazer essa discussão e desenhar a Política. Até 2015, foram altos e baixos. Mas nunca paramos. Só que, às vezes, havia outras prioridades e, somente em 2015, conse-*

*guimos estruturar o texto da Política, dividindo as discussões por grupos: grupo do manancial, da Secretaria da Educação, da Secretaria de Saúde, grupos de conselhos. Um grupo técnico preparou uma minuta inicial, que foi apresentada nos diferentes grupos formados. Posteriormente, uma consulta on-line garantiu a coleta de sugestões de munícipes e outros interessados em contribuir com o texto. Após essas etapas, foi realizada uma conferência pública, quando o conteúdo do documento foi finalizado, de forma participativa.”*

**\* Bióloga, gerente de educação e mobilização ambiental de 2005 a 2017; diretora de gestão ambiental.**

**João Mendes,**  
Professor e ex-gerente  
de educação ambiental  
do Semasa

*“Fiz parte da construção da Política Ambiental desde seu embrião, em 2003. Foi uma grande batalha e um sonho que só se concretizou mais de dez anos após o seu início. Vejo que a Política foi um prêmio para Santo André, sendo que somos umas das poucas cidades a ter uma lei voltada para regularização das ações de educação ambiental. Essa Política só será funcional e respeitada, tanto na educação formal como na não formal, quando os governantes locais conhecerem a lei e derem a ela o seu verdadeiro valor. Hoje, pouquíssimos educadores formais e informais conhecem a nossa Política Municipal de Educação Ambiental.”*



Participantes do Programa de Jovens Reserva da Biosfera e agentes da educação ambiental no Recanto Arco-Íris Parque do Pedroso, 2006



Alunos de escola municipal de Santo André participam de atividade durante a Feira do Livro da Temática Ambiental, 2019

## PROJETO ÁGUA, CÂMERA E AÇÃO

Um projeto grande e complexo envolveu mais de mil pessoas em 2021 e 2022 para produzir conteúdos sobre recursos hídricos. Vencedor do Prêmio Internacional Cidades Educadoras 2024, o projeto “Água, Câmera e Ação – vídeo comunidade” foi realizado pela Gerência de Mobilização e Educação Ambiental do Semasa com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. No total, participaram 325 jovens em 13 turmas de formação, 635 pessoas nos cinedebates e 150 pessoas no evento de encerramento do projeto. Jovens de 15 a 29 anos, residentes em áreas vulneráveis do município de Santo André, trabalharam o tema Recursos Hídricos de forma abrangente, a partir de três módulos formativos. Com a formação do módulo I, foram criados, produzidos e editados 40 curtas-metragens de 5 minutos; no módulo II, outros 8 curtas de 10 minutos.

Em março de 2024, foi lançado um livro “Água, Câmera e Ação, o futuro da água é agora! Uma experiência de educação socioambiental em Santo André” como forma de divulgar os resultados dos trabalhos que foram realizados no

Lançamento do livro sobre o projeto “Água, Câmera e Ação”, 2024



âmbito do projeto. Ao compartilhar a experiência de Santo André, o objetivo é que ações similares possam ser replicadas em outros locais.



Logomarca do projeto

### Educação e Territorialidade

"Hoje, as ações interativas estão no eixo Educação e Territorialidade, porque a gente precisa ter esse olhar, considerar a relação das pessoas com o território. Consideramos a inter-setorialidade porque a educação ambiental não se faz sozinha. Ela tem que ter parceria com a saúde e com as outras áreas. Para desenvolver o projeto "Água, Câmera e Ação", fizemos parceria com a Secretaria de Educação e com a Diretoria Regional de Ensino. No período de pandemia, tivemos 30 inscrições em cada bairro para o projeto e a gente ficou muito feliz. Na prática, foram grupos pequenos, porque muitos jovens tiveram que entrar no mercado de trabalho depois. A pandemia trouxe várias questões que, para a gente, não foram de fácil execução, como a evasão escolar grave. Mas foi um trabalho muito rico. Quando eu vi o resultado final, até me emocionei. O produto desse projeto traz subsídios para todas as pessoas que atuam com a questão ambiental e mostrou a realidade das áreas mais vulneráveis."

### Módulos:

**1) Percepção ambiental, educomunicação e o audiovisual:** Formação e produção de curtas-metragens por meio da formação audiovisual e sensibilização ambiental, com a realização de mostras regionais dos materiais produzidos pelos participantes.

**2) Recursos hídricos, sensibilização ambiental e linguagem cinema-documentário:** Formação e produção de curtas-metragens com ênfase na produção de documentários, com a realização de mostras dos vídeos produzidos em locais do Centro da cidade.

**3) Empreendedorismo digital:** Formação em empreendedorismo em audiovisual através das plataformas de mídias digitais e elaboração de plano de negócios na linguagem audiovisual.

**Elaine Colin,**  
gerente de  
Educação  
Ambiental do  
Semasa



Participante do "Água, Câmera e Ação" durante a captação de imagens



## Títulos e temas dos curtas produzidos:



Frame do curta *A Namoradeira*



Frame do curta *Nascentes*



Frame do curta *Mirante*



Frame do curta *Água na Periferia*

TÍTULO	TEMA
<i>A Namoradeira</i>	Recursos hídricos e memórias de Paranapiacaba
<i>Nascentes</i>	Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba
<i>Mirante</i>	Os impactos do antes e depois no Jardim do Mirante
<i>O reflorestar - Santuário Ecológico da Serra do Mar</i>	A importância do reflorestamento na recuperação dos cursos d'água
<i>Saberes do Lago</i>	Memórias do Parque do Pedroso um pouco do ontem e hoje
<i>Vozes da Floresta</i>	O ciclo da água sendo afetado pelas ações antrópicas
<i>Qual é a cor da água?</i>	Poluição das águas
<i>Visita ao Parque do Pedroso</i>	Parque Natural Municipal do Pedroso
<i>Ações de reflorestamento</i>	A importância da recuperação de áreas verdes para a proteção dos mananciais
<i>Água - Vida e Morte no tancão</i>	A revitalização do Parque Guaraciaba
<i>Mancha urbana de Santo André</i>	O impacto da urbanização nos recursos hídricos
<i>Jornal Expresso de Pesquisa Valdoka</i>	Chuvas e enchentes - Mudanças climáticas
<i>Som das águas do Guarará</i>	Poluição das águas causadas pela ação humana
<i>Horta na escola</i>	Aplicação do conceito de agrofloresta no Horta na Escola
<i>Escassez de água</i>	Insegurança hídrica - As dificuldades do acesso à água em regiões diferentes
<i>Rio Tamanduateí</i>	Rios invisíveis - Conhecendo um pouco sobre o Rio Tamanduateí e seus caminhos
<i>Água nasce como vida</i>	Poluição das águas - a importância do rio e os impactos antrópicos em todo o seu percurso
<i>Programa Clasa Lions TV - Água Virtual</i>	Água virtual - uma reflexão sobre a quantidade de água utilizada na criação de alimentos na indústria e até mesmo em atividades do dia a dia
<i>Reúso de Água na Horta Urbana</i>	Horta comunitária com utilização da água da chuva
<i>Falta de Chuva</i>	Mudanças climáticas
<i>Áreas Verdes</i>	A importância das áreas verdes nas cidades e sua relação com as chuvas
<i>Água e Gênero</i>	As dificuldades no acesso à água relacionadas ao gênero
<i>Rios Voadores</i>	Rios voadores e a relação água e chuva
<i>Práticas Sustentáveis</i>	Boas práticas no dia a dia para se evitar a falta de água
<i>Impermeabilização do Solo</i>	Impermeabilização do solo e as enchentes

<b>TÍTULO</b>	<b>TEMA</b>
<i>Do esgoto às residências: Caminhos das águas</i>	A importância da água e os seus diversos caminhos: seja nos rios, nas nuvens, no corpo humano, na natureza
<i>Reúso: Sistema de captação de água pluvial</i>	Reflexão para o uso sustentável da água
<i>Da terra viemos, a olaria e a água</i>	A utilização da água em processos industriais como a olaria
<i>Nuvens artificiais</i>	Mudanças climáticas - o uso da técnica de nuvens artificiais
<i>Olhares sobre a Billings</i>	A importância da represa Billings
<i>Descarte irregular</i>	Os impactos do descarte irregular de resíduos sólidos em área de manancial
<i>Boas práticas na represa</i>	Os impactos do descarte irregular de resíduos sólidos em áreas de mananciais
<i>Estação de Tratamento de Esgoto</i>	Como funcionam as estações de tratamento de esgoto
<i>Água e óleo</i>	O óleo como um grande poluidor da água e a importância do seu descarte correto
<i>Leitura Socioambiental na Cidade São Jorge</i>	A urbanização do bairro Cidade São Jorge com seus córregos e áreas verdes
<i>Lençol Freático</i>	Águas subterrâneas - a importância dos lençóis freáticos
<i>Corredor Ecológico em Santo André</i>	A importância da preservação das áreas verdes para a manutenção e geração de água
<i>Jornal Racional</i>	Boa prática para o consumo racional da água nas atividades do dia a dia
<i>Aterro Sanitário</i>	Resíduos Sólidos - Aterro Sanitário Municipal de Santo André
<i>Abastecimento hídrico: é igual para todos?</i>	Saneamento Básico - o desafio do abastecimento hídrico
<i>Curupira - o guardião da Mata Atlântica</i>	A importância da preservação de áreas verdes para a produção de água e para minimizar as mudanças climáticas
<i>Água e Saúde</i>	Saúde e sua relação direta com a qualidade da água
<i>Billings, ontem, hoje e amanhã</i>	Represa Billings - sua importância e fragilidade
<i>Água e Esporte</i>	A importância da água para a saúde humana
<i>Desperdício de água</i>	Boas práticas no dia a dia para evitar o desperdício de água
<i>Energias renováveis</i>	O uso da água como fonte de energia e a busca de alternativas sustentáveis
<i>Do bueiro ao mar</i>	As diferenças entre o sistema de drenagem e o tratamento de esgoto
<i>Água na Periferia</i>	A relação da água com a periferia do Morro da Kibon



Frame do curta *Água - Vida e Morte no tancão*



Frame do curta *Mancha urbana de Santo André*



Frame do curta *Rio Tamandateí*



Frame do curta *Água nasce como vida*

## TRABALHO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL

Outro exemplo de como a educação ambiental do Semasa, formal e informal, ganhou vários territórios e públicos diversos foi a atuação direta da área no Trabalho Técnico Socioambiental (TTSA) realizado por ocasião das obras do Complexo Viário Cassaquera, em 2021 - um investimento de mais de R\$ 45 milhões em saneamento, infraestrutura e mobilidade, com verba financiada pela CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina). O mesmo ocorreu nas obras de reforma e novas Estações de Coleta instaladas no município.

A Gerência de Educação Ambiental e Mobilização Ambiental da autarquia ficou responsável pelas ações de sensibilização e mobilização envolvendo o entorno das obras do Cassaquera, na avenida Professor Luiz Ignácio de Anhaia Mello, e também nas imediações dos Ecopontos.

“Conversamos com o CAF e pedimos a contratação do trabalho socioambiental separado do contrato da obra para dar maior transparência sobre os impactos e benefícios à população”, lembra o agrônomo e ex-superintendente do Semasa, Ricardo Kondratovich.

A região do Cassaquera estava hiperdegradada, com ocorrência de enchentes, descarte irregular de resíduos e esgoto a céu aberto. Uma das primeiras ações do TTSA foi a realização de um diagnóstico da região: população do entorno; equipamentos públicos, pontos de enchente etc. “Com os dados em mãos, chamamos a população para conversar”, conta Ricardo. Depois, fizemos um planejamento em dois eixos: Comunicação e Mobilização Social.



Moradora mostra folheto produzido para ação porta a porta do TTSA Complexo Viário Cassaquera, 2020



Colheita de hortaliças, frutos e temperos na E.E Homero Thon fez parte das ações de educação ambiental do TTSA

## Construção e reforma de Ecopontos

Da mesma forma, o TTSA Ecopontos teve como objetivos promover o diálogo social, mobilização, sensibilização ambiental e orientação da comunidade residente nos bairros adjacentes aos novos Ecopontos, além de capacitar os zeladores que atuam nos equipamentos e os cooperados das Cooperativas de Reciclagem andreenses para Gestão Integrada dos Resíduos. O manejo de Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos (REE) e o aprimoramento do atendimento ao munícipe foram outros enfoques da capacitação.



Esquete teatral sobre resíduos sólidos na E.E Waldomiro Silveira foi outra ação desenvolvida dentro do Trabalho Técnico do Complexo Viário Cassaquera, 2021

Na “Ação Diagnóstica”, primeira etapa porta a porta junto à comunidade, foram visitadas quase 7,5 mil casas e realizadas perto de 3,5 mil pesquisas sobre hábitos e problemas envolvendo o manejo de resíduos. Na etapa seguinte, “Ações de Diálogo Social”, foi disponibilizado um canal de comunicação específico relacionado às obras, via telefone e WhatsApp, além de reuniões entre técnicos do Semasa e a comunidade.

A etapa final “Ações de Mobilização, Sensibilização e Formação Ambiental” envolveu ações para os moradores dos bairros da área de abrangência das obras de Estações de Coleta. Foram realizadas visitas ao aterro sanitário e oficinas educativas de compostagem e aproveitamento integral de alimentos, entre outras ações. Ao todo, as ações do TTSA Ecopontos atenderam 9,3 mil pessoas.

“Uma das conquistas desse trabalho foi a legalização das cooperativas que trabalhavam dentro do aterro, cujo espaço foi ampliado. Também levantamos o número de catadores em Santo André com objetivo de inseri-los nas cooperativas que trabalham dentro do aterro. Os Ecopontos ainda ganharam caçambas compactadoras (o resíduo sai compactado dos postos, separado por tipo)”, detalha.

Para ele, a questão ambiental deve pautar todas as obras públicas. “Hoje estamos interligados tecnologicamente, mas será que nossa vida está melhorando com o meio ambiente sendo degradado? Por isso, essa discussão precisa fazer parte do trabalho técnico-ambiental das obras também”, pontua o ex-superintendente.



No TTSA das obras de novos ecopontos, foi realizada formação sobre manejo de resíduos eletroeletrônicos com cooperados, 2023



# Notas

1999

## Videoteca

A Gerência de Educação e Mobilização Ambiental inaugurava em 1999 a iniciativa “Videoteca Verde”, com 40 títulos sobre educação ambiental



Desenho de participante do concurso

## Quadrinhos

Para incentivar o desenvolvimento da consciência ambiental, foi realizado, de junho a outubro de 1999, o 1º Concurso de História em Quadrinhos sobre o Meio Ambiente.

2001

## Oficinas para funcionários

As novas atribuições que chegaram ao Semasa entre o final da década de 1990 e início da de 2000 levaram à necessidade de compartilhar informações ambientais com o corpo de funcionários da autarquia. Desta forma, a Gerência de Educação e Mobilização Ambiental junto com o Departamento de Resíduos Sólidos, Defesa Civil e RH do Semasa, criou quatro oficinas de educação ambiental tratando do novo papel da autarquia e a relação das pessoas com o meio ambiente e a degradação ambiental.

2002

## Biomonitoramento

Lançado o programa com uso de plantas para biomonitoramento da qualidade do ar, com floreiras instaladas em pontos estratégicos da cidade. A partir da observação e exames de laboratório, são identificados tipos de poluentes e seus níveis no ar, água e solo. O programa foi realizado em parceria com Faculdade Medicina da USP e fez parte do mestrado e doutorado da bióloga Eriane Justo Luiz Savóia.



Reprodução do jornal *Nascente* de julho de 2005

2003

## Livro registra história das enchentes

Publicado o livro “Águas Revoltas. História das Enchentes em Santo André”, da ex-coordenadora de comunicação social do Semasa, Magda Santos, que buscou recontar a história da cidade com o olhar voltado para seus cursos d’água. Com a instalação da ferrovia no século 19, Santo André se desenvolveu a partir do Vale do Tamanduateí e seus afluentes, ocupando antigas várzeas e fazendo com que as enchentes estivessem presentes desde o início. A publicação visou contribuir com a memória local e com a revisão de nossas práticas em relação ao meio ambiente.

**2004**

## Fórum de Educação

A equipe da Gerência de Educação e Mobilização Ambiental participou, em abril de 2004, do Fórum Mundial de Educação – evento realizado em São Paulo, com o tema “Educação Cidadã para uma Cidade Educadora”. O Semasa apresentou o trabalho: “A Escola como Centro de Educação Socioambiental”. O fórum reunia profissionais para discutir eixos temáticos sobre educação ambiental, por meio de palestras e conferências. A gerência foi representada pelas funcionárias Simone Soares de Castro, Eriane Justo Luiz, Sônia Cordeiro e pelo funcionário Valter José da Silva.



Valter José da Silva (Semasa), Monica Borba (da ONG 5 Elementos) e Simone Soares de Castro (Semasa) durante o Fórum

## Encontro regional

Em 2004, a Gerência de Educação e Mobilização Ambiental participou do I Encontro de Educação Ambiental do ABC, promovido pelo Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê/Billings-Tamanduateí, com seis trabalhos. O documento produzido ao final do encontro visava potencializar a educação ambiental regionalmente. O material foi enviado à Rede Paulista de Educação Ambiental (Repea).

**2005**

## Horta na Escola

A Gema desenvolveu, em 2005, o Programa Horta na Escola, realizado nas unidades municipais de ensino de Santo André. Plantar, cultivar e colher verduras e legumes passaram a fazer parte das atividades das crianças, que contavam também com ajuda de voluntários, moradores da cidade. Em 2007, a experiência conquistada após dois anos de programa foi apresentada como trabalho técnico à 37ª edição da Assemae Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento com o tema: “Horta na Escola – uma possibilidade inclusiva”.



Crianças colhem verduras em EMEIF, 2005

**2006**

## Com+Água e Reágua

A educação ambiental foi um dos eixos do Com+Água, programa financiado pelo governo federal para promover o uso racional dos recursos hídricos, conduzido pela Coordenadoria de Comunicação Social do Semasa em escolas municipais de 2006 a 2008. O Semasa, em parceria com a Secretaria de Educação de Santo André, realizou ações educativas e técnicas para reduzir o desperdício de água nos estabelecimentos de ensino municipais. O Com+Água também contemplou oficinas com funcionários do Semasa, inclusive da área de manutenção. A experiência foi utilizada, pouco depois, pela educação ambiental em mais uma iniciativa para estimular o uso racional da água: o Projeto de Uso Racional e Economia de Água em Escolas Públicas de Santo André – um dos selecionados pelo Programa Reágua, em 2009, do Governo do Estado de São Paulo.



Reunião do Com+Água com funcionários da área de manutenção do Semasa

2007

## Troca de experiências

Em abril de 2007, o Departamento de Gestão Ambiental promoveu, em conjunto com a prefeitura, uma atividade para conhecer melhor as ações de educação ambiental desenvolvida por diferentes instituições da cidade, com objetivo de trocar experiências. Os interessados enviaram trabalhos, que foram avaliados por uma comissão de especialistas do Semasa e da administração.

2008

## Abastecimento de água

Outra publicação do Semasa contribuiu para a educação ambiental: “O Abastecimento de Água em Santo André”, também de Magda Santos, que na época era coordenadora de comunicação social da autarquia. O livro reuniu aspectos históricos e atuais, com objetivo de contribuir para o debate junto às escolas e público em geral. Mostrou de forma didática e ilustrada como Santo André está inserida no sistema de abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo, abordando ainda o controle de perdas de água e o consumo consciente.

2009

## Curso para professores

Parceria entre a educação ambiental do Semasa e a Secretaria de Educação da Prefeitura de Santo André promoveu, em agosto de 2009, um curso de educação ambiental e ecologia voltados a professores de ensino infantil e fundamental, da rede pública do município. Em paralelo, a Gema permaneceu realizando visitas monitoradas dos projetos “Caminho das Águas” e “Caminho dos Resíduos Sólidos”, o que atendia ao projeto “Criança Ecológica”, uma das estratégias da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Programa “Município Verde Azul”, do qual Santo André participava.

## Jogos de RPG

Para atrair a atenção das crianças para as questões ambientais, a Gerência de Educação Ambiental utilizou atividades em escolas municipais com jogos de RPG (*Role-playing Game*). As ações foram realizadas em julho de 2009. O trabalho da equipe de agentes ambientais com grupos de 30 a 40 alunos focava em jogos interativos para abordar os temas Recursos Hídricos, Resíduos Sólidos e Fauna da Mata Atlântica.



Crianças participam do RPG na EMEIF Dr. Janusz Korczak

2011

## Empresas parceiras

O Instituto Ambiental Brasil produziu a “Cartilha de Conscientização Ambiental” com apoio do Semasa. O material retratou diversas iniciativas ambientais promovidas por 28 empresas da cidade. O Semasa contribuiu fornecendo informações sobre serviços prestados pela autarquia, como a coleta seletiva, atividades de educação ambiental e fiscalização na área de mananciais.

2013

## Programa Nosso Meio

O programa de educação ambiental para servidores denominado “Nosso Meio” foi realizado de julho de 2013 a dezembro de 2018. Promovido pela Gerência de Educação e Mobilização Ambiental e Gerência de Desenvolvimento de Recursos Humanos, tinha como objetivo apresentar o saneamento ambiental integrado aos servidores do Semasa e da prefeitura municipal, por meio da sensibilização para temas ambientais e boas práticas no ambiente de trabalho. Esquetes teatrais percorreram os departamentos do Semasa e o prédio da administração municipal. No “Nosso Meio Cultural”, promoveu-se a integração entre os funcionários com passeios externos para locais com apelo ambiental, como o Jardim Botânico de São Paulo. As Feiras de Trocas de roupas, livros, acessórios e equipamentos eletrônicos em bom estado de conservação e em funcionamento foi outra ação do Nosso Meio. Em dezembro de 2017, foi lançada uma extensão do Programa, com o “Nosso Meio, Nossos Filhos” para aproximar as crianças do dia a dia de trabalho dos seus pais, integrar os funcionários e promover, por meio de dinâmicas e vivências, a sensibilização de pais e filhos para as questões ambientais.



Feira de Troca na sede do Semasa

## Circulando com o Caminhão da Educação Ambiental

A Gerência de Educação e Mobilização Ambiental contou com um caminhão especialmente adaptado para receber atividades com a temática ambiental nos anos de 2013 a 2016. O caminhão estacionava em espaços públicos, como em parques municipais e no calçadão da Oliveira Lima, Centro de Santo André, realizando, dentro do espaço, atividades com crianças, exibição de vídeos de temática ambiental, entre outras. Em datas comemorativas como o Dia da Água e o Mês do Meio Ambiente, o caminhão ganhava uma programação especial, dentro e fora do veículo, com atividades ocorrendo também em tendas ao lado do caminhão. Um exemplo foi a comemoração dos 91 anos da represa Billings na Oliveira Lima, quando interessados puderam conhecer o processo de tratamento da água com a Estação de Tratamento de Água (ETA) portátil e tirar dúvidas sobre serviços prestados pelo Semasa.



Crianças em atividade dentro do Caminhão da Educação Ambiental



Caminhão da Educação Ambiental no Parque Miami



2014

## Seminário 'Educação Ambiental na Gestão e Conservação dos Recursos Hídricos'



Magner Dantas, então diretor-assistente da Gestão Ambiental, fala na abertura do Seminário de Educação Ambiental, 2014

Em novembro de 2014, era realizado em Santo André o Seminário 'Educação Ambiental na Gestão e Conservação dos Recursos Hídricos – compartilhando saberes e práticas'. Organizado pela Escola de Formação Ambiental Billings (não mais ativa), em parceria com a Secretaria de Educação, Diretoria Regional de Ensino e o Semasa, a iniciativa objetivou compartilhar informações e experiências sobre os processos de educação ambiental na gestão e conservação dos recursos hídricos. Foram os principais resultados obtidos nos projetos “Escola de Formação Ambiental Billings - Plano de Educação Ambiental”, desenvolvido pela então Secretaria de Gestão de Recursos Naturais de Paranaíacaba e Parque Andreense, e “Reágua” Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas, coordenado pelo Semasa, além de outras experiências educativas relacionadas ao tema.

## Pegada Jovem



Turma do Pegada Jovem em visita à ETA Guarará, 2015

Pegada Jovem foi um projeto desenvolvido pelo Semasa, em parceria com a prefeitura, que estimulou o protagonismo jovem nas ações relacionadas ao meio ambiente. O projeto foi financiado pelo Fungesan e atendeu a mais de 80 adolescentes entre 15 a 18 anos, sendo desenvolvido em quatro frentes: frequentadores da Chácara Pignatari e do Parque Escola, e moradores do Parque Miami e do Parque Andreense. Cada turma ficou sob a responsabilidade de profissionais da educação ambiental, ligados à Prefeitura ou ao Semasa. As aulas aconteceram durante a semana, com o desenvolvimento de atividades escritas, visitas técnicas monitoradas e montagem de material didático, com o uso de ferramentas de educação comunicação. Também foram realizadas diversas intervenções nos bairros onde os adolescentes moram, com material produzido por eles próprios.

## Caminhada Interparques



Caminhada Interparques, 2014

De 2014 a 2018, O Departamento de Gestão Ambiental, em conjunto com a Coordenadoria de Comunicação Social do Semasa, realizou a Caminhada Interparques, atividade que fechava o calendário de julho com as programações do Mês do Meio Ambiente. Com apoio das secretarias de Saúde e de Esportes municipais, a caminhada partia do Parque Celso Daniel e seguia até o Parque Central e era aberta a todos os interessados. Depois da chegada ao Central, as crianças podiam participar dos jogos educativos oferecidos pelo Semasa e empresas parceiras. Em 2015, algumas atividades do mês tiveram o patrocínio da Caixa Econômica Federal, entre elas, a caminhada.

2015

## Formar para Ressocializar

Jovens recolhidos à Fundação Casa também passaram a fazer parte do público-alvo da Gerência de Educação e Mobilização Ambiental em 2015. O projeto “Formar para Ressocializar” foi realizado dentro das dependências da Fundação, e envolveu mais de 500 garotos em cumprimento de medida socioeducativa. Os trabalhos desen-



volvimentos também eram diferenciados, com a criação de maquetes, poemas, e até composição de música que, com o batidão do funk, tratou de assuntos como resíduos sólidos, recursos hídricos e poluição do ar. Os projetos foram expostos no encerramento da iniciativa.



Formatura na Fundação Casa e letra do funk ambiental escrita pelos formandos

## Encontro de Educação no ABC

O Encontro de Educação Ambiental do Grande ABC reuniu 900 pessoas, entre acadêmicos e profissionais de Educação Ambiental, no Teatro Municipal de Santo André. Teve como objetivo debater, por meio de palestras e apresentações de trabalhos, três grandes eixos temáticos: proteção, conservação e recuperação ambiental; tecnologia, sustentabilidade e participação; e saúde ambiental. Cada eixo, além das palestras, contou com trabalhos apresentados durante o encontro, e em formato de pôster. No evento, foi apresentada também a minuta da Política Municipal de Educação Ambiental.



Encontro de Educação Ambiental do Grande ABC

2016

## Formação continuada em Educação e Saneamento Ambiental

A Gema sempre teve entre suas prioridades estabelecer e manter parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Santo André, com objetivo de sensibilizar alunos e servidores da área para uma série de temas ambientais. Nesse curso, uma parceria da educação ambiental com o Departamento de Resíduos Sólidos do Semasa, as informações enfocaram a produção e descarte de resíduos; incentivo à manutenção da coleta seletiva na escola e entorno; orientação sobre as consequências da contaminação da água pelo lançamento inadequado dos resíduos das redes de esgoto de águas pluviais e corpos hídricos em geral. Visitar o Aterro Sanitário Municipal, que tem a gestão do Semasa, foi outra etapa do curso.

Apresentação de dança e atividade de educação ambiental; abaixo, visita dos idosos ao Pedroso



## Educação Ambiental na Melhor Idade

Cerca de 200 participantes do Projeto de Educação Ambiental na Melhor Idade receberam seus certificados na formatura da turma de 2016. O evento de encerramento ocorreu no Teatro Municipal de Santo André e contou com apresentações do coral e do grupo de dança cigana do Centro de Referência do Idoso de Santo André (Crisa).



A partir de 2021 a Gema intensificou a parceria com Centro de Referência do Idoso, promovendo uma agenda de atividades de educação ambiental com esse público. Já ocorreram oficinas de aproveitamento integral de alimentos; de confecção de carteiras com tetra-pak; de caixa de costura; compostagem doméstica, além de visitas ao Aterro Sanitário e ao Parque do Pedroso. Desde então, foram 265 atendimentos prestados pela Gema.

2017

## Participação em congressos

Experiências do Departamento de Gestão Ambiental foram apresentadas no 9º Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental (Congea), realizado em São Bernardo, e no XV Congresso Internacional de Cidades Educadoras, em Portugal.

O projeto “Formar para Ressocializar”, realizado com 480 jovens da Fundação Casa de Santo André, foi apresentado no Congea, assim como os resultados do Programa de Formação de Educadores, que envolveu mais de 11 mil pessoas, entre cursos, minicursos e assessorias. O licenciamento municipal de Santo André foi outro destaque.



Participante do curso Encontros e Caminhos (Módulo Papel)

Em Portugal, os projetos do Semasa fizeram parte da apresentação da Secretaria de Educação de Santo André, que levou ao encontro iniciativas como o “Mais Saber”. A Gerência de Educação e Mobilização Ambiental do Semasa colaborou com o curso “Encontros e Caminhos”, que discutiu sustentabilidade com 60 voluntários.

A Assessoria em Educação Ambiental para a rede municipal que fomentou projetos de educação ambiental foi outra iniciativa apresentada no evento. A iniciativa atingiu 6,4 mil pessoas, entre alunos, professores e funcionários, por meio de dez projetos diferentes.

2018

## Agentes ambientais comunitários

Como parte do projeto “Agentes Ambientais Comunitários”, a Gema envolveu jovens da Casa Lions dos Adolescentes de Santo André (Clasa) em ações de recuperação e preservação de áreas degradadas. Os jovens fizeram plantios de 300 espécies nativas em área próxima ao aterro sanitário. Também os jovens da entidade Juventude Esperança do Amanhã (Jeda) foram contemplados com os projetos Cidadania Ambiental e Consumo Responsável e o Horta para Todos.



Jovens do Jeda em atividade de germinação em sementeiras

## Feira do Livro da Temática Ambiental

Em 2018 e 2019, a educação ambiental do Semasa realizou duas edições da Flita (Feira do Livro da Temática Ambiental), no Parque Celso Daniel, uma iniciativa em parceria com editoras, empresas e o poder público. Nas duas ocasiões, a participação do público foi intensa. Além de bancas de editoras convidadas, que comercializam diversos títulos a preços especiais, foram realizadas oficinas, contação de histórias, exibição de documentários com rodas de conversa sobre o tema, tarde de autógrafos, bate-papo com diversos autores e lançamentos de livros. Entre as oficinas oferecidas, estiveram as de origami, artesanato com materiais descartáveis, terrário e massa de modelar. Em julho de 2019, foram três dias de atividades, quando cerca 3 mil frequentadores do parque circularam pela feira, sendo que 500 participaram diretamente da programação.



Da esquerda para a direita, o ator da Ópera Cômica, a escritora Cristina Porto e João Mendes, então gerente de educação ambiental, na Flita de 2018

2019

## Centro de Referência em Educação Ambiental

Em abril de 2019, o Semasa inaugurou o Centro de Referência em Educação Ambiental, espaço voltado exclusivamente às atividades ambientais desenvolvidas em Santo André. O objetivo foi garantir infraestrutura e recursos pedagógicos para ampliar projetos e ações na área ambiental. “O Centro de Referência em Educação Ambiental foi um marco para nossa cidade. Lembro-me que participei de uma oficina de produtos de limpeza naturais; a sala estava lotada. Desenvolvemos tudo de uma forma natural, sem química; ou seja, sustentabilidade na prática! Essa conquista significou um avanço na estrutura da Gema, proporcionando novos cursos, mais contato com a comunidade e mais educação ambiental”, comenta Almir Roberto Cicote, superintendente do Semasa na época da inauguração do espaço.



Centro de Referência em Educação Ambiental

## Horta em condomínios

Em agosto de 2019, a educação ambiental, ampliando cada vez mais os públicos atendidos pela área, promoveu um curso sobre Horta em Condomínios, ao qual cerca de 40 síndicos e administradoras de imóveis estiveram presentes para conhecer mais como implementar a ação em seus condomínios. Além da horta em si, o objetivo do curso foi também discutir a redução do consumo e a geração de resíduos destinados ao aterro municipal.

## Reflexões e práticas

Em novembro de 2019, foi realizado o encontro “Educação ambiental como projeto: reflexões e práticas no Centro de Formação de Professores Clarice Lispector. O objetivo foi fomentar as discussões sobre metodologias e práticas para promoção da sustentabilidade no ambiente escolar e também nas comunidades. O evento trouxe experiências



Equipe do Semasa com o palestrante Genebaldo Freire Dias (de paletó claro)



de diversos profissionais para fortalecer a Política Municipal de Educação Ambiental. Entre os participantes, importantes nomes da educação ambiental como Genebaldo Freire Dias; Zysman Neyman, Marcos Sorrentino e Maria Henriqueta Andrade Raymundo – sendo os dois últimos responsáveis pela apresentação da construção da Plataforma MonitoraEA, realizada pela Anppea (Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental).



Funcionários do Semasa e da prefeitura homenageados na Câmara

## Homenagens

Profissionais da área ambiental do Semasa e da prefeitura receberam homenagem na Câmara de Santo André durante as comemorações do Mês do Meio Ambiente, em junho de 2023. Uma sessão solene foi conduzida pelo vereador Wagner Lima e contou com a presença do secretário de Meio Ambiente, Fábio Picarelli, e do diretor de Cultura, Mário Matiello, na composição da mesa.

## Troca de Brinquedos

Atividade promovida pela Gerência de Educação e Mobilização Ambiental desde 2017, a Feira de Troca de Brinquedos completou quatro edições em 2023, com apoio do Fundo Social de Solidariedade. Além de engajar e divertir, a proposta é também sensibilizar as crianças e seus responsáveis para a reutilização dos produtos em vez de uma nova compra. Realizado em outubro, a feira acontece dentro do Parque Central, para onde os participantes podem levar quantos brinquedos desejarem, desde que estejam em bom estado de conservação, para fazer a troca e interagir com outras crianças. Na edição de 2023, uma parceria com as organizações sociais Circulare e Reciclo possibilitou o descarte de brinquedos eletrônicos antigos ou quebrados, durante todo o evento.



Feira de Troca de brinquedos, 2023

## Unidades de conservação

Seminário realizado em junho de 2023 debateu o tema “Unidades de conservação, saúde única e emergências climáticas”. Foram duas mesas temáticas: “Emergência climática e sua relação com as áreas protegidas e a saúde única” e “Unidades de conservação: proteção, monitoramento da biodiversidade e riscos em saúde”. O evento, organizado pelo Semasa em parceria com as secretarias de Meio Ambiente, Educação, Saúde e Planejamento Estratégico e Licenciamento, finalizou a agenda de atividades do “Junho Verde”, dialogando com o programa Santo André 500 Anos, desenvolvido pela administração.

# 7

## A FISCALIZAÇÃO COMO FORMA DE CONTROLE AMBIENTAL



Vista aérea da região de proteção aos mananciais em Santo André



**A**ssumir a fiscalização ambiental em Santo André foi outro grande desafio para o Semasa. O município tem mais da metade de seu território em áreas de proteção e recuperação dos mananciais. Para além de coibir crimes ambientais nessa região protegida, o Semasa teria de garantir também a fiscalização de diversas fontes poluidoras na área urbana, sendo a mais emblemática delas o combate à poluição sonora advinda de empreendimentos como bares e templos religiosos e as ações para amenizar a poluição do ar.

Para a região de manancial, o Semasa precisaria garantir equipamentos como barcos, para navegar pela represa Billings, e helicóptero, para os sobrevoos, de modo a flagrar irregularidades de diferentes proporções mata adentro. Em um primeiro momento, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, fundado em 1990 para atuar como órgão articulador de políticas públicas setoriais na região (especialmente com o tema meio ambiente), foi acionado: “Os municípios, que estão integrados no Consórcio Intermunicipal Grande ABC, colocariam à disposição fiscais, viaturas, barcos e helicóptero, que deveriam ser alugados de forma rateada entre as prefeituras” (“Estado e municípios do ABC fiscalizam mananciais” - *ABC News* - 04/05/1998).

O *Jornal da Região* (04/07/1998) dava como certa a proposta de contratação de um helicóptero para fiscalizar mananciais. Na ocasião, coube ao prefeito de São Bernardo do Campo, Maurício Soares, presidente do Consórcio, anunciar o feito. A parceria com o Consórcio, no entanto, não foi concretizada e Santo André passou a adotar meios próprios para dar conta da fiscalização nas áreas urbana e de manancial.

#### **Ruído e fumaça preta**

“Semasa lança Disque Meio Ambiente 24 horas: Medidas que começam a ser tomadas visando o cumprimento do artigo 52 da legislação ambiental que trata da poluição sonora. A partir de agora o Semasa estará autorizado a multar aqueles que perturbarem o sossego” (*Tribuna do ABCD* - 18/05/1999).

“Uma equipe de 14 fiscais da Gerência de Planejamento, Licenciamento e Controle Ambiental do Semasa (Geplan) fiscaliza ruído e fumaça preta emitida por veículos a diesel dentro do programa “Disque Ambiente”, conforme notícia publicada no *DGABC* em outubro de 1999.



### “Santo André usará helicóptero para controlar invasões”

O jornal *O Estado de S.Paulo* noticiava, em dezembro de 1998, que os sobrevoos pela área de manancial iriam começar: “A ideia de controlar as invasões de terras por via aérea faz parte de um programa do Departamento de Gestão Ambiental, recém criado pela prefeitura. O órgão será subordinado ao Semasa, autarquia responsável pelo

controle ambiental da cidade” (...) o uso do helicóptero permitiria melhorar a fiscalização contra desmatamento e surgimento de “bairros clandestinos”. A matéria informava ainda que, com a aeronave, “seria possível percorrer toda a área protegida em apenas 90 minutos”.



Fiscalização aérea da área de manancial, 2008

Parque Miami, 2016

## Trechos da entrevista com *Miriam Márcia de Paula\**

### Ruído e poluição do ar

“Eu entrei na prefeitura, em 1990, por meio de concurso público na área de limpeza pública da Secretaria de Obras e Serviços Públicos. Fiscalizávamos questões de limpeza de terrenos, descarte de resíduos deixados em via pública. Algumas leis foram sendo criadas e a principal delas foi a 7.733, em 1998. Fui para o Semasa logo no começo, em 1999, convidada para a encarregatura da fiscalização. Na área urbana, começamos a fiscalizar a questão da emissão de ruído excessivo, a poluição atmosférica, o descarte dos resíduos, principalmente na área de manancial. Havia muitos pontos de descartes, ainda existem. Tinham

caminhoneiros que descartavam; nós apreendíamos os caminhões.

### No começo, todos estranhavam

Quando se estruturou a fiscalização, também se estruturou o licenciamento ambiental e começamos a fiscalizar as atividades que eram licenciadas, como o transporte de água potável em caminhões-pipa. Na época, notificávamos para que os responsáveis pela construção de edifícios providenciassem a limpeza da via pública. As ações eram preventivas e corretivas. Outra questão complicada era fiscalização de poço artesiano, aterros, atividades de material inerte, transbordo



de resíduos sólidos, comércio de sucatas. Antes era feita uma fiscalização tímida, não deixava de ser uma fiscalização ambiental, mas com o Sema-sa e a criação da Lei nº 7.733/1998, o nome da autarquia passou a ser conhecido no município inteiro. No começo, todo mundo estranhava, mas eu sinto que existia uma certa admiração, um certo respeito pelo nosso trabalho, apesar de muitos discordarem. Porque o infrator está cometendo a infração, você vai lá e corrige, é claro que a maioria não vai gostar. Mas alguns até aceitavam e davam os parabéns para a gente, era muito bacana.

### Blitze

Do ponto de vista do ruído, havia muitas blitze com a PM nas áreas centrais da cidade para combater ruído, junto com alguns departamentos da prefeitura. Havia apreensões de equipamentos depois de um determinado número de emissões de autos de infração. Os estabelecimentos começaram a ter um certo cuidado. Alguns baixaram o som um pouco ou providenciaram algum tipo de tratamento acústico para incomodar menos o vizinho.

Havia uma operação especial chamada Operação Inverno. Avaliávamos o grau da fumaça preta. Os padrões eram da legislação estadual. Os veículos com emissão acima do permitido eram autuados na hora. Também passamos a ficar conhecidos por isso, porque, até então, não existia esse trabalho em Santo André. Era só a Cetesb que fazia isso.

### Ameaças

Eu, particularmente, sempre gostei muito de fiscalização, era muito gratificante ajudar a resolver um problema que está incomodando uma comunidade. Houve situações que eu me expus demais e recebia algumas ameaças e tinha de passar

um período trabalhando internamente. Alguns atendimentos eram muito delicados e perigosos, como a fiscalização de aterros ou disposição de material inerte no bairro Sítio dos Vianas. Comércio de sucatas na área urbana é complicado; é uma questão de saúde pública. Solicitávamos a tirada de resíduos do passeio os documentos que autorizavam o funcionamento do serviço. Muitas vezes, tivemos de suspender as atividades. Imagina morar do lado de um bar muito barulhento, do lado de um comércio de sucata, de uma igreja com cultos barulhentos. Então, éramos respeitados, admirados. E odiados também.

### Caçadores

No Parque do Pedroso, tinha a questão das armadilhas que os caçadores colocavam lá; a destruição da mata, das trilhas, queimadas, construções irregulares dentro de áreas públicas no manancial. Na região, íamos com a Guarda Municipal e com a Secretaria de Habitação, pois, quando uma área é ocupada, sempre mexe com a vegetação, causa uma degradação no local. A gente notificava, multava, derrubávamos algumas construções quando ainda estavam no início. Já a fiscalização de barco era para flagrar o pescador que usava rede e tarrafa. Aliás, era uma coisa corriqueira fazer boletins de ocorrência e tentar encaminhar várias irregularidades como crime ambiental. No caso das fiscalizações aéreas, por helicóptero, a gente rodava a cidade e a área de manancial para localizar as construções irregulares, ocupações, movimentação de terra, queimadas, aterro de material inerte..."

---

\* Aposentada; encarregada de fiscalização ambiental do Sema-sa por 11 anos



Miriam de Paula e Daniel Vicente Batista utilizam sonômetro para fiscalizar ruídos em centro comercial de Santo André, 2008



Fiscalização de caminhão-pipa por agente do Semasa, 2001

## Uma presa de automóveis

Carros “depenados”, queimados e “desovados” na mata da região de manancial eram alvos da ação de agentes ambientais do Semasa que faziam a fiscalização a partir de sobrevoo de helicóptero. Em conjunto com a Defesa Civil e apoio da prefeitura, os agentes da gestão ambiental retiraram, em outubro de 2002, inúmeras carcaças de automóveis da área da represa e da mata. Apesar de todos os esforços da área de fiscalização ambiental do Semasa realizada na região do Parque do Pedroso, o número de veículos abandonados na região batia recordes em maio de 2007. Em cinco meses do ano, o número computado pelos agentes da autarquia já era o triplo de todo o ano de 2006.



## Animais livres

A blitz da área de fiscalização no manancial para libertar passarinhos foi noticiada no *DGABC* em 23/11/2000. O trabalho foi realizado para apreender gaiolas e soltar as aves capturadas ilegalmente. O Semasa saiu em busca de equipamentos utilizados na captura dos animais silvestres e recolheu alçapões e armadilhas montadas pelos infratores. Depois, as aves foram libertadas nas proximidades de onde foram apreendidas ou no Parque do Pedroso. Os passarinhos das espécies Coleirinha e Tico-tico eram as presas mais caçadas devido à facilidade do comércio ilegal.

Agentes ambientais do Semasa, acompanhados pela equipe da Defesa Civil e do Departamento de Trânsito, fazem operação para retirar carcaças de carros da represa e da mata



Resgate de coruja ferida no Parque Celso Daniel



Mergulhão



Filhote de coruja resgatado



Filhote de veado-catingueiro

## Resgatados e devolvidos à mata

Em março de 2004, o jornal *Nascente*, voltado aos funcionários do SemaSA, mostrava a importância do trabalho dos agentes contra a caça e pesca ilegal no manancial. Graças à atuação dos agentes e blitzes realizadas na área, muitos animais, como bicho-preguiça, macaco-prego, saguis, saracuras e corujas, eram resgatados, tratados e devolvidos aos seus habitats naturais – e tarrafas, alçapões e redes apreendidos e destruídos. Ainda na área de manancial, eram comuns as atuações por desmatamentos e construções irregulares. A fiscalização também apreendia as tarrafas utilizadas para pesca ilegal.



Resgates feitos pelo Semasa são notícia na imprensa da região

## SILÊNCIO URBANO E MUITOS RUÍDOS

No fim do mês de maio de 1999, jornais regionais do ABC circulavam estampando um anúncio da campanha informativa sobre o Programa do Silêncio Urbano, novo serviço do DGA: “A partir de agora, o Semasa estará de ouvidos abertos para receber sua reclamação ou denúncia de excesso de barulho e desrespeito à legislação ambiental. Coopere. Participe”. Começava o trabalho que faria muito barulho e criaria ruídos entre a administração e proprietários de bares e restaurantes e templos religiosos.

“O índice do ruído em excesso será colhido. A ideia é proporcionar mais tranquilidade aos munícipes e ajustar os índices dentro dos padrões aceitáveis”, explicava o diretor da área, João Ricardo Guimarães Caetano, em matéria do *Diário do Grande ABC* de 16/07/1998.

“No começo, havia muitas críticas, achavam que era um exagero, mas, por outro lado, a própria população foi sentindo que a gente estava de olho nessa questão. Chegamos a fazer orientação com os donos de bares, com uma abordagem pela ótica da saúde, pois causa impacto na saúde, mesmo sendo a origem um problema ambiental. Tivemos muitos problemas com templos religiosos, esse foi um grupo mais resistente ainda. A fiscalização não é tão bem-vinda no início, mas, depois, acabam reconhecendo e isso vai se espalhando para a cidade e a gente acaba ganhando aliados, que são as pessoas que usam os serviços do Semasa.

Até mesmo na área de manancial, a pessoa pedia uma vistoria para remoção de árvore da casa. Chegávamos na frente da residência, batíamos e ninguém atendia, porque era o carro do Semasa; mesmo quando pediam, achavam que a gente ia para multar. ‘O senhor fez o pedido e viemos ver a árvore! Mas você não vai me multar?’, o morador perguntava. ‘Não, porque foi o senhor que pediu para virmos!’.

Era muito ambígua a reação das pessoas, porque tudo era com o Semasa – a equipe de educação ambiental era muito bem-vinda. O mesmo veículo que chegava nos eventos de educação ambiental também era utilizado para fiscalizar. Hoje eu acho que isso está muito mais estabelecido na cidade como um todo. Mas era tudo muita novidade na época que começou.”

**Eriane Justo Luiz Savóia,**  
diretora gestão ambiental

Materia do ABC Repórter sobre fechamento de bar em 2006 por excesso de barulho



Luiz Fernando Bellettato explica o funcionamento do sonômetro em matéria do Repórter Diário



O título da matéria do jornal *DGABC* (“Semasa fecha cerco a bares barulhentos” - 26/10/1999) não deixava dúvida: a fiscalização da poluição sonora começava a ser intensificada na cidade. “A população que tem de reclamar para nós atuarmos”, explicou a encarregada da fiscalização na época, Miriam Márcia de Paula, em reportagem do *DGABC*.

“A fiscalização de ruídos ‘pegou’ mesmo quando eu fui comprar uns equipamentos, de uma empresa lá do Rio de Janeiro. A gente costumava falar sonômetro, popularmente eu conheci como decibelímetro. Eu disse que a gente precisava comprar uma coisa mais moderna, que integrasse os valores automaticamente, à medida que você

**Luiz Fernando Bellettato,**  
engenheiro, gerente de controle ambiental de 2006 a 2009



fosse medindo já aparecesse o nível de equivalência, já calculado, porque é uma função logarítmica. Imagina o agente ambiental fazendo as contas; nem todos tinham essa habilidade com matemática, preencher uma planilha com vinte medições, média de novo, anotava, para depois pegar uma calculadora e integrar numa função logarítmica para dar o nível de equivalente.

Compramos dois equipamentos. Revolucionou o atendimento porque conseguimos atender mais reclamações. Cada caso, antes, demorava mais de dez minutos. Com o novo aparelho, o agente ambiental media o ruído na esquina, o ruído de fundo por 30 segundos. Do outro lado da rua, em frente ao estabelecimento, media mais 30 segundos, e pronto. A gente ampliou a escala dos agentes, ficou praticamente 24 horas de atendimento. Tinha agente a madrugada toda no atendimento.”



Matéria do jornal *Ponto Final*, donos de bares e restaurantes se reúnem no Semasa para tratar sobre fiscalização de ruídos, 2005

## Descontentamento

Na matéria do *DGABC* de 26/10/1999, o então proprietário de uma choperia na rua Álvares de Azevedo, no Centro, que havia sido multada pelo Semasa, declarou: “Aqui, realmente, não existe barulho. Isso é coisa de gente vingativa”, apontando o dedo para o prédio residencial em frente à choperia.

Em 1999, 20 estabelecimentos assinaram termos de compromisso com o Semasa para redução de barulho. O decreto que regulamentou a Lei nº

7.733/1998 em relação aos ruídos foi aperfeiçoado em 2002, a partir de experiências da fiscalização 24 horas. Anualmente, mais empresas fechavam acordos para adequação acústica, como o Clube 1º de Maio, a Danceteria Vila Jardim e a gráfica *DGABC*, em maio de 2003.

A época também é lembrada por Bellettato: “Os empreendedores, os donos de bares, donos dos estabelecimentos em geral, estavam mal-acostumados somente com controle urbano de uso do solo. Não existia um controle da atividade do ponto de vista de meio ambiente. Das emissões, dos impactos causados à população. As pessoas não estavam acostumadas. De repente, aparece um fiscal e diz: olha, o senhor está jogando o concreto do resto de obra na sarjeta e está entupindo as galerias de drenagem de águas pluviais; o senhor será autuado por isso. Como assim?”, lembra.

“Aqui, na área urbana, o que pegou pesado foi a fiscalização em cima das atividades de poços artesianos, no começo, pois usavam a água e não pagavam o esgoto”, lembra Bellettato sobre outro aspecto do início da fiscalização que causou estranheza na cidade. Bellettato também faz uma reflexão

sobre o fato de tudo ser novo e, portanto, necessitar de ajustes conforme o andamento dos trabalhos: “Foi uma construção, a gente foi aprendendo muito com o *feedback* da população, dos reclamantes, era um conjunto de coisas, um caldeirão bacana. A gente foi adequando a legislação e os procedimentos e o tempo de atendimento.”

## Ajustes

Após um período de adaptação da fiscalização na cidade, tanto para os técnicos quanto para os munícipes e fiscalizados, algumas mudanças no serviço, realizadas pelo Semasa, começam a gerar reclamações a respeito do horário de atendimento, que deixava de ser 24 horas. Ao mesmo tempo, proprietários de bares e restaurantes e responsáveis por templos religiosos pediam tempo para as adequações acústicas.

Parte da população que reclamou dizia à época que havia estabelecimentos que continuavam funcionando mesmo depois de receber várias multas por ultrapassarem o limite de decibéis permitido. Cobravam agilidade do serviço para que o local fosse fechado em definitivo.

Em uma entrevista que ocupou uma página inteira do *DGABC* em 24/11/2001 (“Diretor assume erros do Semasa”), o então superintendente, Maurício Mindrisz, defendia a educação ambiental antes da punição e apontava a importância da criação, por parte da autarquia, das comissões das igrejas e também a dos bares, recém-constituídas pelo Semasa, para estabelecer um diálogo contínuo entre o poder público e os grupos.

Segundo Mindrisz, o aumento das reclamações se deu porque o Semasa era ágil ao atender a solicitação, comprovar a infração e atribuir o auto de infração. Porém, o trâmite interno não acompanhava o mesmo movimento, o que retardava a apreensão de equipamentos e o fechamento de estabelecimentos até que houvesse a resolução do problema – no caso, o correto revestimento acústico para evitar o vazamento do som que importunava a vizinhança.

O superintendente também explicava na entrevista que o serviço era uma novidade e que estava em construção, portanto, passível de acertos e erros. “Estamos realizando a construção de um modelo de fiscalização, e ele não é feito do dia para a noite. Não copiamos de lugar nenhum; nós construímos um modelo”, disse na entrevista. Os munícipes também queriam que o serviço de atendimento às reclamações de barulho prosseguisse funcionando 24 horas e, neste caso, o pedido foi acatado e os serviços foram retomados nos moldes anteriores.



## Templos religiosos

Enquanto os bares diziam que as igrejas eram beneficiadas, os templos reclamavam também, pois queriam tempo para realizar mudanças. Também queriam isonomia no trato com as demais manifestações religiosas que “faziam barulho”.

Na matéria do *DGABC* de 12/11/01 (“Igreja será fiscalizada todo dia”), Luiz Fernando Bellettato foi entrevistado e informava que dois templos em atividade na cidade eram os campeões de multas por barulho, com nove autuações cada. Por isso, havia transmitido aos agentes ambientais a determinação de “realizar diariamente a fiscalização de ambas”, o que gerou o interesse da mídia local.

**DGABC informa que Semasa lacrou templos religiosos por conta do barulho excessivo**

O então superintendente, Sebastião Ney Vaz Júnior, disse ao jornal *Nascente* que os acordos mostravam um exemplo a ser seguido por outros empreendedores e que deveriam se tornar uma rotina na cidade.

**João Ricardo Guimarães Caetano, engenheiro, primeiro diretor de gestão ambiental do Semasa**

*“Sempre aquela coisa do jeitinho, né? ‘Ah, mas não tem um jeitinho?’ ! Tem, sim: o senhor pode fazer isolamento acústico; o senhor pode funcionar até o horário adequado. O jeitinho que não era possível era o jeitinho da acomodação. Quando a gente ia, por exemplo, discutir na Cetesb ou no Consema a questão da competência municipal, as pessoas diziam para mim: ‘o município está muito suscetível à pressão’. Eu sempre respondia: está suscetível à pressão dos dois lados – de quem causa o dano ambiental e de quem sofre o dano ambiental. É muito mais fácil para o cidadão, que está sendo penalizado por problema ambiental, procurar a prefeitura do que procurar o órgão estadual. É no município que as tensões mais aparecem e afloram, tanto para um lado como para o outro.”*

## E o ruído continua...

Em 2011, o comércio do bairro Jardim enfrentou muitas críticas de moradores por conta do barulho e comércio ambulante. Porém, as críticas se concentravam mais nas “algazarras” de grupos de pessoas nas ruas da região. Na época,, as ações de fiscalização passaram a envolver também a Polícia Militar e a Guarda Civil Municipal. O prefeito Paulo Serra, naquele ano vereador de Santo André, publicou artigo no *Diário do Grande ABC* com o título “Basta à poluição sonora em Santo André” (12/02/2011), tornando-se interlocutor na Câmara Municipal sobre o tema.

## Reforço na fiscalização

No primeiro ano da gestão do prefeito Carlos Grana (2013-2016), o Semasa volta a chamar os donos de estabelecimentos comerciais da rua das Figueiras e

adjacências, no bairro Jardim, para um fórum de cooperação. O encontro reuniu o Semasa, as secretarias de Obras e Serviços Públicos; Segurança Pública e Trânsito; e Desenvolvimento Urbano e Habitação, além de empresários. A pauta detalhou as mudanças na via e o reforço na fiscalização das atividades noturnas para melhorar a circulação na região.

### CAMPEÕES DO BARULHO

Um levantamento das ocorrências atendidas pelo Semasa em 2005 mostrava os campeões do barulho em Santo André: casas noturnas e bares representavam 64% das reclamações, seguido de comércio e serviços (17%); construção civil (16%) e templos religiosos (3%). A rua das Figueiras continuava sendo o ponto de confluência de reclamações.

Entre as principais questões comuns à época era o estabelecimento conseguir o alvará para funcionar como restaurante, mas passar a oferecer música ao vivo, o que não era permitido sem licença específica e revestimento acústico adequado.

#### Comissão de bares

Para ajudar a solucionar o problema, os próprios

donos dos estabelecimentos se uniram e criaram a Comissão de Bares e Restaurantes (Cobare), que passou a ser a entidade representante dos empreendedores junto ao Departamento de Gestão Ambiental do Semasa, o que facilitou o encaminhamento das reclamações e o entendimento técnico e legal em relação aos procedimentos adotados nas ações de fiscalização de ruídos realizadas pela autarquia.

Constatada a irregularidade, o estabelecimento era advertido; na segunda infração era multado e, após a quarta multa, o local era lacrado e sofria apreensão dos instrumentos e aparelhos para música ao vivo. Nos anos de 2005 e 2006, diversos bares e casas noturnas foram lacrados em Santo André por excesso de barulho.

Em 8 de fevereiro de 2017, uma iniciativa da Prefeitura de Santo André levou mais apoio à fiscalização de ruídos realizada pelo Semasa. A “Operação Sono Tranquilo” intensificou-se com o apoio da Polícia Militar e da Guarda Municipal para atuar nos locais de reclamações de barulho. Além de aplicar as penalidades, quando constatada a irregularidade, o Semasa orientava a respeito das previsões legais por conta do excesso de ruído.

A questão dos ruídos vindos de bares continua sendo um problema ambiental na cidade em 2023, mesmo com a atuação de técnicos da Gerência de Controle Ambiental do Semasa. Apesar de o bairro Jardim ser um problema crônico quando a questão é excesso de ruídos, o Semasa tem multado e lacrado estabelecimentos em diversos locais da cidade.



Reprodução de jornal *Nascente* anunciando reforços contra a poluição sonora



Matéria do *DGABC* traz balanço da Operação Sono Tranquilo em 2018



## Pandemia

Durante as restrições de atividades que concentrassem aglomerações por conta da pandemia da Covid-19, a autarquia também atuou com regularidade, em conjunto com outras secretarias da prefeitura, para multar e fechar estabelecimentos que descumpriam as restrições sanitárias.



Agente ambiental coloca aviso de interdição na porta de bar



Operação do Semasa com a PM em 2022



Apreensão de equipamentos de som pela fiscalização



Em 2019, jornal destacou crescimento de multas



DGABC em 2022: mais bares são lacrados por conta do barulho



Operação contra barulho em 2018

## OUTRAS AUTUAÇÕES

Descartes de entulhos em áreas irregulares, transbordo de resíduos, funcionamento de ferros-velhos, corte de árvores, entre outros, também geraram operações do Semasa e autuações ao longo dos anos.



Fiscalização feita com defensas de concreto empresa de transbordo de entulho na Vila Palmares



Diferentes veículos de comunicação do ABC noticiaram interdições realizadas pelo Semasa, inclusive durante a pandemia



Julho de 1999:  
Caminhão-pipa molha ruas com obras municipais para amenizar poeira

## RESPIRANDO FUNDO

Os esforços da equipe de fiscalização se estendiam à poluição do ar e novos programas foram criados, como o “Caça Fumaça”; “Operação Fumaça Preta”, “Respira Santo André”, “ProAr”, entre outros. Já no final de 1998, aos primeiros passos do departamento de fiscalização, a imprensa local começava a noticiar os balanços do programa Caça Fumaça.

Quando o inverno era muito seco, além da aferição da emissão de fumaça pelos veículos a diesel, o Semasa adotava outras medidas para amenizar os problemas respiratórios que costumam afetar mais particularmente crianças e idosos. Caminhões-pipa chegaram a molhar as ruas da cidade no começo dos anos 2000 para evitar o acúmulo de poeira e amenizar a quantidade de poluentes.

## Frota municipal

Com o Programa de Qualidade do Ar (ProAr), lançado em 2005, a Gerência de Controle Ambiental passou a ficar de olho também na emissão de fumaça preta emitida pela frota municipal de ônibus e veículos de trabalhos movidos a diesel. A poluição veicular era responsável por 13 mil internações de crianças e idosos no Estado de São Paulo por ano, de acordo com pesquisa da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) divulgada naquele ano. Para discutir o controle da emissão de poluentes dos veículos públicos por meio de indicadores como a redução no tempo de espera para a manutenção preventiva, foi realizado o 1º Seminário Regional de Transportes, em setembro do mesmo ano, no Centro de Referência em Saneamento Ambiental, setor que fazia parte do Semasa à época.

## Selo de aprovação

O ProAr vem realizando anualmente vistorias e aferições gratuitas na frota pública de veículos movido a diesel, entre ônibus, caminhões e vans. O trabalho é realizado com o apoio da Secretaria de Mobilidade Urbana e da SATrans, em caráter preventivo. Os aprovados recebem um selo que indica que o veículo passou pelos testes. Para verificar as condições de emissão, os agentes do Semasa utilizam o opacímetro, aparelho que mede a quantidade e opacidade de fumaça emitida pelo escapamento.



Selo ProAr no para-brisa de caminhão



O equipamento permite maior precisão na aferição da fumaça preta e imprime o relatório no ato da medição. Em 2023, foram realizadas 815 aferições, sendo que 712 foram aprovados e 103 reprovados.

### Parceria com Petrobras

Nos anos de 2014 e 2015, o ProAr foi realizado em parceria com a Petrobras, por meio do Conpet (Programa Nacional de Racionalização do Uso de Derivados do Petróleo e Gás Natural). Naquele ano, as aferições foram feitas em diferentes avenidas da cidade. Os motoristas de caminhões eram convidados a participar dos testes e obtinham o resultado na hora, o que funcionava como um alerta para a necessidade de reduzir a emissão de poluentes.

### ComAr

A autarquia chegou a participar de discussões do Comitê Metropolitano do Ar Limpo (ComAr, criado em 2002) para tratar do Programa de Inspeção Veicular para todas as cidades da Grande São Paulo, descontinuado um tempo depois. O então secretário estadual de Meio Ambiente, Xico Graziano, fez elogios ao trabalho de fiscalização do Semasa para conter a emissão de fumaça preta por veículos movidos a diesel.



Operação do ProAr faz aferição da emissão de fumaça preta em frota municipal

“Foram criados programas de fiscalização para combater infração de ruídos, fumaça preta e atrelar a educação ambiental para fazer campanhas de orientação. O Programa ProAr, de controle de fumaça preta, usava o anel com a Escala de Ringelmann para medir a cor da fumaça. O caminhão parava na rampa, acelerava e media-se a cor com a escala para ver se a coloração da fumaça estava dentro dos parâmetros.

**Eriane Justo Luiz Savóia,**  
diretora de gestão  
ambiental





Escala de Ringelmann

- *Atrelada à fiscalização, era realizada a atividade de educação ambiental. A gente chegou a ter um programa chamado Respira Santo André, que era do Estado e replicamos aqui. Trabalhamos com estudantes, que deixavam um lençol branco exposto ao ar livre. Depois, o lençol era recolhido, já impregnado pela poluição do ar.*
- *Fazíamos um trabalho de orientação, de informação para esses estudantes, mostrando que a partícula da poluição impregna o tecido e também o nosso organismo; era uma campanha de proteção à saúde e controle de qualidade do ar."*

2º Fórum da Qualidade do Ar com a participação do professor da Faculdade de Medicina da USP, Paulo Saldiva, na OAB Santo André, 2005



Agentes do Semasa na operação de fiscalização de fumaça preta, 2015

## Trechos da entrevista com *Raphael Alberto Martins Pedro*\*

### **Carro-chefe**

*“A poluição sonora sempre foi tida como um carro-chefe da fiscalização do Semasa, principalmente no período noturno, mas após o encerramento do serviço 24 horas, alguns procedimentos mudaram. Os pedidos chegam pelo site do Semasa e pelo monitoramento das redes sociais. No entanto, não esperamos mais apenas os chamados entrarem; as equipes de plantão já saem com 60/70 endereços numa noite e percorrem todos eles para verificar se há ocorrência passível de multa ou advertência. Não é porque não há reclamação de barulho que o problema não existe. O trabalho é feito com base no histórico de reclamações.*

### **Restrições na pandemia**

*O fato de sermos tão ativos e até pela experiência de ações conjuntas pela cidade, fez com que a Gerência de Controle Ambiental praticamente fosse a gestora das operações na rua, devido às restrições sanitárias impostas pela Covid. Dependendo do momento da pandemia, fazíamos de 4 a 10 operações por semana com 4 frentes de trabalho, formadas pela Guarda Municipal, Polícia Militar, controle urbano e, fiscalização dividindo as áreas da cidade. Em vários momentos da pandemia, os bares não poderiam sequer estar abertos.*

### **Pancadões**

*Não dá para agir da mesma forma que agimos na região central, é preciso um aparato melhor, mas nós fazemos e temos certeza absoluta, pelo o que ouvimos das pessoas abordadas e de pesquisa em outras cidades, que o que a gente faz em Santo André nenhuma outra fiscalização faz. Às vezes, chegamos, estacionamos a viatura e fazemos o restante do percurso a pé, até chegar em bares, adegas e padarias com sons altos.*

### **Operações e flagrantes**

*No descarte de resíduos, além da ação do DRS na revitalização do ponto de acúmulo (que é o que de fato resolve o problema), a gente também tem operações de combate ao descarte irregular e isso envolve serviço de inteligência, saber a dinâmica do descarte para montar operações e fazer os flagrantes. Na avenida Lauro Gomes, sem entrar na questão social, fizemos grandes operações nos períodos diurno e noturno, com equipes nossas espalhadas pela região, disfarçadas, para que flagrasse o momento de descarte. Tivemos até perseguições, que chegaram a São Bernardo, Diadema e São Paulo. É um serviço de inteligência muito forte. É delicado, existe um risco. As denúncias podem chegar pela autarquia, pelas assistentes sociais, começamos a investigar, abordar vizinhos, olhar câmeras de segurança para montar essas operações.*

### **Drones**

*O uso de drones é frequente. Os funcionários são treinados para manipular esses equipamentos. Durante a pandemia, usamos para fazer o flagrante da situação irregular. Mas, o drone ajuda também para que planejemos melhor como ingressar em determinada área. Ainda fazemos os voos de helicóptero, mas é muito oneroso. Com o drone, podemos atuar a qualquer momento e ele permite o geoprocessamento para cruzarmos informações.*

### **Manancial**

*A questão do manancial não é somente ambiental; é social e econômica também. Nós continuamos tentando frear a ocupação irregular. Não é um problema só de Santo André. É estadual, vemos problemas iguais ou piores em São Bernardo e Diadema. Não podemos sair demolindo centenas de casas, deve haver bom-senso e não considerar apenas as ações ambientais.*

### Lei de ruído

O texto da nova lei passou no Comugesan em 2023. Passaremos a fiscalizar o ruído sonoro em residências, o que é um desafio. Uma residência com barulho pode incomodar da mesma forma que um bar, por exemplo. Também faremos a fiscalização de veículos com caixas de som em porta-malas e os paredões de som. A lei nos dá mais segurança jurídica para atuar. O valor das multas também ficará maior, pois hoje em dia o crime pode compensar financeiramente, dependendo da casa noturna e do bairro, acabam preferindo pagar o valor a cancelar o evento.

### Lei de fumaça preta

Ao longo dos anos fomos modernizando e, principalmente, ampliando a nossa atuação. O Programa da Qualidade do Ar inclui a Operação Inverno (fiscalização em veículos de empresas de ônibus, na frota municipal movida a diesel e nas operações, reunindo a GCM, PM e Departamento de Trânsito. Agimos em comandos policiais, quando paramos os veículos movidos a diesel e com o auxílio do opacímetro fazemos o teste, comparando o limite do veículo com o que está disposto na Resolução do Conama. Estamos realizando cerca de três operações por semana, com duas equipes por operação, e média de 50 veículos aferidos por semana. A lei nova vai trazer segurança jurídica maior, procedimentos específicos e até mais rígidos, baseado em legislações estaduais e federais. Essas atualizações de leis dão a Santo André um status diferenciado no Estado de São Paulo, tanto em estrutura, viaturas específicas para trabalho de fiscalização, bem como na quantidade de fiscais.”

### Capacitação e outras atribuições

Ainda fizemos capacitação de equipes para monitorar o Parque do Pedroso por meio de trilhas,

com treinamento de primeiro-socorros, vigilância sanitária, uso de aparelhagem, fiscalização na mata para evitar caçadores etc. Com a extinção da Gerência Comercial do Semasa, passamos a fazer a fiscalização de lançamento de esgoto irregular em galeria de águas pluviais. Em uma busca ativa de novas obras de construção civil, nos últimos 12 meses, tivemos mais de 100 ocorrências de obras em que as construtoras não pediram supressão de vegetação. Ou seja, precisaram dar entrada na compensação ambiental, com mais recursos revertidos para a estrutura da fiscalização ambiental. Também como parte operações integradas, em janeiro de 2022, a Gerência de Controle Ambiental esteve à frente de uma ação conjunta com a Defesa Civil e a Secretaria de Habitação na remoção de 180 famílias em área de alta suscetibilidade de deslizamento de terra no Jardim Irene. Foram três meses de trabalho, inclusive no período noturno, removendo as famílias/moradias de forma pacífica, fazendo a conexão também com a questão social do Cras (Centro de Referência em Assistência Social) Sítio dos Vianas.

### Lava-rápido

Também atuamos na fiscalização de lava-rápidos, realizando a verificação do Sistema de Drenagem Oleosa, desde as canaletas que separam o ponto de lavagem da interferência das águas pluviais até a coleta e destinação individual e específica para o óleo resultante da lavagem dos veículos. Ainda verificamos a destinação adequada do efluente com sabão para a rede pública de esgoto e o correto armazenamento e destinação de resíduos sólidos porventura existentes.”

---

\* Agente ambiental, encarregado de controle ambiental

## REDE URB-AL E ÁREAS CONTAMINADAS

Em junho de 2005, o Semasa, a partir de trabalhos que envolveram a Superintendência da autarquia e a área de fiscalização ambiental, desenvolveu o projeto “Reabilitação de Áreas Contaminadas”, em intercâmbio com cidades da Europa e América do Sul, dentro da Rede de Meio Ambiente da URB-AL, ligada à Comunidade Europeia.

O projeto, que utilizava metodologia alemã, estudava e diagnosticava áreas públicas e privadas a partir de seis tipos de bens a proteger: saúde humana; uso de água potável; uso de resiliência (com hortas); recursos hídricos; uso agrícola e ecossistemas.

O engenheiro Luiz Fernando Bellettato, que participou do projeto, detalha os objetivos: “Quando começamos a licenciar poços artesianos; muitas empresas de fornecimento de água furavam o poço sem licenciamento nenhum, podendo contaminar o lençol freático. Às vezes, furavam o poço artesiano do lado de um posto de gasolina, como aconteceu em Santo André. O posto estava contaminando o lençol freático, a Cetesb multando e o poço artesiano sendo furado ao lado e já fornecendo água para as pessoas. Interditamos o poço, a empresa, dentre outras, mas eu lembro bem desse caso. Começamos a nos preocupar mais com essa questão da poluição do solo”, conta Bellettato.

Na mesma época, a Rede URB-AL estabelecia um convênio com a Prefeitura de Santo André, e havia algumas vertentes para apresentação de trabalhos – um deles era para reabilitação de áreas contaminadas. Santo André participou com cidades de outros países. Em abril de 2004, foi realizado em Santo André um seminário técnico reunindo profissionais do Semasa; de Stuttgart (Alemanha); Viña Del Mar (Chile); Treveso (província italiana) e Tres de Febrero (Argentina), com objetivo de discutir formas de descontaminação do solo. Em Santo André, levantamento da Cetesb daquele ano apontava 25 áreas com contaminação.

“O convênio era um intercâmbio com a Alemanha, onde havia muitas áreas contaminadas em virtude da Segunda Guerra. Por isso, tinham criado uma expertise em reabilitação dessas áreas. Para a gente, foi ótimo, porque o assunto ainda era muito novo. Elegemos três áreas de estudo, e uma delas foi a do Cassaquera. Eu e o Ney [Sebastião Ney Vaz Júnior] fomos para a Alemanha apresentar o trabalho”, recorda-se.

A área escolhida passou pelas análises do solo, mas o projeto de construir uma Usina de Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil no local estudado não prosseguiu, pois a área acabou sendo vendida pela municipalidade.



Ney Vaz e Luiz Fernando Bellettato na palestra “Os Passivos Ambientais de Santo André”, 2006



Capa do jornal *Nascente* apresentava projetos ambientais internacionais dos quais Semasa fez parte em 2005, sendo um deles da Rede URB-AL





Descarte de entulho na Estrada do Montanhão, 2016

## A POLÊMICA ESTRADA DO MONTANHÃO

Para impedir a entrada de caminhões nas estradas do Montanhão e do Sertãozinho, a Fiscalização do Semasa estreitou as duas vias em abril de 2007, utilizando tubos de concreto. O objetivo era evitar o despejo de entulho e outros resíduos na área de proteção ambiental, entre outras ocorrências. As estradas ligam Santo André a São Bernardo e Mauá, respectivamente. A medida conseguiu, na época, “reduzir significativamente a quantidade de entulho despejado no local”, conforme trecho da matéria “Bloqueios de caminhões”, do *Diário do Grande ABC* de 03/04/2007.



Jornal informa que Tribunal de Justiça de São Paulo decidiria sobre Estrada do Montanhão

Na estrada do Montanhão, a polêmica se arrastou. No ano de 2012, mais um capítulo do fechamento da estrada esteve em debate. O Tribunal de Justiça de São Paulo havia determinado o fechamento da via no fim de 2011, mas a Prefeitura de São Bernardo conquistou o direito de reabrir o acesso, por meio de uma liminar. A alegação da administração municipal era de que o fechamento afetava o trânsito de moradores para o bairro Baraldi, na região central de São Bernardo.

Conforme destacado por José Luiz Saikali, promotor de Meio Ambiente de Santo André, a estrada continua aberta, o que facilita a continuidade de práticas irregulares e de crimes ambientais na região. O Semasa mantém a fiscalização na região e promove ações pontuais de limpeza na mata e na estrada.

**José Luiz Saikali,**  
promotor de Meio Ambiente  
de Santo André

*“Em meados dos anos de 1990, dividi as atribuições do Meio Ambiente com outro promotor, Flávio Luiz Rossi. Ele mexia bastante com as questões dos postos de gasolina. Eu, com a Estrada do Montanhão, que até resultou em ameaças de morte para mim e para a juíza, na época, por conta da nossa tentativa de atuação mais efetiva na defesa no meio ambiente de Santo André. Havia uma intromissão da Prefeitura de São Bernardo do Campo na gestão ambiental de Santo André. A gente tentou brigar judicialmente; conseguimos alguns êxitos. Foi a época do estreitamento da estrada. São Bernardo acabou revertendo o fechamento junto ao Tribunal e, no final, acabaram reabrindo. Está aberta até hoje. São Bernardo não fiscaliza nada. Efetivamente, abandonaram.”*



Agente ambiental e Guarda Municipal percorrem a Represa Billings de barco, 2005

## Fiscalização por barco

O ano de 2013 foi marcado pela retomada da fiscalização ambiental do Semasa por barco, em parceria com a Guarda Civil Municipal. As vistorias por meio aquático completavam as fiscalizações pelo ar e pela terra executadas por agentes ambientais do Semasa. A fiscalização de barco, em uma área equivalente a 361 hectares, visava inibir ações não regulamentadas como a pesca com tarrafa, as construções e os descartes irregulares na margem da represa.

## Descarte

Da ocupação irregular para a construção de moradias ao descarte de produtos tóxicos perto da captação de água e resgate de animais silvestres, a fiscalização do Semasa se deparou com muitas ocorrências na área de manancial.

Entre os anos de 1999 e 2000, matérias do *DGABC* demonstravam que a intensificação das ações de fiscalização foi capaz de flagrar descartes como os 300 quilos de produtos químicos apreendidos próximo de um córrego ou ainda os 700 quilos de rodas e alças de carrinhos de supermercado e de material de escritório jogados na estrada.

Na ocasião, os próprios papéis oriundos de escritórios de empresas davam as pistas dos possíveis responsáveis pelo descarte. Na reportagem “Empresa é acusada de crime ambiental” (*DGABC* - 21/10/2000), o material descartado com o logotipo da empresa envolvida levou o Semasa a aplicar sanções pelo crime ambiental.



## Proteger e morar

As ocupações irregulares (e construções) nunca deixaram de ser uma grande preocupação na área de proteção ambiental, revelando, também em Santo André, o conflito entre “proteger o manancial e morar no manancial”, conforme texto de Elena Rezende para a cartilha sobre a LUOPs Manancial, editada à época das discussões da minuta da lei junto à comunidade local e entidades da sociedade civil.

Mesmo com a edição da Lei Específica da Billings, que também buscava equacionar as moradias pré-existentes com a manutenção da cobertura vegetal e proteção da água para fins de abastecimento público, os impasses continuam no território e há muito a avançar.

O geógrafo Newton José Barros Gonçalves, desde 1992 na Prefeitura Municipal de Santo André, foi o primeiro gerente de recursos naturais da Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense. Segundo ele, a criação da estrutura local, que permitiu uma fiscalização atuante e mais próxima, foi determinante para a aplicação da legislação na área de manancial, o que “revoltou” os moradores, ao menos até que entendessem as novas regras. Newton também destaca a importância do trabalho feito em Santo André para a criação da legislação municipal (LUOPs Manancial), bem mais rígida do que a Lei da Billings.



Flagrante de movimentação de terra no Recreio da Borda do Campo

**Newton José  
Barros Gonçalves,**  
geógrafo da Secretaria de  
Meio Ambiente de Santo  
André

### **A chegada da fiscalização na área de manancial**

*“Ajudei a construir, vamos dizer, ‘aquele lado’ da gestão ambiental [área de manancial] com a Gerência de Recursos Naturais. Na virada do ano de 2001, quando a Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense foi criada, eu continuei na Gerência de Recursos Naturais, que depois foi convertida em Gerência de Fiscalização Ambiental, e outra gerência foi criada para Planejamento e Licenciamento Ambiental.*

*Nós fazíamos a aplicação da legislação estadual para os mananciais, por conta da inexistência de uma legislação municipal que pudesse nos permitir fazer isso. Havia todo tipo de necessidade. Basicamente, a administração regional dava um suporte, essencialmente na manutenção de vias. No momento em que a subprefeitura passou a ter a estrutura própria para gerir e administrar aquela área, de fato, passou a enxergar a necessidade daqueles moradores.*

### **Temor dos moradores**

*A partir do momento que a estrutura foi criada e que houve a presença do poder público, a parte fiscalizatória foi o grande horror para as pessoas, porque a prefeitura nunca ia lá e agora ia e passava a multar. Isso era contra-argumentado por nós, obviamente, porque a gente foi para lá para atender a todas as demandas, inclusive aquelas que combatiam as irregularidades.*

*Como antes não existia fiscalização, todo mundo fazia o que queria. A partir disso, houve uma série de autuações de fato. E as pessoas começaram a dizer: ‘vou falar com o prefeito’, ‘vou falar como vereador’, ‘vou falar com o diretor’..., mas elas sentiram que isso não resolveria, pois, mesmo que as autoridades os atendessem, nunca seriam capazes de desfazer um ato legal. As pessoas começaram a assimilar muito tempo depois, mais de um ano, dois anos depois.*

### **Obras irregulares**

*O que mais pegava era a obra irregular. O grande diferencial é que as pessoas não eram invasoras, eram legítimas proprietárias dos imóveis. Só que não havia ninguém para fiscalizar. Então, havia obras e comércios irregulares, despejo de lixo e esgoto e desmatamento. Todas as ações passíveis de serem autorizadas não eram autorizadas, porque ninguém pedia autorização. E o Estado, enquanto governo do Estado e a prefeitura, enquanto governo municipal, não ia lá para ver se as pessoas estavam cumprindo a legislação que estava estabelecida. Quando nós fizemos isso, foi um choque muito grande mesmo.*

*Pessoal da fiscalização, ninguém atendia. Óbvio, porque as pessoas não queriam ser autuadas. Achavam que era ‘fogo de palha’, que o próximo prefeito iria mudar. Não mudou. Então, a partir do momento em que as pessoas assimilaram que a prefeitura foi lá para ficar, elas começaram a mudar o comportamento.*



### **Lei da Billings X LUOPs**

A regularização fundiária foi um aspecto positivo da Lei da Billings, mas ela não se concretizou totalmente. Para os outros aspectos da lei, houve condições de fazer regularizações que não eram possíveis anteriormente. Por exemplo, medidas compensatórias por excedente construído, não existiam. A lei de mananciais antiga era categórica: você pode construir 50 metros. Construiu 100? Derruba 50, ponto final. A Lei da Billings trouxe regras diferenciadas para quem já estava na área.

### **Legislação benevolente**

No geral, para Santo André, a Lei da Billings foi muito benevolente. Porque a gente fez todo o trabalho de coibir a irregularidade, e aí depois a lei veio com mecanismos de uso e ocupação mais flexíveis. A única alternativa que nós tivemos para evitar esse 'liberou geral' foi a nossa Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo [LUOPs, de 2016], que ficou tão restritiva quanto a lei antiga ou mais.

### **Defesa do rigor da LUOPs Manancial**

A gente fez muitas, mas muitas contas para chegar nesses valores de uso e ocupação de solo. Fomos criteriosos, tivemos um grupo específico só para os mananciais e eu trabalhava nesse grupo. Do ponto de vista ambiental, Santo André é o município que mais tem protegidos os mananciais no ABC. Todos os outros municípios sempre citam Santo André como uma espécie de referência. Seja por bem ou por mal. O bom é que a gente consegue proteger os mananciais. O mau é que a gente é muito rigoroso. O lado bom do que acontece hoje é o fato de que Santo André tem a melhor área conservada dos mananciais do ABC – 107 quilômetros quadrados, nossa Macrozona de Proteção Ambiental.”

Vista aérea do Parque do Pedroso mostra pressão de moradias sobre a área verde





# Notas

## 2005 Oferendas

Até mesmo as oferendas deixadas em locais inadequados nas trilhas do Parque do Pedroso eram alvo de ações da fiscalização ambiental do Semasa. O jornal *DGABC* tratava da retirada de 6,5 toneladas de resíduos deste tipo, em uma operação que envolveu dois caminhões e 10 homens. Restos de alimentos e animais afetavam a flora local. O incentivo era para que as oferendas pudessem ser realizadas dentro da área do Santuário Nacional da Umbanda, administrado pela Federação de Umbanda. A operação era repetida anualmente.

## 2014 1º Seminário de APPs



A gestão ambiental do Semasa promoveu, em junho, no Auditório Heleny Guariba, o 1º Seminário de APPs (Áreas de Preservação Permanente) Urbanas do Grande ABC. O objetivo foi debater os procedimentos e entraves que envolvem os licenciamentos ambientais em APPs no meio urbano.

Seminário de APPs Urbanas discutiu licenciamentos para essas áreas

## 2016 Reforço para a fiscalização

Em 2016, o Semasa recebe dois novos veículos para realizar a fiscalização e o controle ambiental na cidade. Os veículos são fruto de parte de compensação ambiental de um empreendedor da área de habitação.



Destaque do jornal *Nascente*, em 2016, sobre os novos carros para fiscalização

# 8



# LICENCIAMENTO AMBIENTAL



Funcionário checa  
acondicionamento de  
materiais em oficina  
mecânica de Santo André



No início de 1999, o Semasa, por meio da estruturação da Gerência de Planejamento, Licenciamento e Controle Ambiental do DGA, conquistou o pioneirismo regional ao se tornar o primeiro a poder licenciar empreendimentos de impacto local. A gerência era única – fiscalização e licenciamento – e foi desmembrada em 2006, após uma reforma na estrutura gerencial do departamento, criando duas áreas separadas: Gerência de Planejamento e Licenciamento Ambiental e Gerência de Controle Ambiental, englobando a fiscalização ambiental.

Além da edição da Lei nº 7.733/1998, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) havia editado, em dezembro de 1997, um documento determinante para a integração dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente, definindo a competência do licenciamento ambiental nos âmbitos federal, estadual e municipal.

A Resolução 237 estabeleceu que “a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis”. Também definiu os procedimentos e atos administrativos e instrumentos e detalhou os tipos de atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.

O artigo 6º da Resolução 237 dividiu as competências dos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental. Ao órgão ambiental municipal competia licenciar atividades de impacto ambiental local ou das que fossem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio – o que, no Estado de São Paulo, cabia à Cetesb.

Apesar dos inequívocos avanços da Resolução 237 e da Lei nº 7.733/1998, o poder legal conferido ao Semasa para licenciar ainda levaria um tempo para ser

efetivado, principalmente em razão da necessidade de estabelecer o convênio com a Cetesb, ocorrendo o primeiro em 2003; outros termos entre Santo André e o Estado de São Paulo foram firmados, até que as regras mudaram em 2011, após uma alteração na Política Nacional de Meio Ambiente.

## O primeiro convênio

No dia 10 de abril de 2003, em reunião realizada na Secretaria Estadual de Meio Ambiente, foi definido que o município de Santo André se tornaria o primeiro do Estado a realizar o trabalho de licenciamento ambiental de empreendimentos de baixo impacto, antes sob responsabilidade da Cetesb.

Após a decisão, o Semasa elaborou um convênio com o órgão ambiental do Estado, e, em 12 de abril, o então prefeito de Santo André, João Avamileno; o secretário do Estado de Meio Ambiente, José Goldemberg; o presidente da Cetesb, Rubens Lara; e o superintendente do Semasa àquele ano, Sebastião Ney Vaz Júnior, assinaram o primeiro convênio entre o município e o governo do Estado estabelecendo a cooperação dos órgãos ambientais dos dois entes nas áreas de fiscalização e licenciamento ambiental, conforme determinava a Resolução do Conama de 1997.

## Notícia na imprensa

O Termo de Convênio, publicado oficialmente em 31 de julho do mesmo ano, foi noticiado pela imprensa local. “Santo André vai fazer licenciamento ambiental” era o título da matéria do jornal *Diário do Grande ABC* de 12/04/2003, que informava: “Cidade é a primeira do Estado a municipalizar os serviços de licenciamento ambiental de pequenos empreendimentos, atualmente sob responsabilidade da Cetesb”.

Em outro trecho, a matéria associava a importância do licenciamento das atividades econômicas e da fiscalização ambiental: “O Semasa, que já está aparelhado e atualmente avalia problemas gerados por ruídos, vibração, odor e fumaça de veículos, vai ser o órgão executor das fiscalizações (...). Em outro trecho: “Com a assinatura do convênio, a fiscalização e o licenciamento devem atingir cerca de 1.500 empresas da cidade”.

“Empresas como fabricação de sorvetes, massas alimentícias, calçados, embalagem de plástico, entre outras, totalizando 50 tipos, serão fiscalizadas pelo Semasa”, trazia outro trecho de reportagem do *DGABC*.

Na assinatura do convênio, Rubens Lara citou o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, para quem “o município é a base de todas as ações”. Estava selado o acordo que traria autonomia para Santo André gerir questões locais com agilidade para atender às demandas do município.





Reprodução de página do primeiro Termo de Convênio firmado entre o Semasa e a Cetesb, em 12/04/2003

Matérias do jornal *Nascente* de 2003 tratavam sobre o licenciamento municipal em Santo André

Na data da assinatura, o jornal *DGABC* publicava um artigo do então superintendente do Semasa, Sebastião Ney Vaz Júnior, intitulado “Autonomia e Gestão Ambiental”, no qual pontuava o “longo caminho” entre a manifestação do governo estadual até o cumprimento de todas as exigências legais e técnicas por parte do município: “Ficará sob a responsabilidade única do município de Santo André, sempre com uma avaliação técnica de estudos e relatórios de impacto ambiental apresentados pelo empreendedor, conceder ou não a licença para a instalação de novos empreendimentos, bem como acompanhar e fiscalizar aqueles que já estejam instalados”.



**Sebastião Ney Vaz Júnior, ex-superintendente do Semasa** : “Quando eu fui presidente da Anamma (Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente), a grande reclamação era a dificuldade que o empreendedor tinha, em todo lugar do Brasil, de conseguir o licenciamento de alguma coisa. Às vezes, era para instalar uma simples borracharia, que poderia fazer qualquer coisa, pois não havia regramento. E licenciar uma borracharia é baixíssimo impacto, depois é fiscalizar para ver se está sendo cumprido o que foi pedido, basicamente uma drenagem da água suja. Fomos fazendo esses tipos de licenciamento e quebrando as resistências que haviam do Ministério Público e da própria Cetesb a respeito do licenciamento municipal.”

## Idas e vindas

No início das atividades da diretoria de gestão ambiental, a cidade de Santo André, inclusive a zona protegida ambientalmente, era atendida integralmente pelo Semasa nas áreas de educação, fiscalização e licenciamento ambiental, este último ainda em processo de maturação junto ao governo do Estado. Em 2001, com a criação da Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense, parte da área de manancial passa a ser atendida pela nova estrutura, que possuía as mesmas competências do Semasa, mas restrita às áreas do Parque Andreense e Paranapiacaba.

Quando a Lei estadual nº 13.542/2009 alterou o nome da Cetesb para Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, dando a ela novas atribuições, foi delegado ao órgão o licenciamento ambiental dos estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos naturais. Por meio de convênios entre a Prefeitura de Santo André e o Estado de São Paulo (Cetesb), o município manteve-se autorizado a licenciar empreendimentos nas áreas urbana e de proteção ambiental.

*“O licenciamento, na verdade, nada mais é do que um conjunto de regras determinadas por lei, para que haja o mínimo impacto no ambiente quando um empreendimento vai se instalar ou quando vai ser construído algo. A gente tem que seguir os critérios que são diferentes da área urbana para a área manancial, pela especificidade local. Seguimos alguns passos de modo que se evite impactos que possam ter consequências graves, tanto no ambiente quanto para as pessoas. Sabemos da gravidade dos desastres ambientais de Mariana e Brumadinho. Passaram por licenciamento, e essa avaliação tem que prever esse tipo de risco. Claro, dei um exemplo de um empreendimento muito grande, mas o licenciamento ajuda a proteger o meio ambiente e a quem vive perto ou usa determinado serviço. Mas há uma série de exigências e nem todo mundo está disposto a seguir. Por isso, às vezes, ainda ouvimos: ‘o licenciamento está travando tudo’. Não é isso. É que precisamos saber qual é o projeto, qual é a intervenção, seu impacto, se é poluente, de que tipo, como será controlado esse poluente. E no manancial somos mais rigorosos ainda, porque são áreas naturais, áreas produtoras da água para consumo. Temos de usar parâmetros diferentes. A taxa de permeabilidade do solo tem que ser maior. Moradores da área de manancial, muitas vezes, ficam bravos conosco: ‘Por que eu não posso construir no terreno todo?’ ‘Por que não posso cortar a árvore do terreno?’”*

**Eriane Justo Luiz Savóia,**  
bióloga, diretora de gestão  
ambiental do Semasa

## MUDANÇA NA POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

Em 2011, a lei complementar 140 alterou a Política Nacional de Meio Ambiente. Os convênios entre o município e o Estado para fins de licenças ambien-

tais não seriam mais necessários. Com a alteração, município e Estado passariam a adotar as deliberações dos conselhos estaduais de meio ambiente, ou do próprio Conama, quando a competência fosse da União.

“O Ministério Público estava contestando a figura do convênio porque não havia uma delegação expressa na Política Nacional de Meio Ambiente sobre a questão das competências do licenciamento para os municípios”, explica Fernanda Longhini Ferreira, gerente de planejamento e licenciamento ambiental do Semasa. Ou seja, quem tinha convênio com a Cetesb, por exemplo, parou de licenciar, caso de São Paulo e Guarulhos. Na época, Santo André não chegou a ser afetada pela medida porque o Ministério Público da cidade não questionou o convênio.

Para se adequar à lei federal, o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) editou Resolução para que os municípios licenciassem sem a necessidade de convênios, mas, para isso, exigiram alguns requisitos, entre eles: equipe técnica multidisciplinar; conselho de meio ambiente atuante, consultivo e deliberativo; porte da cidade (número de habitantes). Santo André estava enquadrada, mas perdeu o licenciamento ambiental por questões de compatibilidade da lei de uso e ocupação do solo na área de mananciais.

## Licenciamento e LUOPs

Em 2009, a Lei Específica da Billings é editada e traz um artigo sobre a necessidade de os planos diretores dos municípios e das leis urbanísticas, a lei de uso e ocupação do solo, estarem compatíveis com a nova legislação, o que afetaria diretamente todos os municípios banhados pela represa.

“O último Plano Diretor de Santo André, de 2012, não estava compatível com a Lei da Billings, o que impediu que o município continuasse licenciando na área de manancial”, lembra Fernanda Longhini Ferreira. A Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo (LUOPs) Manancial começou a vigorar em 2017, mas somente em 2019 o Semasa reconquistou autorização para voltar a ser o órgão a emitir as licenças ambientais no município.

## IMAGEM AMEAÇADA

O licenciamento ambiental municipal de Santo André seguiu sendo um exemplo de instrumento da Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental até 2012, quando uma denúncia de venda de licenças ambientais ameaçou a credibilidade do serviço.

A denúncia partiu do diretor de gestão ambiental do Semasa à época. A 1ª Vara Pública de Santo André abriu procedimento investigatório criminal para apuração do caso e a Câmara Municipal aprovou requerimento para instalação

“Luops é aprovada pela Câmara dos Vereadores com capítulo inédito para a Macrozona de Proteção Ambiental. Nova lei permite que Santo André retome o licenciamento ambiental e se adequar à Lei Específica da Billings.” Também ganhou revisão a Lei Municipal de Saneamento Ambiental, a 7.733/98, que rege as ações do Semasa. Encaminhada à Câmara, a minuta aguarda aprovação.

(Nota publicada na versão digital do Jornal *Nascente*)

de uma CPI para também investigar o assunto.

Após 75 dias, a CPI encerrou os trabalhos, concluindo que houve omissão da parte da superintendência do Semasa à época e que o denunciante não teria “conseguido provar o que afirmou nos depoimentos”. A CPI terminou sem provas de vendas de licenças.

A partir de 2013, o engenheiro Carlos Pedro Bastos, aposentado do Semasa, foi convidado para assumir a direção da gestão ambiental da autarquia, tendo como principal missão a recomposição da Gerência de Planejamento e Licenciamento Ambiental.

### Maior transparência

Em 2011, com objetivo de modernizar e agilizar os processos para obtenção de licenças ambientais em Santo André, conferindo transparência às etapas de obtenção de pareceres e documentos, a Gerência de Planejamento e Licenciamento Ambiental do Semasa começa a trabalhar para que os empreendedores pudessem consultar *on-line* o status de seus processos.

A capa do jornal *Nascente* de janeiro/fevereiro de 2016 confirmava as mudanças que estavam em curso na gestão ambiental. Em uma retrospectiva do período de 2013 a 2016, a matéria destacou os desafios da diretoria do departamento no começo da gestão: reorganizar a área para recuperar a credibilidade, principalmente a do licenciamento ambiental. “Encontrei a Gerência de Planejamento e Licenciamento Ambiental desorganizada e uma equipe desestimulada”, descrevia na matéria o então diretor, Carlos Pedro Bastos. Segundo ele, na época, cada técnico cuidava de cerca de 30 processos. Depois da reorganização, “cerca de 2 mil processos seguiram para arquivo já no primeiro ano”.

### Informatização

O setor havia herdado um projeto de informatização desenvolvido por empresa terceirizada, porém a ferramenta tinha alto custo e o controle das informações não era seguro. Dessa forma, a ideia da contratação foi abandonada e um sistema próprio foi desenvolvido, começando a operar em 2014, com os dados implantados gradativamente. Com a melhoria, o município pôde emitir os roteiros de solicitação de licenciamento ambiental de onde estivesse. O programa também permitiu melhor controle de prazos, a emissão de relatórios e a criação de cadastros, agilizando o trabalho dos técnicos.

De 2013 e 2016, a área de licenciamento também revisou e aprimorou as regras de licenciamento e fiscalização ambiental, com a edição, em 2014, do Decreto Municipal 16.537/14, que manteve a necessidade de licença ambiental apenas para as atividades potencialmente poluidoras. Supermercados, edifícios de apar-



Em 2019, documento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê aprova a compatibilidade do Plano Diretor de Santo André e da LUOPs com a Lei Específica da Billings



Relação de municípios divulgada pelo Consema, de 2018, habilita Santo André para o exercício do licenciamento ambiental



tamentos, entre outros empreendimentos, deixaram de precisar de licenciamento ambiental. Com a publicação do decreto, o objetivo era eliminar a análise de procedimentos apenas burocráticos, deixando os técnicos focados no trabalho do licenciamento de atividades efetivamente impactantes. “Os licenciamentos ambiental e urbanístico foram claramente diferenciados”, lembra Carlos Pedro, na matéria do jornal *Nascente*.

## Reorganização

“Os primeiros seis meses da gestão em 2013 foi mesmo de reorganização. Carlos Pedro tinha sido convidado para assumir o Departamento de Gestão Ambiental, o que para ele também era uma novidade, porque apesar de ter sido superintendente-adjunto e diretor em outros departamentos, ele não tinha estado na gestão ambiental”, explica Fernanda Longhini Ferreira, que assumiu o licenciamento naquela gestão. “O período entre 2013 e 2016 foi de bastante trabalho. Tivemos muita alteração de legislação, três decretos sobre licenciamento”, conta Fernanda.

Com as mudanças a partir de 2013, os processos de trabalho foram sendo encurtados. A agilização e a desburocratização de etapas permitiram que as licenças passassem a ser emitidas mais rápido. “Acho que ganhamos uns 45 dias, porque fomos revendo e tirando algumas etapas do caminho. Só de não precisar protocolar no posto de atendimento para chegar ao Semasa, já ganhamos uns 15 dias. Passamos a enviar comunicado por *e-mail*, padronizamos redações para as licenças saírem com o mesmo texto. Economizávamos papel, Correios, e foi evoluindo com a ideia de que o interessado pudesse ingressar com o processo 100% digitalizado”, detalha.

Porém, apenas em 2020, com a pandemia, a informatização se concretizou. “As atividades industriais e da construção civil continuaram acontecendo. E elas precisavam ter suas regularizações. O Departamento de Controle Urbano da Prefeitura já estava trabalhando com o processo do sistema Acto. Na época, o Gilvan [Gilvan Junior], que era superintendente, disse: ‘vamos trazer o Acto para cá’. Assim, em 2021, informatizamos 100% do licenciamento ambiental e passamos a integrar o sistema da Prefeitura”, conta Fernanda.

## Sistema Acto

Segundo Gilvan Júnior, superintendente do Semasa à época da implantação do sistema Acto, a ferramenta desburocratizou o processo de licenciamento ambiental, tornando-o mais ágil e transparente.

“Os interessados em solicitar o licenciamento passaram a poder fazê-lo a qualquer hora e lugar, sem a necessidade presencial”, recorda Gilvan.

A plataforma também permitiu realizar o atendimento técnico remotamen-

te, por meio do chat, o que foi fundamental, especialmente na época da pandemia de Covid.

Outra vantagem do Acto foi a sua integração com o sistema municipal de autorizações, certidões e alvarás, mais uma vantagem para o empreendedor, que passou a utilizar apenas um canal de atendimento e de solicitação.

## Compensação ambiental

A Lei nº 9.789/2015, que normatizou a compensação ambiental na cidade, em 2005, foi outra novidade. Trouxe novas e mais rigorosas regras para reparação em caso de supressão de vegetação e movimentação de terra, além da possibilidade de o empreendedor compensar a vegetação suprimida por meio do pagamento, revertido exclusivamente a programas de controle e qualificação da gestão ambiental. Antes, a compensação só podia ser realizada com plantios ou doação de mudas ou ainda pela manutenção de praças. Apesar de a prioridade ser o plantio de mudas, pode haver casos de falta de áreas que comportem novos plantios.

Outra questão, apontada por Fernanda, foi que, antes da lei, o ônus do plantio e do cultivo ficava exclusivamente com a administração pública, o que não acontece mais. “Consultamos algumas experiências de municípios próximos que adotaram a conversão da compensação em material, em bens, além do plantio. Se a pessoa tiver espaço para plantar no próprio lote, ou em outro lote que seja dela, poderá fazer. Caso não seja possível, converte a compensação em bens materiais”, explica.

Em 2019, o prefeito Paulo Serra determinou que todas as compensações ambientais seriam destinadas à revitalização do Parque do Guariacaba. Foram quase três anos destinando recursos para a construção do parque. “Também fizemos algumas revitalizações no Pedroso e em parques urbanos,” detalha Fernanda. Em 2024, as compensações passaram a ser prioritariamente destinadas ao Parque do Pedroso.



Capa do jornal *Nascente*



Materiais do jornal *Nascente* sobre melhorias nos processos de gestão ambiental

## Trechos da entrevista com *Carlos Pedro Bastos\**

### O convite para a gestão ambiental

*"Eu já estava aposentado quando fui convidado para ser diretor do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa. Fiquei meio surpreso na hora, porque eu não tinha uma experiência voltada para a questão do meio ambiente. Já havia passado pela Diretoria de Planejamento Técnico, Diretoria de Manutenção e Operação, Superintendência, Assistente da Superintendência e tinha experiência de Santo André. O Departamento de Gestão Ambiental estava em uma situação muito difícil quando eu assumi. O que fez acontecer foi ter uma equipe de assistentes, gerentes e outros auxiliares muito boa. Conseguimos fazer um bom trabalho. Foram quatro anos produtivos do DGA; fizemos uma série de leis e decretos, coisas que faltavam na cidade.*

### Apoio

*A gestão ambiental tem vínculo muito estreito com a Superintendência. O Ney [Sebastião Ney Vaz Jr.] tinha diretrizes e nos deu apoio para desenvolver o que era preciso. Se fosse um superintendente que não estivesse nem aí para o meio ambiente, talvez algumas dessas coisas não tivessem saído do papel. Tenho todo um agradecimento pela confiança que colocaram em mim.*

### Nova visão sobre o meio ambiente

*Lá no DGA, eu aprendi a olhar as coisas com uma abertura um pouco maior. Eu não faço uma cidade ambientalmente correta se eu cuidar somente de uma coisa. A educação ambiental não é mais e nem menos importante. Ela é tão importante quanto o licenciamento, a fiscalização... cada uma no seu nicho, mas, em nível de importância, são todas iguais. O Comugesan também é muito importante. É um conselho participativo. O conhe-*

*cimento, a opinião e a participação de todos os conselheiros é fundamental. Eu saí da direção com uma visão diferente. Hoje, sou mais preocupado com o meio ambiente do que quando eu entrei. Tinha um olhar muito fechado: 'todos precisam de abastecimento de água; todos precisam de coleta de esgoto; não pode haver enchente'. Agora, tenho um olhar muito mais abrangente - não basta você limpar margem de rio porque sozinha essa ação não vai resolver nada. É preciso fazer muito mais do que isso.*

### Mudança na compensação ambiental

*Para realizar as compensações, ficávamos 'pendurados' em legislações estaduais e normas da Cetesb. Fizemos uma lei para Santo André. A compensação ambiental foi revertida em recursos. Se não tem mais área pública para plantar árvore, transformava em recursos para a área ambiental. Compramos duas Hilux para a fiscalização. Fizemos a ponte do Pedroso. Tudo com compensação ambiental. O dinheiro não passava pelo Semasa. A empresa pagava direto o contratado pela autarquia.*

### Sistema da Qualidade

*O Sistema da Qualidade era muito bom. Tínhamos de atingir as metas estabelecidas e nos desafiávamos para alcançar sempre mais. A gestão da qualidade não podia fazer lei ou decreto, mas pedia para que se cumprisse bem as atribuições do dia a dia. A emissão de licença ambiental passou a ter prazos que, se não cumpridos, tinha de justificar. Isso também ajudou muito o Departamento de Gestão Ambiental a se organizar para fazer bem o dia a dia."*

---

**\*Engenheiro aposentado, diretor do Departamento de Gestão Ambiental entre 2013 e 2016**



Funcionários do Semasa checam instalações e acondicionamento de materiais em oficina mecânica de Santo André



Curso sobre o sistema Acto



Vistoria de licenciamento em oficina mecânica



Sistema de licenciamento digitalizado e disponível na internet para acompanhamento do processo



## Trechos da entrevista com *Fernanda Longhini Ferreira\**

### Licenciamento e fiscalização

*"Eu entrei no Semasa, em 1998, como auxiliar administrativo; vim direto trabalhar na Diretoria do Departamento de Gestão Ambiental. Em 1999, fui transferida para a Gerência de Licenciamento, na época, a gerente era a Silvia Passarelli. Em 2001, foi criada a subprefeitura. Voltei para o Semasa em 2010, na fiscalização ambiental, e fiquei até 2011. Depois fui para a Prefeitura de Diadema e retornei em 2013, quando assumi o licenciamento. Quando a gerência unia o licenciamento e fiscalização ambiental a gente trabalhava lá no Paraíso (unidade operacional do Semasa). Eu tinha contato com os fiscais, a equipe era supergrande, a gente tinha bastante gente na parte técnica e na fiscalização. Tinha o pessoal do manancial também, que depois foi desmembrado com a criação da subprefeitura. A gestão do Semasa englobava tudo, com a Gerência de Recursos Naturais. O gerente era o Newton [Newton José de Barros Gonçalves]. Ele cuidava da área de manancial de forma geral, tanto Recreio da Borda do Campo, Miami, Riviera, quanto da área do outro lado, que era feita junto com a Administração Regional. Depois, as gerências de fiscalização e licenciamento foram desmembradas, criando a Gerência de Controle Ambiental, e o Bellettato [Luiz Fernando Bellettato] foi o primeiro gerente. Na gestão de 2010, a gente tinha pouquíssimo contato com a equipe do licenciamento; a equipe do controle ambiental ficava no segundo andar, era desmembrada..*

### Construção em equipe

*Os primeiros seis meses da gestão ambiental a partir de 2013 foram de organização mesmo. Então, a gente construiu tudo junto em equipe. Nos anos anteriores, o licenciamento havia passado por algumas modificações.*

### Alto e baixo impacto

*Essa discrepância ainda existe, entre o que é baixo impacto e alto impacto para o município. A gente avalia o impacto do ponto de vista do município, então, às vezes, uma serralheria, ela pode ser pequena, mas para o município pode ser de alto impacto. A questão do nosso impacto, avaliamos pela área construída. Se o empreendimento tem até 10.000 metros de área construída, ele é licenciado pelo município. Isso é um alto impacto, é o nosso limite de licenciamento na área urbana. No manancial, a gente pode até 20.000 metros. Mas é tudo delegado pelo Estado.*

### Lei da Billings

*Em 2009, saiu a Lei da Billings, que diz que os planos diretores dos municípios e as leis urbanísticas têm que estar compatíveis com a legislação. Então, todos os municípios banhados pela represa teriam que ter as suas leis compatíveis. O último plano diretor de Santo André foi em 2012 e não estava compatível com a Lei da Billings. Foi feita uma correção do nosso plano diretor para tentar atender aos requisitos, mas aí o próprio governo do Estado tinha interpretação diferente da Procuradoria Geral do Estado. Eu tenho que atender os critérios dentro da realidade do município. A escala que o Estado trabalha não é a mesma que o município trabalha. Ficamos nessa troca de mapas e cartas, porém, a coisa não aconteceu e perdemos o licenciamento municipal. Em 2013, começamos a trabalhar na LUOPs manancial, que passou a vigorar em 2017. Com a nova troca de gestão e a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, fomos conseguir a compatibilização da lei de mananciais com a LUOPs somente em 2019. Quem delibera licenciamento no manancial não é o Consema e sim o Comitê de Bacias do Alto Tietê, que deu o aval para que o Semasa licenciasse no manancial novamente.*

### Processo de licenciamento

Na Cetesb, o processo é autodeclaratório: o município diz que ele faz determinada atividade, não gera resíduo, as características da atividade são 'tais'; isso gera um processo autodeclaratório e ele tem a licença emitida. Não dá para comparar o processo do Semasa com esse tipo de coisa. No nosso caso, a gente faz vistoria, então demora um pouco mais. Hoje está mais rápido, apesar da questão de documentação, tem a especificidade de cada processo. Mas 60 dias é no máximo, extrapolando. Se a pessoa entrar com toda a documentação exigida, do jeito correto, e apresentar as evidências que pedimos, a gente só confere a documentação, faz a vistoria para checar se aquilo que ele está declarando é verdadeiro e pede alguma complementação, se necessário.

### Compensação ambiental

Foi um upgrade muito grande para nós na questão da compensação. A gente conseguiu viabilizar coisas que talvez, pelos modos normais de trabalho, a gente não conseguiria fazer. Temos um grupo técnico de compensação; são cinco cadeiras, titulares que são funcionários de carreira. Nos reunimos uma vez por mês para definir as compensações que pedem essa conversão em serviços, materiais etc. O Parque Guaraciaba foi feito a partir de compensação ambiental. Esse tipo de compensação não está ligada a um empreendimento específico ou lugar

específico. Por isso, conseguimos recompor uma microbacia, fazer uma revitalização de áreas naturais protegidas, coisas desse tipo. Com mais autonomia para trabalhar, conseguimos fazer coisas que o próprio poder público não consegue executar por falta de recursos. Havia casos nos quais as pessoas faziam manutenção de área pública, de uma praça, por exemplo. Só que ela não faz com a regularidade que a prefeitura faz, então, a gente viu que esse tipo de coisa já não dava mais para fazer. Quem faz compensação tem de entender que cortar árvore tem um custo. Dá trabalho, não é só ir lá e tirar a árvore e pagar uma compensação. Isso tem custo, tem manutenção. É preciso um processo educativo sobre como funciona a administração municipal.

### Resistências

A gente ainda recebe alguns questionamentos dizendo: 'ah, mas sou uma MEI' ou 'eu tenho só mais dois funcionários, é uma atividade pequena. Eu preciso mesmo passar por esse processo?' Então a gente ainda tem algumas resistências. Pequenas, pontuais, mas elas existem. Como a gente está muito integrado com a prefeitura, quando a pessoa vai pedir uma documentação lá e já identificam que é passível de licenciamento, avisam a pessoa que ela precisará passar antes pelo Semasa."

---

\* Agente ambiental, gerente de planejamento e licenciamento ambiental.

# Notas

## 2003 Conferência estadual

Em outubro de 2003, o acordo firmado entre o Semasa e a Cetesb foi o *case* apresentado durante a 1ª Conferência Estadual do Meio Ambiente, ocorrida em Botucatu, no interior do Estado. A proposta foi apresentada como a “saída” para desburocratizar o licenciamento ambiental de atividades econômicas de baixo impacto local, um modelo que, posteriormente, foi adotado por outros municípios.

## 2005 Folheto informativo

Em maio de 2005, o Semasa divulgava uma nova cartilha contendo os procedimentos para obtenção do licenciamento ambiental no município, respondendo às principais dúvidas sobre a questão. A publicação trazia as mudanças da nova portaria da autarquia, que incluiu uma lista com os tipos de empreendimentos que necessitavam a licença ambiental. Funcionários dos postos de atendimento do Semasa foram treinados para prestar informações aos interessados.

## 2007 Delegação francesa

O licenciamento ambiental municipal e a fiscalização de ruídos em Santo André foram os temas mais abordados pela Diretoria de Gestão Ambiental em julho de 2007, ao apresentar os trabalhos da autarquia para uma delegação francesa que veio conhecer o Semasa. Faziam parte da comitiva deputados e técnicos do Conselho Regional de Rhône-Alpes, região de Lyon.

## 2014 Cartilha tira dúvidas

Para levar mais informações sobre o licenciamento ambiental, a gestão ambiental contou com um material específico em 2014, mais didático, com perguntas e respostas, que trazia as principais dúvidas sobre o processo de licenciamento e quais as providências que o empreendedor deveria tomar para obter a licença ambiental no município.

A cartilha foi distribuída nos postos de atendimento do Semasa e da então Secretaria de Gestão de Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense. As informações também tratavam das intervenções em área de preservação permanente e Termo de Dispensa do Licenciamento Ambiental, entre outras dúvidas recorrentes sobre o procedimento administrativo.



Reprodução de matéria do jornal *Nascente*, de julho de 2005, sobre o folheto para tirar dúvidas sobre o licenciamento



Reprodução da capa e páginas da cartilha

# 9

## COMUGESAN: PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

01

Termo de Posse e Compromisso dos Conselheiros do Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental - Comugesan - Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de hum mil, novecentos e noventa e oito, no Auditório do Prédio Sede do Semasa, no andar térreo, situado à Avenida José Caballero, nº. 143, no Centro, em Santo André, compareceram os senhores: Mauricio Marcos Mindrisz, Diretor Superintendente do Semasa e Presidente do Conselho; João Ricardo Guimarães Castano, Diretor do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa; Maria Adelaide da Rocha Mendes Gonzalez, como representante da Secretaria da Saúde - Vigilância Sanitária; Irineu Bagnarolli Junior, como representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação; Ayrton Antonio de Oliveira Cardoso Filho, como representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego; Jolange Ferraguzzi, como representante da Secretaria de Educação e Formação Profissional; Heraldo Marcon, Nádia Somekh, Rafael Antonio Teixeira das Neves e Marilza Aparecida dos Santos Guirelli, como representantes do Poder Executivo Municipal; Silvio Tadeu Pina, como representante



Reunião do  
Comugesan, 2003



**A** Constituição Federal de 1988 (art. 29 XII), além de ser a primeira a trazer um capítulo sobre o meio ambiente, também ampliou a participação da sociedade civil nos processos consultivos e deliberativos do Estado, por meio de entidades legalmente constituídas, que passaram a tomar parte nas elaboração de políticas públicas. Formados paritariamente por membros do poder público e da sociedade civil, os conselhos foram a garantia constitucional para que a população deliberasse sobre o meio ambiente.

Dez anos depois da promulgação da Carta Magna, Santo André aprovou a Lei nº 7.733/1998, criando o Departamento de Gestão Ambiental e também o seu Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental. Desde então, o Comugesan está diretamente vinculado ao Semasa.

A criação do Comugesan está prevista no Capítulo IV (Do Sistema Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental), que trata da organização e coordenação das ações da Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental, prevendo dentre seus princípios fundamentais “a participação efetiva da sociedade nos processos de decisão e na defesa do meio ambiente”. A Política Municipal instituiu o Sistema de Gestão e Saneamento Ambiental, composto, entre outros, pelo Comugesan como órgão consultivo e deliberativo.

Regulamentado pelo Decreto 14.423/99, o Comugesan tem como composição legal 30 membros de forma paritária, divididos entre governo municipal e entidades da sociedade civil. Cabe ao Conselho estudar, propor, deliberar e fiscalizar a implementação de diretrizes das políticas governamentais para o saneamento e a gestão ambiental em Santo André.

“O Comugesan foi uma peça da lei importantíssima, fundamental, criada no mesmo período. Tivemos muita negociação com a sociedade civil para

“O projeto, que foi discutido em várias reuniões com os ambientalistas da região e até em audiência pública na Câmara, cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente e possibilita à Administração atuar na fiscalização e controle de atividades potencialmente poluidoras e fiscalizar áreas”.

(“Santo André elege seu 1º Conselho de Meio Ambiente” - *DGABC*, 16/11/1998)

implantar o Conselho, para que ele fosse o mais representativo possível. No começo, os cidadãos não entendiam muito o seu poder como conselheiro. Tivemos de deixar a sociedade civil quebrar a cabeça para entender qual era o papel preponderante do Comugesan. Não era ‘para inglês ver’. Naquele período, o Comugesan tinha papel fundamental em algumas licenças ambientais”, recorda João Ricardo Caetano, primeiro diretor do DGA.

O Grande ABC já tinha o contexto de participação social, em função dos movimentos de moradia e ambientais. Gabriela Priolli de Oliveira relembra que no início da concepção do Comugesan contou com a ajuda de dois agentes para formatar o conselho. A boa relação com o terceiro setor e a interlocução com outros conselhos com participação da sociedade civil também foram fundamentais para a concretização do Comugesan. O Semasa viabilizava meios, como transporte, para que moradores da cidade pudessem efetivamente participar dos encontros.

## Reuniões públicas

A Superintendência do Semasa preside o Conselho, enquanto o Departamento de Gestão Ambiental é responsável pela Secretaria Executiva, ficando responsável pela coordenação, condução e execução dos trabalhos do Comugesan.

As reuniões do Comugesan são públicas e ocorrem ordinariamente uma vez por mês, porém há também reuniões extraordinárias que deliberam sobre assuntos específicos, como foi o caso da que tratou de obras do Rodaanel Mário Covas - Trecho Sul, cujo trajeto cortou área de manancial pertencente a Santo André.

O início do trabalho do Comugesan foi destacado em artigo assinado pelo então superintendente Maurício Mindrisz, em conjunto com João Ricardo Caetano, na época diretor do DGA, quando foram explicados mais detalhes de seu funcionamento: “O Comugesan poderá desempenhar o papel preponderante no planejamento futuro da cidade. Com ele, preencheu-se uma lacuna na gestão ambiental, passando a existir um canal formal e institucional de discussão sobre questões ambientais na cidade” (Artigo Meio Ambiente: Cumprindo Metas II, *DGABC*, 28/01/1999).



Matéria do *DGABC* noticia a posse dos primeiros conselheiros



Anúncio de reunião extraordinária do Comugesan em 1999 para tratar do Grupo de Trabalho do Aterro Sanitário

## Competência

Matéria do mesmo jornal tratou da competência do Comugesan: “Entre as competências do Conselho, estão discutir e apurar o Plano Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental e fiscalizar a correta aplicação dos recursos financeiros e a qualidade dos serviços prestados à população pelo Semasa” (“Santo André elege seu 1º Conselho de Meio Ambiente” - *DGABC*, 16/11/1998). O mesmo texto informava sobre a posse dos primeiros membros do Comugesan, que teve como conselheiros, dentre outros: o superintendente do Semasa, Maurício Mindrisz, como presidente do conselho; Silvio Tadeu Pina, do Fórum da Cidadania do Grande ABC; e José Izidro Gomes, da Acisa (Associação Comercial e Industrial de Santo André).

O incentivo para que funcionários do Semasa também reconhecessem a importância do Conselho era feito a partir de destaques no jornal *Nascente* – informativo de circulação interna do Semasa. Na edição de março de 2017, o *Nascente* trouxe uma entrevista com a então diretora do DGA, Izabel Maura de Farias Lavendowski, sobre o Comugesan.

Importantes discussões de serviços e programas do Semasa passaram pelo Comugesan nesses 25 anos, como a constituição do Grupo de Trabalho para tratar do Aterro Sanitário da cidade, a Lei Específica da Billings, compensações ambientais e aprovação de projetos de lei e decretos ligados à gestão ambiental.



Reunião ordinária do Comugesan, 2015

## Rodoanel

Um exemplo da importância do Comugesan foram as discussões realizadas para tratar dos impactos ambientais trazidos pelas obras do Rodoanel Mário Covas - Trecho Sul. A matéria sob o título “Santo André propõe alterações no Rodoanel” (*ABC Repórter* – 25 a 31 de janeiro de 2003) trouxe informações sobre o assunto: medidas como a realização de um estudo de origem de cargas e passageiros para análise das mudanças no município foram solicitadas ao Dersa

(Desenvolvimento Rodoviário S/A), responsável pela obra, em janeiro de 2003, a partir das propostas do Comugesan. Foram feitas sugestões para alterar o traçado na região do Parque do Pedroso, de modo a preservar mais a área de mata e manancial.

## Formação e regimento

Com mandatos bienais (*veja composição do biênio 2023-2024 na página 163*), o Conselho caracteriza-se como paritário, ou seja, 50% de seu corpo de membros deve ser da sociedade civil e os outros 50% do poder público. A composição dos membros do Conselho foi estabelecida pela Lei nº 8.676/2004, sendo a sociedade civil eleita em processo de escolha e publicado nos atos oficiais de grande circulação. A metade de órgãos governamentais municipais é indicada pelo prefeito.

## Primeiro mandato

No primeiro mandato, houve a inscrição de 23 entidades. Ainda em 1998, após serem eleitos e devidamente indicados, os conselheiros tomaram posse e iniciaram as atividades do grupo.

A primeira tarefa consistiu na elaboração do regimento interno, que baseou-se em estatutos de outros conselhos. A primeira versão data de 14/12/1998. A versão mais recente é de 2019.

## Grupos de Trabalho

Além das reuniões, onde são debatidos os temas e as pautas, o Conselho constituiu Grupos de Trabalho (GTs), de acordo com as necessidades, desde que aprovados em plenárias. O único grupo permanente é o Comitê de Infrações e Processos Ambientais, com 12 membros. Os temporários têm de 4 a 6 membros.

*“O Comugesan convalida as ações, ele cobra e traz garantia da execução da política de saneamento de uma forma mais eficiente e eficaz para o município. Santo André tem mais de 55% do território em área de manancial. A legislação aqui é muito boa, mas há dificuldade de se aplicar, muitas vezes. E o olhar daquele conselheiro que mora lá no manancial, ou daquele que representa o terceiro setor, nos traz uma outra realidade. Então, o Comugesan é o momento que você consegue ouvir essas opiniões de fora, fazer as cobranças necessárias para o poder público. Conseguimos enxergar onde estamos errando e também onde acertamos: mostramos para o conselheiro o que está sendo feito pela administração municipal. Aí, eles falavam: ‘legal o que vocês estão fazendo; o que estão propondo’. Eu acho que o Conselho tem esse papel de validar e de integrar. Nem sempre consegue. Mas é uma luta não só no caso de Santo André. Conselhos são assim; é uma construção.”*

“Além do Comugesan, foi também criada a estrutura administrativa que já executa a Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental, conferindo ao município crescentes responsabilidades no campo ambiental, como o licenciamento de empreendimento potencialmente poluidor, a fiscalização de irregularidades ambientais e a educação ambiental.”

*Diário do Grande ABC,  
28/01/1999, artigo  
“Cumprindo Metas II”,  
de Maurício Mindrisz e  
João Ricardo Guimarães  
Caetano*

*Stella Marla Siste,  
agente ambiental e  
encarregada de atividades  
do Comugesan de 2009  
a 2012*







# 10

## FUMGESAN: RECURSOS PARA PROJETOS AMBIENTAIS





Revitalização de canteiros dentro do Projeto No Meio da Vila, 2018



**A** Lei nº 7.733/1998 também criou o Fundo Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental (Fumgesan), com o objetivo de concentrar recursos para projetos de interesse ambiental e que tem, entre suas receitas, a arrecadação de multas ambientais. Apesar da previsão, levou mais de uma década para que o Fumgesan passasse a ofertar concursos de projetos ambientais, pois era preciso editar um decreto municipal regulamentando a questão.

A maioria dos projetos apresentados, analisados e aprovados ainda está ligada à esfera pública, mas três entidades representantes da sociedade civil já tiveram suas proposições aprovadas.

Os projetos avaliados devem estar relacionados à proteção, conservação, manutenção e recuperação da qualidade ambiental; defesa do meio ambiente; atividades educativas e de mobilização da sociedade civil organizada no processo de defesa do meio ambiente e da salubridade ambiental.

Até 2023, foram lançados cinco editais pelo Fumgesan, que resultou na escolha de 14 projetos em áreas temáticas diversas, como educação ambiental, consumo responsável, Mata Atlântica, resíduos sólidos, áreas protegidas, entre outros assuntos. Os investimentos dos recursos somaram mais de R\$ 1,8 milhão com iniciativas, que passam pela análise de Grupo Gestor. Os considerados habilitados vão à votação em reunião do Comugesan para a escolha do vencedor.

O Conselho Gestor do Fumgesan é formado pelo diretor do Departamento de Gestão Ambiental (presidente), pelo diretor do Departamento Administrativo Financeiro do Semasa (vice-presidente) e pelo vice-presidente do Comugesan, que é um membro da sociedade civil.

**Stella Marla Siste,**  
agente ambiental,  
encarregada de  
atividades do  
Comugesan e secretária  
executiva do Fumgesan  
de 2009 a 2012

*“Quando entrei na gestão, o Fumgesan existia desde 1998 como instrumento da Política, mas não tinha ainda implementado nenhuma ação. Havia sido lançado edital para apresentação de projetos para o Fumgesan, mas não tiveram sucesso de trazer as ONGs do município para participarem e o poder público ainda não podia apresentar projetos, porque não havia sido regulamentada a questão, posteriormente alterada por um decreto. Conselheiros do Comugesan participaram ativamente para a realização dessa mudança. O pessoal do Fundo Municipal de São*

Paulo também nos ajudou muito, porque eles tinham muita experiência. A partir de então, todo ano, o Comugesan aprova um plano anual de aplicação dos recursos. Um Grupo Gestor elabora o edital com auxílio da Secretaria Executiva e traz para as reuniões algumas propostas temáticas que estão em acordo com a Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental para que os conselheiros possam deliberar como o tema será trabalhado no edital e qual o valor que será disponibilizado, sendo parte destinada a projetos do poder público e parte para as propostas vindas de entidades da sociedade civil. Uma comissão é formada para avaliar as propostas. A avaliação dos projetos segue alguns critérios, dando uma classificação para cada um. Se atingir uma nota mínima e estiver dentro dos objetivos do Fundo do Comugesan e da Política Municipal será ou não aprovado. O grupo também acompanha a prestação de contas de tudo o que foi feito pelo Comugesan, quanto de valor entrou, quanto saiu e onde foi aplicado. Há todo um trâmite jurídico sobre a parte do edital; eu coordenava as comissões de acompanhamento e avaliação dos projetos e a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas.”

## A importância do Comugesan e do Fumgesan

O Movimento de Moradores de Favelas (MDDF) acompanha a implementação da política de saneamento ambiental de Santo André há mais de uma década. Desde 2013, participa das reuniões do Comugesan. “O MDDF continua com mandatos consecutivos. Incentivamos a participação popular nas discussões sobre resíduos sólidos, poluição do ar, gestão de parques, planejamento urbano e outros aspectos da gestão ambiental da cidade”, conta Josenilda Maria da Silva, presidente da entidade. O MDDF inscreve projetos junto ao Fumgesan e já foi contemplado em duas ocasiões, No Meio da Vila (2019) e Becos e Florestas (2021).

### No Meio da Vila

O projeto “No Meio da Vila – Sensibilizando as pessoas para o cuidado com a cidade” foi realizado nas comunidades Tamarutaca, Ipiranga I e II, Piracanjuba, Gonçalo Zarco, em 2019. O objetivo foi capacitar moradores para liderar processos de revitalização dentro de seus espaços. Foram realizadas diversas intervenções, com recursos próprios da comunidade.

Já o “Becos e Florestas: Educação ao ar livre” foi realizado entre setembro de 2021 e julho de 2022, com ações em duas áreas da cidade: Jardim Cristiane e a Vila de Paranapiacaba. As atividades ocorreram por meio de visitas ao Aterro Sanitário de Santo André, *tour* ambiental em unidades de conservação como o Parque do Pedroso e a Vila de Paranapiacaba, além de formações práticas, quando moradores aprenderam a fazer pequenas transformações em seus espaços para melhorar a qualidade ambiental local.



Nota de 2019 do *Diário do Grande ABC* destaca Projeto No Meio da Vila, edital de 2018



“O Fumgesan foi fundamental porque permitiu que levássemos ações proativas, planejadas pelas próprias comunidades. Ou seja, os projetos aprovados incentivaram a colaboração ativa da sociedade em mutirões, eventos de sensibilização, discussões no bairro e nos conselhos. São projetos que representaram bem a nossa visão da gestão ambiental local”, explica Josenilda.

## PROJETO CAETÉ

Outro projeto com financiamento pelo Fumgesan é o Projeto Caeté para formação ecoprofissional, proposto pelo Instituto Siades (*leia mais no capítulo 13*). Para Sônia Maria Viggiani Coutinho, coordenadora geral do Caeté, é “muito importante” que o Semasa mantenha o Fumgesan”. Em São Paulo, por exemplo, os fundos só contemplam projetos da própria prefeitura. O último edital aberto à sociedade civil é de abril de 2014. Hoje, nem fazem mais editais e isso é muito ruim. O Fumgesan é um dos poucos que se mantém e que financia não só projetos do governo como também os da sociedade civil”, explica.

## Editais(\*) e projetos do Fumgesan a partir de 2014

	PROPOSTA	PROPONENTE	VALOR FUMGESAN	VALOR TOTAL DO PROJETO
EDITAL 2014	Pegada Jovem: Meio ambiente e protagonismo	DGA/Semasa	R\$ 117.428,00	R\$ 117.428,00
	Meu Papel, Nosso Meio - Educação ambiental e reciclagem de papel	DRS/Semasa	R\$ 53.121,00	PR\$ 161.027,40
	Arborização, sensibilização e qualidade de vida	SISU/Prefeitura de Santo André	R\$ 195.220,00	R\$ 394.765,05
	Projeto 5 Rs: Educação para o consumo responsável	Instituto Siades	R\$ 100.000,00	R\$ 145.000,00
EDITAL 2018	Conexões na Mata Atlântica: Uma rede de oportunidades para a conservação	Instituto Siades	R\$ 100.000,00	R\$ 133.120,00
	De volta pra sala: Transformando sofás em cidadania	DRS/Semasa	R\$ 98.911,50	R\$ 148.782,05
	No Meio da Vila: Sensibilizando pessoas para o cuidado com a cidade	MDDF	R\$ 100.000,00	R\$ 111.500,00
EDITAL 2019	Do Sólido ao Gasoso: descobrindo as rotas finais dos resíduos sólidos urbanos	DRS/Semasa	R\$ 219.068,50	R\$ 680.517,24
	Becos e Florestas: educação ambiental ao ar livre	MDDF	R\$ 199.939,33	R\$ 251.957,16
EDITAL 2021	Saúde Ambiental e Áreas Protegidas: uma oportunidade para sensibilização de moradores e visitantes da vila por meio de projeto de comunicação visual do Centro de Visitantes do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba	SMA/Prefeitura de Santo André	R\$ 119.852,14	R\$ 142.360,91
	Inventário Municipal de Gases de Efeito Estufa (GEE)	SPEL/Prefeitura de Santo André	R\$ 120.000,00	R\$ 274.946,17
	A3P Santo André: envolvimento dos servidores públicos municipais na implantação de uma Agenda Ambiental na Administração Pública	DRS/Semasa	R\$ 119.986,82	R\$ 140.699,94
	Projeto Caeté: formação ecoprofissional para jovens e intervenções socioambientais em Paranapiacaba	Instituto Siades	R\$ 250.898,14	R\$ 278.724,24
	Agrofloresta Comunitária nos arredores do Córrego Alzira Franco: plantar água, cultivar a comunidade e colher os frutos	Coletivo Nasa	R\$ 279.020,95	R\$ 308.540,95

Fonte: Departamento de Gestão Ambiental/Semasa

\* Obs.: Os projetos do poder público não precisam passar por edital e podem ser apresentados a qualquer tempo; os trabalhos das entidades da sociedade civil são por demanda induzida, devendo aguardar a abertura de edital para inscrição dos projetos.

11

● PARQUE NATURAL  
● MUNICIPAL DO  
● PEDROSO: PATRIMÔNIO  
● AMBIENTAL  
● DE SANTO ANDRÉ  
●



Jardim Japonês  
Cidade de Takasaki  
no interior do  
Parque do Pedroso



O Parque Natural Municipal do Pedroso (PNMP) também tem parte de sua história ligada à Lei nº 7.733/1998. Ele é um divisor de águas da Macrozona de Proteção Ambiental de Santo André, que começa no Parque do Pedroso e vai até a Vila de Paranapiacaba. A 7.733 transformou o parque em uma Unidade de Conservação. Em seu artigo 54, modificado posteriormente pela Lei Ordinária nº 8.586/2003, está descrito: “O Parque Regional do Pedroso, tendo em vista suas características naturais, passa a ser uma Unidade de Conservação, categoria Parque Natural Municipal, devendo estar os seus limites e objetivos indicados em instrumento legal específico”. A lei de 2003 também amplia a dimensão protetiva do Pedroso, caracterizando-o como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Desde então, a proteção do patrimônio natural do Pedroso é de responsabilidade do Semasa, que por meio da gestão ambiental realiza ações no local, entre elas, as preventivas e as educativas. Cortado pela Estrada do Pedroso e pela Estrada do Montanhão e vizinho de Mauá e São Bernardo do Campo, regiões já bastante adensadas, o Pedroso recebe fiscalização periódica, inclusive de seu entorno, com objetivo de coibir invasões, desmatamento, descarte irregular de resíduos, entre outras irregularidades.

Com 8.150.725 m<sup>2</sup>, o parque integra a Reserva da Biosfera e também a Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Sub-bacia Hidrográfica Billings-Tamanduateí. A microbacia do Córrego Pedroso fica totalmente dentro do parque e apresenta 33 nascentes e 15 lagos.

Apesar de o maciço vegetal formar um corredor importante para a manutenção de espécies vegetais e animais do Parque Estadual da Serra do Mar e funcionar como uma barreira entre a área urbana e o espelho d'água da represa Billings, a pressão por moradias avança sobre a mata e a fiscalização, isoladamente, não consegue dar conta de todas as demandas. O entorno do Parque do Pedroso segue ameaçado por desmatamento e ocupações, principalmente do lado da Estrada do Montanhão.



Newton José Barros explica que, dentro da macrozona de proteção, a área do Pedroso é bastante ocupada frente à área de Paranapiacaba. “O lado sul da represa (Billings) sempre foi o menos ocupado, com cerca de 7 mil habitantes. Se somarmos os três bairros do lado do Pedroso, são quase 30 mil pessoas. Então, 98% dos mananciais ocupados estão na região do Pedroso. É ali a pressão por ocupação porque está mais perto da área urbana”.



Participantes do Programa de Jovens da Reserva da Biosfera no Pedroso, 2006

### Captação de água

Até 2019 o Semasa fazia a captação de água no parque, que seguia para o tratamento na Estação de Tratamento de Água Guarará e era distribuída para 5% da população de Santo André. Após aquele ano, a captação e a distribuição de água no município passaram a ser feitas integralmente pela Sabesp. A água do Pedroso não é mais utilizada para esse fim.



Crianças participam do plantio de 100 árvores no Parque do Pedroso, 2021

### Família Pedroso

O Parque Natural Municipal do Pedroso emprestou o nome da família Pedroso, antiga proprietária da área. Explorada para a produção de carvão vegetal, foi fragmentada em vários proprietários e, desde antes da década de 1940 do século passado, era utilizada para a captação e abastecimento de água.

No início da década de 1970, a área foi aberta ao público, quando para lá foi transferida a Capela de Santa Cruz, construída pelos antigos lenhadores da região. Em 1979, houve mudança na denominação do local, que passou a chamar-se Parque Regional e Jardim Botânico do Pedroso. Na época, foram construídos quiosques com churrasqueiras, quadras esportivas e instalados equipamentos para recreação infantil e sanitários.

Fonte: Plano de Manejo



## PLANO DE MANEJO

Foram quase 20 anos até a aprovação do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Pedroso. No dia 13 de dezembro de 2016, o documento foi aprovado no Comugesan e depois oficializado pelo Decreto Municipal nº 16.878, que instituiu também o Conselho Gestor do Parque. Mas as discussões para a elaboração do diagnóstico socioambiental local para o Plano de Manejo começaram bem antes de 2016.

No ano de 2007, Izabel Maura Lavendowski, então diretora de gestão ambiental do Semasa, ficou responsável por iniciar as discussões sobre o Plano. Foram realizadas reuniões e oficinas com a comunidade do entorno, mas o Plano não foi finalizado nesse primeiro momento. Além da equipe do Semasa, as reuniões participativas foram conduzidas pelo arquiteto Raul Pereira, especializado em recuperação de áreas degradadas, áreas públicas e doutor em estruturas ambientais urbanas que foi contratado pelo Semasa para realizar o trabalho.

Capa do jornal *Nascente* de junho de 2007 tratou do Plano de Manejo e também da recuperação da fachada do Parque



Com apoio de agentes ambientais e mapas, comunidade participa de oficina do Pedroso, 2007



Arquiteto Raul Pereira em reunião com a comunidade do entorno do Parque do Pedroso, 2007

## Conclusão em 2016

Ainda em 2007, foi organizado um Grupo Gestor do Parque – formado pelo Semasa e secretarias de Governo; Educação e Formação Profissional; Cultura; Esporte e Lazer; Desenvolvimento Urbano e Habitação; Obras e Serviços Públicos, que ajudou a definir um diagnóstico preliminar da área, como a situação dos remanescentes da Mata Atlântica e dos recursos hídricos do parque que, naquele momento, atendia a 5% da população de Santo André.

O documento que foi concluído em 2016 aproveita parte desse diagnóstico inicial de 2007 e está estruturado em duas partes: no primeiro volume, apresenta o diagnóstico socioambiental a partir da realidade local e as condicionantes do território; no segundo volume, define planos, estratégias e linhas de ação aplicadas às deficiências, insuficiências e necessidades, bem como linhas de ação

para as potencialidades, oportunidades e singularidades, estabelecendo o manejo para o uso do Pedroso e seu entorno – área de amortecimento da Unidade de Conservação.

O instrumento de gestão do parque é o seu zoneamento. O mapeamento da Unidade de Conservação organiza espacialmente as zonas do Pedroso, de acordo com os seus diferentes

graus de proteção e regras de uso. Outro importante ponto são as medidas para promover a integração do parque à vida econômica e social das comunidades vizinhas, apresentando regras para visitação.

### Compensação ambiental

O Plano de Manejo do Parque do Pedroso faz parte das ações de compensação ambiental do Dersa pelas obras do Trecho Sul do Rodoanel. A USP (Universidade de São Paulo), por meio de convênio técnico com o Dersa, respondeu pelo trabalho e pelas oficinas públicas para ouvir a população do entorno e sociedade civil. As atividades foram realizadas em parceria técnica com o Semasa.

Apesar do decreto do Plano de Manejo, o Dersa não finalizou todas as compensações ambientais devidas à cidade. Para o ex-diretor de gestão ambiental do Semasa, Carlos Pedro Bastos, a questão do Plano de Manejo passa pela contratação feita pelo Dersa à USP.

“Para contratar algo, especialmente no serviço público, é preciso especificar muito bem. Se houver lacunas não se consegue recuperá-las depois. Foi o que aconteceu”, acredita. Segundo ele, faltou o Dersa ter contratado também o Semasa para que a autarquia apontasse as necessidades locais.

Um exemplo dessa distorção foi lembrada pela coordenadora dos trabalhos pelo Semasa, Elena Rezende: a primeira versão do Plano era regional, incluía São Bernardo, sendo solicitada a separação porque se tratava de um Plano de Manejo para áreas, realidades e necessidades diferentes.

“Ainda há coisas para serem corrigidas, mas o Plano foi finalizado e é um bom trabalho. Agora é aprimorá-lo”, defende Carlos Pedro. Em 2023, o Semasa iniciou a revisão do Plano de Manejo, com conclusão em 2024.



Reunião com moradores do Parque Miami, em 2004, para tratar das obras do Rodoanel que passariam pela região do Pedroso

## Conselho Gestor

Um Conselho Gestor do Parque Natural Municipal do Pedroso foi constituído em 2023. A primeira reunião do grupo ocorreu dia 15 de fevereiro, com a seguinte composição:

### Poder Público:

- Eriane Justo Luiz Savóia – *presidente e representante titular do Departamento de Gestão Ambiental (Semasa)*;
- Nathalia Oliveira Padovanni – *representante suplente do Departamento de Gestão Ambiental (Semasa)*;
- Rodrigo Romão – *representante titular da Gerência de Controle Ambiental (Semasa)*;
- Raphael Alberto Martins Pedro – *representante suplente da Gerência de Controle Ambiental (Semasa)*;
- Leandro Wada Simone – *representante titular da Secretaria de Meio Ambiente (Prefeitura de Santo André)*;
- Paulo Henrique Borges – *representante suplente da Secretaria de Meio Ambiente (Prefeitura de Santo André)*

### Sociedade Civil:

- Maria Aparecida Calamari Linares – *representante titular do Santuário Nacional de Umbanda*;
- João Rodolfo Linares – *representante suplente do Santuário Nacional de Umbanda*;
- Petrus Decco Gonçalves – *representante titular do Coletivo Amigos do Pedroso*;
- Ivone Emilia Maria Manzoni – *representante suplente do Coletivo Amigos do Pedroso*;
- Angela Terumi Fushita – *representante titular da Universidade Federal do ABC*;
- Luciana Pereira – *representante suplente da Universidade Federal do ABC*.

Eriane Savóia em reunião do Conselho Gestor do Parque do Pedroso



A ata da primeira reunião do Conselho, disponível para consulta pública no *site* do Semasa, demonstra bem a necessidade de discussões permanentes sobre os usos do Parque Natural Municipal do Pedroso, constantemente ameaçado.

Dentre os assuntos tratados, estão atividades de comércio no Parque do Pedroso; multas e aparecimento de placas com avisos de “Propriedade Particular” na Estrada do Montanhão, divisa com São Bernardo.

A apresentação do empreendimento da construtora MRV na Estrada da Cata Preta, localizada na

área de amortecimento do Parque, também foi pauta na mesma data. Ainda na primeira reunião, Ivone Emilia Maria Manzoni foi eleita a vice-presidente do Conselho – representante suplente do Coletivo Amigos do Pedroso. O Conselho realizou cinco reuniões (entre ordinárias e extraordinárias) em 2022, seis em 2023 e, até o fechamento desta publicação, duas em 2024.

## Coração da Borda do Campo

Ivone Manzoni considera “muito gratificante” participar do Conselho Gestor. Moradora do Recreio da Borda do Campo há 32 anos, Ivone diz que “ama” o Pedroso porque o espaço faz parte de sua memória afetiva e de sua família. “Meu filho mais velho tem 48 anos. Ele tinha dois anos quando veio ao Pedroso jogar bola pela primeira vez”, recorda-se.

Segundo Ivone, fazer parte do grupo é importante para que possa “defender o que tem lá dentro, uma natureza linda e lugar para desfrutar, levar a família”. “Para mim, o Parque do Pedroso é o coração da Borda do Campo, da Represa (Billings) e do Parque Miami”.



Integrantes do Conselho Gestor do Pedroso em visita ao Santuário

## Trechos da entrevista com *Elena Maria Rezende\**

### História do Parque

*“A história do Parque do Pedroso é bem curiosa. Na década de 1950, 1960, o planejamento urbano da prefeitura, quando começaram a idealizar a conservação legal da área, pensou na Bacia do Pedroso como divisor de águas, literalmente, da área urbana com a de manancial. Os mapas não tinham rigor e aferição técnica tão clara das bacias. Mas, no Instituto Cartográfico, funcionários conseguiram um mapa da Bacia do Ribeirão do Pedroso que pegava o lago de São Bernardo e toda a região. O nome era floresta botânica do Pedroso. Na década de 1970, tem a criação do Horto Florestal Municipal, com viveiro de plantas, e já está citada a importância da proteção dos mananciais. Eu fiquei muito surpresa quando estudei os processos administrativos. Eles traziam uma riqueza da história que não é contada.*

*Os funcionários se aposentam, vão embora e, ao ler os processos, tive vontade de conhecer esses profissionais, quando se estudava bem o planejamento urbano da cidade. Houve toda uma justificativa do por que criar uma floresta e proteger os mananciais. As áreas do Pedroso começaram a ser desapropriadas na década de 1940. Depois, foi mudando de nome, sempre teve essa vocação regional. Ele se chamava Parque Regional do Pedroso. Porque se sabia que o parque era uma massa de floresta tão importante que não era só para Santo André, era regional. Isso também foi interessante.*

### Unidade de Conservação

*O Parque do Pedroso, por suas características naturais, passou a ser uma Unidade de Conservação de categoria parque municipal pela Lei nº 7.733,*



que estava muito coerente com o pensar a cidade, a gestão ambiental e todos os demais serviços do Semasa, de forma integrada. Nesse período, só havia o Parque do Pedroso como Unidade de Conservação no âmbito municipal e, mais tarde, veio a ser criada a Unidade de Conservação do Parque Nascentes, em Paranapiacaba. O que é interessante é que o Pedroso aparece na 7.733 em 1998. Somente dois anos depois foi editada a lei federal que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Ou seja, estávamos dois anos à frente. O município teve essa percepção, de que essas áreas precisavam de proteção.

### **Contratação da USP**

Em 2012, eu estava trabalhando na gestão ambiental e soube que a USP tinha sido contratada pelo Dersa para poder cumprir a compensação ambiental do Rodoanel, de forma a elaborar e implantar o Plano de Manejo do Parque do Pedroso. Essa era uma das compensações ambientais votadas no Conselho Estadual de Meio Ambiente. Comecei a acompanhar as oficinas públicas do Plano. Depois, em 2013, fui chamada para continuar o acompanhamento do Plano e de outras tarefas na gestão dos mananciais, já que eu participei do Projeto Gepam (Gerenciamento Participativo em Área de Manancial), sendo a responsável pelo projeto piloto PP2, que era no Núcleo Pintassilgo, que fica dentro da área do Parque do Pedroso. Então, eu vim um pouco com esse conceito de tentar retomar na prática a gestão participativa em Área de Manancial. Acompanhei toda a consulta pública da LUOPs Manancial para adequar a Lei da Billings para o município, que já estava bastante atrasada. Retomamos o diálogo mais institucional com a USP, com agenda de reuniões sob a coordenação da professora Sueli Furlan, que era a responsável pelo Plano de Manejo.

### **Visão técnica**

Foi importante a visão mais técnica de como constituir o Plano de Manejo seguindo as diretrizes do ICMBio. Tem o diagnóstico ambiental que não é apenas sobre a floresta e a água; tem também diagnóstico socioeconômico do entorno. Temos de construir outro volume do plano: o Programa de Manejo.

### **Oficinas de gestão pública**

Eram chamados técnicos do órgão público municipal que tinham interface com alguma situação do Pedroso: planejamento urbano, habitação, tínhamos de compreender o Pedroso nos seus desafios, nos seus conflitos. Outra temática era definir o zoneamento dentro e fora do município, que é a zona de amortecimento. Conversamos com outros municípios que fazem divisa com Santo André: São Bernardo, Mauá, Ribeirão Pires participaram. Além disso, as oficinas tinham um cunho de socializar, de formação também de outros técnicos para entender como traçar o Plano de Manejo. Também trabalhamos com a população, porque tem um outro programa, que se chama Uso Público, que é a interface com a população na relação comunitária, na comunicação social, na educação ambiental com os moradores do entorno. Fizemos reuniões para pensar que tipos de atividades poderiam ocorrer no entorno do parque, com objetivo de inibir, por exemplo, a caça irregular dentro da área. Para que os moradores do entorno entendessem a grandeza do Pedroso, comparávamos com o tamanho do Parque Ibirapuera. O Pedroso é seis vezes maior. Os moradores nunca tinham visto um mapa completo da área do parque. Apresentávamos a eles e mostrávamos quais lugares tinham que ficar totalmente protegidos e quais poderiam ter uso mais intensivo. Fomos colhendo várias propostas e validamos no Comugesan.

### A novela do perímetro

Para complementar o diagnóstico do Parque, criamos uma força tarefa, principalmente do Departamento de Gestão Ambiental – tinha também o Departamento de Manutenção e Obras, o pessoal da topografia. A equipe do perímetro era com a Prefeitura, porque o Pedroso é propriedade da Prefeitura de Santo André; o Semasa é o órgão gestor. Falamos com a Procuradoria Patrimonial, que trata das desapropriações, algumas ainda estavam em andamento no Supremo Tribunal Federal desde a década de 1940! Falamos com o Departamento de Tributos para verificar a situação da classificação fiscal de cada lote, que mesmo desapropriado constava nos arquivos da prefeitura desatualizados, com desenhos desproporcionais à matrícula que estava em cartório. Foram quase três anos de vários estudos para conseguirmos dominar, buscar as peças de processos que estavam se desfazendo no papel. Alguns lotes não tinham descrição nenhuma. Conseguimos fazer um levantamento topográfico, mas, mesmo assim, não batia. Então, o perímetro foi uma novela à parte e ainda perdura, porque até hoje temos problemas. Por causa dessa situação de falta de uma regularização fundiária, o Pintassilgo perdeu a chance de regularizar, porque a situação fundiária das glebas que foram desapropriadas não estavam ainda com o registro em nome da prefeitura. Não se resolveu o problema fundiário do Pedroso. O que conseguimos apurar está descrito no diagnóstico e tem bastante informação.

### Incorporação de áreas

O objetivo de incorporar novas áreas ao Parque do Pedroso era poder dar uma linha de conservação com os mesmos parâmetros para fragmentos ambientais próximos. No diagnóstico ambiental, é possível verificar que o Pedroso corre o risco do chamado ‘efeito de borda’. Não é só de ocupação



Página do jornal *Nascente* de 2016

irregular. É porque tudo vai ficando recortado e é preciso criar mais corredores verdes, regionalmente, inclusive. O Pedroso deveria fazer parte de um mosaico de conservação que está previsto na Lei 9.985, para expandir regionalmente a proteção com Ribeirão Pires, que tem uma grande área de conservação ambiental. Há também uma pressão muito grande vinda da região do Montanhão, de São Bernardo, com desmatamento e ocupações irregulares. O Plano de Manejo foi promulgado a partir de um decreto municipal de 2016. Então, a partir de 2017, essas questões precisariam ter tido continuidade. Com as áreas incorporadas, o parque ganhou de 30% a 40% mais território, porque a lei diz que o que se coloca para dentro do perímetro não pode mais sair. Ou seja, o Pedroso não vai perder essas áreas. A favela Pintassilgo, conforme o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público, teria de sair de lá. Então, tivemos de acrescentar mais áreas para que o Pedroso não perdesse área.”

\*Socióloga, consultora em planejamento participativo e educadora socioambiental.



Grafitadores da Guerra das Cores e jovens da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe grafitaram muros dos vestiários com elementos da natureza



Jornal *Nascente* anunciava melhorias na área de lazer do Parque, 2020

## ARTE EM GRAFITE

Ao longo dos anos, o Parque do Pedroso passou por diferentes processos de revitalização de seu espaço de lazer. Em 2020, uma parceria do Semasa com o grupo Grafitadores da Guerra das Cores e jovens da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe promoveu uma mobilização de arte em grafite que deu mais cor e vida às paredes externas do vestiário, sanitários e entrada do Parque.

Também em 2020, sob gestão e supervisão do Semasa, começaram as intervenções para cercamento de uma nova parte do parque. Na primeira etapa, foram aproximadamente 200 metros, entre o limite do parque com a área urbana do município. Posteriormente, mais 700 metros até a portaria principal de acesso à Unidade de Conservação.

Como parte da revitalização, foram realizadas manutenções na trilha que dá acesso à segunda torre do antigo teleférico, instalação de placas de identificação e reforma de churrasqueiras, bancos e quiosques. As melhorias são investimentos feitos a partir de compensação ambiental.

Em 2022, uma área degradada próxima à Estrada do Montanhão recebeu o plantio de três mil mudas de árvores, por meio de doação de um parceiro privado. No total, foram 30 espécies como aroeira-pimenteira, embaúba, arará-amarelo entre outras.

No mesmo ano, os sanitários públicos foram reformados e adaptados para pessoas com deficiência. O *playground* também passou por revitalização, ganhou piso tátil e dois brinquedos adaptados para crianças com deficiência.



Vistantes fazem trilha no Parque do Pedroso

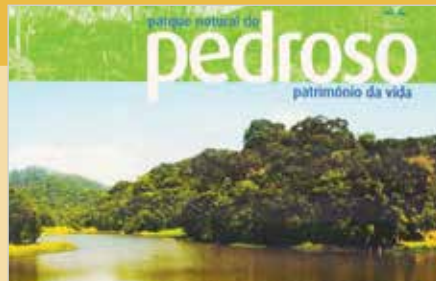
## LIDERANÇAS

“Antes de eu ser encarregada do Parque do Pedroso, fiz um diagnóstico na região, conversando com 100 lideranças locais. A ideia era pôr em prática parte do Plano de Manejo”, recorda-se a assistente social Cleonice de Almeida Pinto.

De acordo com ela, o objetivo foi envolver os frequentadores do Pedroso, promovendo ações para o desenvolvimento local. “As pessoas precisavam se sentir parte do parque, comecei a colocar pequenas ações em prática. Em seis meses, conseguimos fazer primeiro festival do Cambuci, o primeiro arraiaá... Foi uma gestão compartilhada e é desse período a criação do Conselho Gestor do Parque do Pedroso. Foi dado um pontapé inicial, mostrei que o parque tem potencialidades, que é possível um desenvolvimento social e econômico no local”.

## Patrimônio da Vida

“Parque Natural do Pedroso – Patrimônio da Vida” é o nome da publicação editada em 2007, parceria entre a autarquia e o Instituto Ecoar para a Cidadania. O livro foi lançado no Mês do Meio Ambiente do mesmo ano, dentro das programações do Semasa.



Capa do livro

## A VOLTA DO PEDALINHO

Em abril de 2024, o Parque do Pedroso voltou a contar com a atração dos pedalinhos para um passeio pelo lago. A retomada atendeu a um antigo pedido da comunidade, que sempre teve um carinho especial pelo equipamento, ao ouvir relatos de familiares e amigos que costumavam fazer o passeio. O pedalinho foi uma ação especial dentro do “Domingo no Pedroso”, que leva atividades de saúde e lazer para o espaço. Para quem prefere caminhadas, o Semasa também promove trilhas monitoradas até a segunda torre do antigo teleférico.

Outra novidade de abril, mês de aniversário da cidade, foi a inauguração do primeiro Parque Naturalizado de Santo André, que fica dentro do Pedroso. Trata-se de um espaço ao ar livre construído a partir de elementos naturais, possibilitando que as crianças interajam, explorem e brinquem em comunhão com a natureza. O Parque Naturalizado tem pirâmide feita de bambu com piso de pedras, balanço duplo com assento de borracha flexível, mirante, portal sonoro de bambu, túnel cabana, jardim de pedras, canteiros com espécies arbustivas e mesa de madeira para crianças cadeirantes.



Reinauguração do pedalinho e do Parque Naturalizado do Parque do Pedroso





# Notas

2000

## Reflorestamento do Recreio

No começo de novembro do ano 2000, o Semasa dá início ao Programa de Reflorestamento do Recreio da Borda do Campo, com o plantio de 6,5 mil mudas de árvores nativas. Na época, 650 famílias que viviam no bairro de área de manancial foram envolvidas no plantio, com monitoramento dos agentes ambientais da autarquia. O objetivo do plantio era amenizar erosão nas margens da represa, o deslizamento em morros e fomentar a educação ambiental.

2002

## Reconhecendo as áreas urbanas e de mananciais

Jovens participam de curso de meio ambiente: a Gerência de Educação e Mobilização Ambiental percorre duas grandes escolas estaduais (Américo Brasiliense, no Centro, e Francisca Helena Furia, no Recreio da Borda do Campo), e leva mais de 50 jovens para percorrer as áreas central e de mananciais da cidade, assistir a vídeos e peças. No Parque do Pedroso, o grupo visitou o Recanto Arco-Íris e participou de caminhada nas trilhas. A ideia era destacar pontos positivos e negativos dos espaços percorridos.

## Aprender brincando

Crianças aprendem sobre ecologia brincando: atividade do Mês do Meio Ambiente leva ao Parque do Pedroso a peça “A Lua de São Jorge”, apresentada pelo grupo Trimitraco, além de oficina de terrário. O tema foi sobre a importância da água e do ar. As crianças também construíram boneco de bola de meia com alpiste que, com a água, faz crescer o “cabelo” no boneco.

2004

## Passeios ambientais

As visitas monitoradas de educação e mobilização ambiental promovidas em 2004 ganharam o espaço do Recanto Arco-Íris, no Parque do Pedroso – criado para ações de educação ambiental – e o Aterro Sanitário Municipal. O objetivo das visitas, abertas a grupos de alunos e professores da rede pública e particular, era contribuir para a prática de questões abordadas nas salas de aula, como a destinação correta dos resíduos sólidos.

2005

## Programa Reserva da Biosfera



Em 2005, o Parque do Pedroso abrigou um núcleo do Programa Reserva da Biosfera, promovido em municípios que compunham o Cinturão Verde da Cidade de São Paulo – áreas com remanescentes da Mata Atlântica. O objetivo era formar “ecotrabalhadore”, preparando jovens em situação de risco para trabalhar com as questões ambientais. As oficinas foram ministradas por agentes da Educação Ambiental do Semasa. Desse núcleo, participaram jovens moradores do entorno do parque com idades entre 14 e 20 anos.

Jovens participantes do Programa Reserva da Biosfera em 2006

## 2006 **Estudo ambiental**

Um estudo realizado em parceria por técnicos da gestão ambiental do Semasa no Parque do Pedroso e uma estudante de Biologia da Universidade Metodista de São Paulo demonstrou a diferença da biodiversidade na mata preservada e as ocupadas pelo homem. Em 2006, armadilhas foram colocadas nestas áreas para coletar artrópodes (insetos, aracnídeos e semelhantes) para verificar quais espécies de artrópodes são encontradas na mata preservada e quais sobrevivem no ambiente descaracterizado pelo homem. A bióloga Eriane Justo Luiz Savóia explicou, na época, que a quantidade de espécies e o tamanho das populações de artrópodes ajudam a medir os eventuais prejuízos para toda a fauna nativa de uma região ocupada irregularmente.



Coleta de insetos no Parque do Pedroso para estudo de aluna da Metodista

## 2007 **Ação de reflorestamento premiada**

“A atuação de Jovens Ecoprofissionais para a Recuperação de Áreas Degradadas em Parque Natural” e o trabalho “Potencial da Planta *Tradescantia Pallida* para o Biomonitoramento da Poluição Aérea de Santo André” foram as ações da Gerência de Educação Ambiental do Semasa premiadas com o troféu “Tião Sá de Incentivo à Pesquisa Ecológica e à Educação Ambiental”. A gerente Eriane Justo Luiz Savóia e a agente Sônia Maria Botan de Oliveira receberam o prêmio em nome da autarquia em setembro de 2007.



Eriane e Sônia com os troféus recebidos em Vitória (ES)

## 2009 **Veículos ajudam na fiscalização**

Uma das compensações ambientais do Dersa, responsável pelas obras do Trecho Sul do Rodoanel, foi a entrega de veículos para auxiliar a fiscalização ambiental dentro do Parque do Pedroso e no seu entorno. Os veículos eram jipes do modelo Agrale Marruá, destinados para uso da Gerência de Controle Ambiental do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa a partir de agosto de 2009. Também foram entregues motocicletas à Guarda Civil Municipal de Santo André para realização de rondas exclusivamente dentro do Parque do Pedroso.



Entrega de jipes Marruás

## 2011 **Mapas das trilhas**

A equipe da Encarregatura de Gestão do Parque Natural do Pedroso (setor que foi extinto) mapeava as trilhas do Parque do Pedroso no perímetro da Mata Atlântica. Os dados coletados em campo foram para um banco georreferenciado da Prefeitura Municipal, que conta com informações sobre a extensão do percurso, perfil topográfico e banco de imagens. O trabalho continua e três trilhas já foram integralmente mapeadas.

## 2017 **Ponte amarela**

Principal acesso de pedestres ao parque, a ponte amarela é totalmente reformada pelo Semasa.

## 2018 Reformas

47 churrasqueiras e quiosques são reformados e entregues à população.

## 2020 Polícia Ambiental

A Polícia Ambiental se instala em área administrativa da Unidade de Conservação, em parceria com o município.

## 2021 Mudanças

Pedroso recebe 100 novas mudas de árvores em ação do Dia Mundial da Árvore. O plantio foi feito por crianças do Instituto São Jerônimo.

## 2022 Cambuci – da Mata à Mesa



Participantes do minicurso de Cambuci

O cambuci foi a estrela do minicurso realizado em abril de 2022 junto a moradores da região do Parque do Pedroso - Recreio da Borda do Campo, Parque Miami e Jardim Riviera. Intitulado “Cambuci – da Mata à Mesa”, o curso fortaleceu o desenvolvimento cultural local e estimulou a geração de renda. O minicurso, com aulas teóricas e práticas, tratou do manejo sustentável do fruto, seus benefícios para a alimentação e saúde, técnicas de segurança alimentar e preparo de receitas culinárias. O resultado final do trabalho foi exposto para a venda no 1º Festival do Cambuci do Parque Pedroso. Entre os itens para venda e degustação, licores, cervejas, pães, patês, geleias, molhos, compotas e doces, todos produzidos com o cambuci.

## Limpeza, brinquedos e arraiá



Em 2022, o parque ganhou novas atividades e melhorias. No Dia Mundial da Água, em março, o lago principal do Pedroso recebeu uma ação de limpeza. No mesmo ano, o parque ainda ganhou brinquedos adaptados para crianças com deficiência. Outra novidade foi a realização do primeiro Arraiá do Parque do Pedroso, com atividades culturais e de lazer em clima junino.



No alto à esquerda, equipe durante a ação de limpeza do lago; abaixo, brinquedos adaptados e à direita, primeiro Arraiá do Parque do Pedroso

## 2023 Oficinas

Início das oficinas diagnósticas do Plano de Educação Ambiental e Comunicação do Parque do Pedroso.

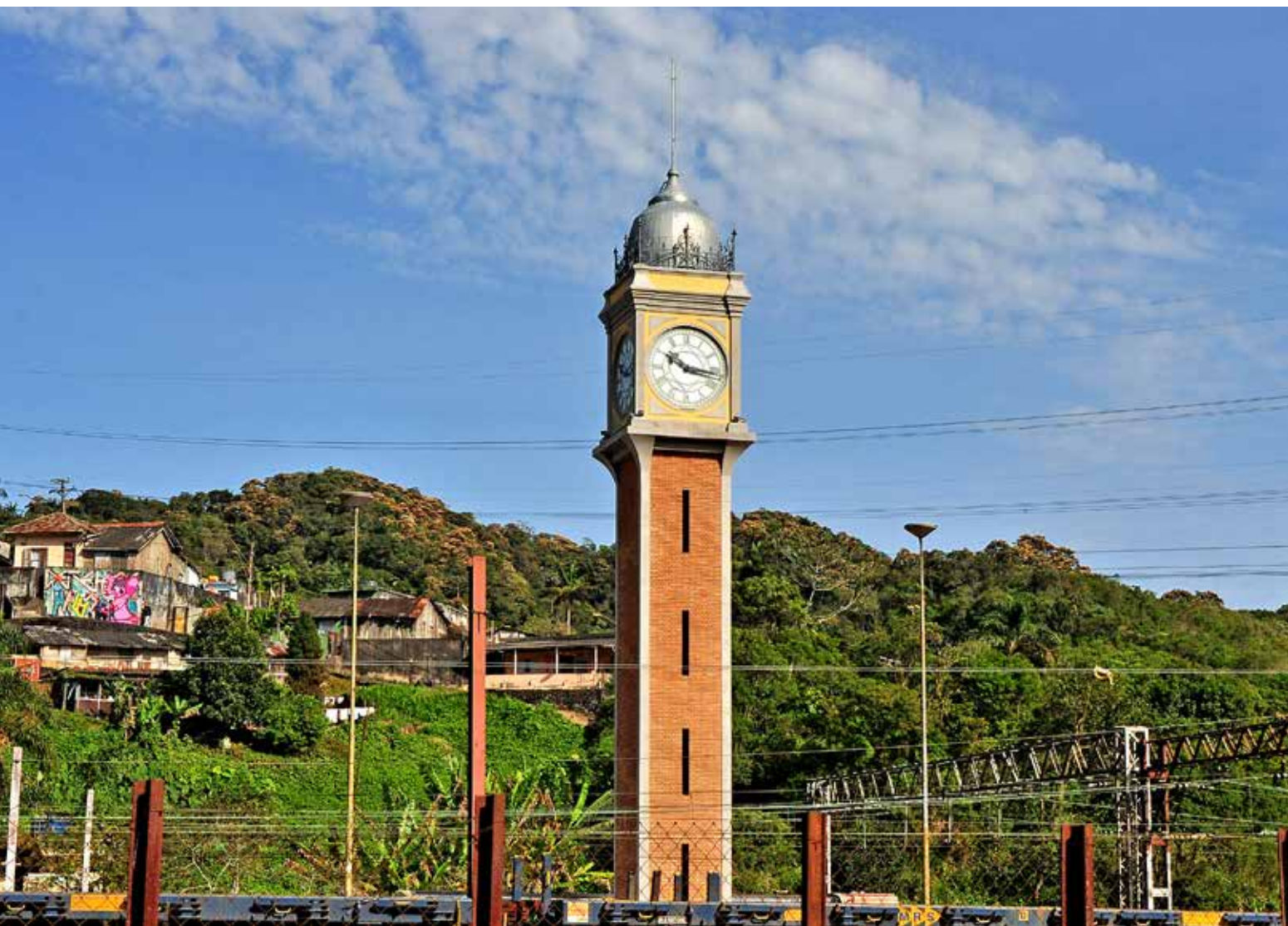
## Piquenique

Quadras poliesportivas de areia e nova área de convivência com quiosques para piquenique são entregues pela Semasa à população.



# 12

## ● PARANAPIACABA E ● PARQUE ANDREENSE ● ● ● ● ● ● ● ● ●



Torre do Relógio da Vila de Paranapiacaba



Estudantes visitam estufa em Paranapiacaba, 1999



Com a descentralização administrativa, a partir de 2001 Paranapiacaba e Parque Andreense ganham uma gestão local, responsável por aproximar a prestação de serviços públicos dos moradores da região e implementar ações de conservação e fiscalização de 87 km<sup>2</sup> de áreas de mananciais, que já sofria a pressão crescente por moradia, aplicando o arcabouço legal trazido pela Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental.

Era preciso, ao mesmo tempo, engajar a comunidade e aplicar as ferramentas legais e administrativas que impactariam a vida, os direitos e deveres dos moradores naquele território, quanto à realização de obras, supressão de vegetação, movimentação de terra, caça, pesca, entre outras.

Nesse processo, a educação ambiental estabeleceu relevante papel como base norteadora da interlocução entre o poder público, moradores e entidades da sociedade civil. Foi preciso imprimir um fino equilíbrio entre ações que conciliassem a conservação e preservação do patrimônio natural e histórico local, com a fiscalização intensa, e as necessidades de moradores que viviam afastados da área urbana, se sentiam abandonados pelos governos, com quem tinham pouca ou nenhuma afinidade.

A educação ambiental, por meio de ações contínuas e pontuais, realizou cursos com abordagens que trataram de alternativas de trabalho e renda para a população local, levando em conta a realidade do manancial.

No início da subprefeitura, alinhado à educação e extensão ambiental, foram desenvolvidas diversas atividades de geração de trabalho e renda na região de Paranapiacaba e Parque Andreense, como: apiário, horta comunitária, minhocário, Quintal da Mata ( formação da comunidade, produção de produtos e venda na Vila de Paranapiacaba), cultivo de shiitake e tanque-rede.



Matéria do DGABC trata de proposta para o desenvolvimento da Vila de Paranapiacaba, 2002



Arte com fibra de bananeira, palha de milho, tinta natural e sabonetes com ervas medicinais foram alguns dos cursos realizados no começo de 2000



Tanque rede no Parque Andreense (engenheiros Mazzini e Valdemar Campião)



Ação de renaturalização dos rios no Parque Andreense, 2002



Programa de Gestão de Microbacias Hidrográficas na Chácara Carreiras; Sandra Gaspar (em pé), primeira Gerente de Educação e Mobilização Ambiental do Semasa e da Subprefeitura, 2006



Visita monitorada da comunidade ao Núcleo Olho D'Água, 2002

Reprodução de artigo de João Ricardo Guimarães Caetano no DGABC sobre 5 anos da Subprefeitura, 2007

### Paranapiacaba: 5 anos de melhorias

Com o prazo de 50 dias para a entrega do relatório final, em 2005 a Prefeitura lançou o desafio de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Com isso, foram criados os Núcleos de Desenvolvimento Comunitário (NDCs) e os Núcleos de Desenvolvimento Empresarial (NDEs). O objetivo era promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e a participação ativa da comunidade na gestão municipal.

Em 2005, a Prefeitura lançou o desafio de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Com isso, foram criados os Núcleos de Desenvolvimento Comunitário (NDCs) e os Núcleos de Desenvolvimento Empresarial (NDEs). O objetivo era promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e a participação ativa da comunidade na gestão municipal.

Para alcançar esse objetivo, a Prefeitura lançou o desafio de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Com isso, foram criados os Núcleos de Desenvolvimento Comunitário (NDCs) e os Núcleos de Desenvolvimento Empresarial (NDEs). O objetivo era promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e a participação ativa da comunidade na gestão municipal.



## O PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No começo de 2010, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo e a Prefeitura de Santo André investiram no projeto “Escola de Formação Ambiental (EFA) Billings – Plano de Educação Ambiental para Gestão e Conservação dos Recursos Hídricos” – por meio do qual foram realizados diversos processos de educação ambiental no ensino formal e não formal, coordenado pela então Secretária de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense, em parceria com o Semasa, a Secretaria de Educação e Diretoria Regional de Ensino de Santo André.

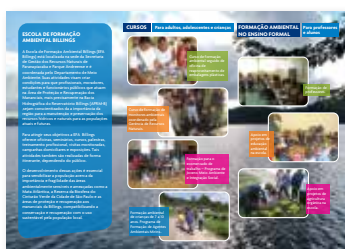
As ações envolvendo o Plano de Educação Ambiental para Gestão e Conservação dos Recursos Hídricos seguiu até 2014 na região de Paranapiacaba e Parque Andreense. No mesmo ano - período de grave escassez hídrica na Região Metropolitana de São Paulo - o Plano foi apresentado no Seminário “Educação Ambiental na Gestão e Conservação dos Recursos Hídricos - compartilhando saberes e práticas - relatos de experiências”, realizado na cidade de Santo André, como forma de registrar a memória das ações que criaram condições para que educadores, comunidade e grupos sociais desenvolvessem “novas atitudes acerca dos problemas e das soluções relacionadas aos recursos hídricos”.

No mesmo seminário também foram apresentados os resultados do projeto “Uso Racional de Água nas Escolas Municipais de Santo André - Reágua”, neste caso envolvendo as unidades de ensino da zona urbana de Santo André, por meio da Gerência de Educação Ambiental do Semasa.

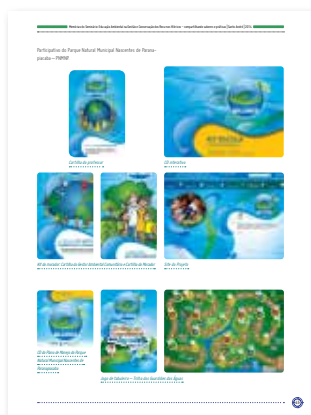
“Foi possível que os participantes obtivessem maior percepção dos impactos diretos e indiretos de suas ações no meio - especialmente em relação aos recursos hídricos. As lideranças comunitárias podiam atuar como agentes multiplicadores e difusores de conhecimento na área ambiental, uma vez que foram preparadas para executar ações efetivas voltadas à gestão e conservação dos recursos hídricos, inclusive na criação de novos projetos com a mesma vertente”, explica Elaine Colin, responsável pelo detalhamento das ações do Plano no seminário de 2014.

O Plano englobou cinco linhas de atuação estratégicas: produção de materiais pedagógicos; educação ambiental no ensino formal; educação ambiental para a melhoria do processo de gestão, educação ambiental para moradores em áreas de manancial e capacitação de educadores e multiplicadores. Com objetivo de integrar as ações de educação, de fiscalização, licenciamento e controle ambiental, as linhas de atuação estavam interligadas com as demais demandas da gestão ambiental, produzindo ao longo do tempo bons resultados práticos na região.

De acordo com dados apresentados pela coordenação, o projeto atendeu diretamente cerca de 6.500 pessoas, entre professores de 120 instituições públicas de ensino, lideranças comunitárias e moradores das áreas de mananciais.



Folder de apresentação da EFA Billings

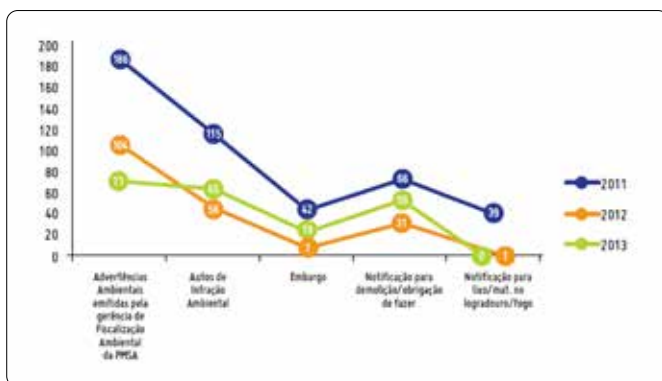


Reprodução de página do material educativo do Plano de Educação Ambiental, produzido para seminário realizado em 2014

Os processos educativos promovidos pelo poder público, de forma contínua e participativa, favoreceram a apropriação local por parte da população, unindo benefícios para proteção dos recursos hídricos e as comunidades locais.

Um gráfico apresentado no seminário, produzido pela então Gerência de Fiscalização Ambiental/Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura de Santo André, mostrou a relação das ações de educação ambiental com a queda nas ocorrências da fiscalização ambiental em Paranapiacaba, como advertências e outras sanções.

A experiência da Secretaria de Gestão de Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense na área da Educação Ambiental seria apresentada em outros fóruns, como no XII Congresso Nacional do Meio Ambiente de Poços de Caldas (MG), em maio de 2015, sendo reconhecida um ano depois com Prêmio Von Martius de Sustentabilidade 2016, da Câmara Brasil-Alemanha, na categoria Humanidade.



Reprodução de gráfico do material educativo do Plano de Educação Ambiental, produzido para seminário realizado em 2014

## ESCOLA DE FORMAÇÃO AMBIENTAL BILLINGS

Em junho de 2011, o Parque Andreense ganhava a EFA Billings, construída junto ao prédio da então Secretaria de Gestão de Recursos Naturais no Parque Andreense, para desenvolver atividades de educação e formação ambiental: oficinas, seminários, cursos, palestras, treinamento profissional, visitas monitoradas, campanhas domiciliares e exposições. O prédio, no quilômetro 39,3 da rodovia Índio Tibiriçá, tinha área aproximada de 150 m<sup>2</sup> e foi equipado com dispositivos audiovisuais e bancadas para a realização de oficinas e uma cozinha experimental. Dois viveiros na área externa apoiavam a realização de visitas com fins pedagógicos.



Funcionários na sede da EFA Billings, 2011



## Parque Nascentes ganhou mascote em 2003



A Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba (PNMNP) foi criada em 2003. Além de ser um espaço para preservar 426 hectares de Mata Atlântica, a área permite a pesquisa científica, estimula as atividades turísticas, tanto as ecológicas como as pedagógicas. Dentro do PNMNP, nas encostas próximas da divisa Santo André-Santos-Mogi das Cruzes, nasce o Rio Grande, um dos formadores da Represa Billings.

Por volta de 2004, alunos de escolas próximas ao Parque foram envolvidos para eleger a mascote do Parque Nascentes. Elaine Colin, à época na educação ambiental da subprefeitura, lembra que foram trabalhadas informações sobre a fauna local com objetivo de escolher o animal que representaria a unidade de conservação, aproximando a população da área que forma um importante contínuo florestal com o Parque Estadual da Serra do Mar e a Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba.

A escolha ficou com a "Gatita" - nome dado à fêmea da espécie gato-maracajá (parecido com uma jaguatirica). "O nome foi escolhido por meio da participação da Associação de Monitores Ambientais da Vila de Paranapiacaba", conta Elaine. O animal venceu outros habitantes da mata: sabiá-laranjeira, coruja-orelhuda, caxinguelê ou esquilo-serelepe e o quati.

## A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO INTEGRADO

Embora a Vila de Paranapiacaba e o Parque Andreense tenham tido uma gestão – administrativa e ambiental – com estrutura própria, primeiro com a subprefeitura e depois em secretarias, o trabalho integrado das áreas de educação, fiscalização e licenciamento permaneceu. A atuação de experientes agentes ambientais se tornaram diferenciais de Santo André na proteção dos remanescentes da Mata Atlântica e da represa Billings. Leandro Wada Simone é agente ambiental concursado em 2000 pelo Semasa, mas ficou pouco tempo na gestão ambiental dentro da autarquia. Logo foi levado para atuar na estrutura da Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense que estava sendo criada em 2001. De início, trabalhar em uma região afastada do centro de Santo André, somando ao final do dia 40 quilômetros de trânsito entre trabalho-uni-

versidade-casa, não agradou o então estudante: “Fui meio a contragosto. Mas quando o João Ricardo (na época, subprefeito) saiu, em 2007, reunimos os funcionários no Clube Lyra Serrano (na Vila de Paranapiacaba) para a despedida e eu falei para ele: ‘no começo eu fiquei com muita raiva por você ter mandado a gente para cá, mas hoje eu agradeço, foi uma boa experiência’. Vinte e três anos depois, Leandro continua atuando na área protegida ambientalmente. Desde 2023, atua como gerente de Unidades de Conservação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

### **Chão e população**

*“Em 2002/2003, uma parte da equipe ficou em Paranapiacaba, cuidando mesmo da gestão da Unidade de Conservação e outros serviços referentes ao patrimônio e a parte de educação e de fiscalização comportamental foi para o Parque Andreense. Lá, a gente foi fazendo também outros trabalhos. Para mim, era muito forte a questão de território, das pessoas enxergarem que o território não é só aquele espaço; não é só o chão. É o chão e a população. Por isso, sempre trabalhamos muito a questão participativa. A gente utilizava a educação ambiental não só com programas específicos, mas, principalmente, como suporte para as outras ações de gestão ambiental. Qualquer coisa referente à habitação, a educação ambiental estava junto; à fiscalização, a educação ambiental estava junto, e, na época, a gente trabalhou muito com a questão do planejamento participativo a partir de biomapa – uma metodologia premiada nacionalmente. Uma delas pelo Ministério das Cidades como exemplo de boa prática dentro da área de saneamento no município de Santo André.*

### **Projeto Gepam**

*Santo André tinha uma parceria com uma universidade do Canadá: o projeto Gepam. Então, a educação ambiental esteve muito presente, principalmente nas oficinas de biomapa. A metodologia que a gente utilizou foi muito significativa porque tentamos entender o território sob o olhar daquelas pessoas que residiam ali e, ao mesmo tempo, aliar a questão técnica com o que é permitido, porque é uma área que envolve uma série de restrições.*

### **Escolas de Formação**

*A gente sempre realizou as oficinas de sensibilização com a população nos bairros, porque lá tudo é muito distante. No Parque América tínhamos uma parceria com os agentes de saúde. Conseguimos o financiamento do Fehidro para criar a Escola de Formação Ambiental Billings, o que nos possibilitou ter um espaço mais estruturado e adequado para realização das atividades de educação ambiental. Havia uma pequena biblioteca; sala multiúso; viveiro de mudas; tinha uma cozinha. Tudo o que a gente imaginava de possibilidade para alinhar a educação ambiental com a geração de renda, fazíamos.*

**Elaine Colin,**  
gerente de educação  
ambiental do Semasa

## Trechos da entrevista com *Leandro Wada Simone\**

### Ato de coragem

"Tínhamos uma 'cópia' do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa na subprefeitura, que era o Departamento de Meio Ambiente. Hoje penso que foi um ato de coragem e muita responsabilidade terem criado uma estrutura tão grande para uma área com poucas pessoas morando – mais de 50% do território de Santo André, mas com uma população entre 6, 7 mil, quase 1% da população morando nessa área. Então, essa inovação tem muita relação com a 7.733: de olhar para o território e entender que a maior parte do manancial estava nessa região. É uma visão de futuro do gestor da época, Celso Daniel, que ressaltava a importância do patrimônio histórico, cultural e natural local. Foi essa mistura que fez com que se criasse a subprefeitura, ao meu ver uma visão bastante acertada, porque o resultado a gente tem hoje: uma área bastante preservada, graças a esse período e a essa iniciativa.

### Estudo de áreas

Eu fiz uma comparação de fragmentos da floresta em dois bairros: um mais próximo da rodovia Índio Tibiriçá, com um acesso um pouco mais facilitado, e o outro com um acesso mais difícil, mas também ocupado, por Rio Grande da Serra. Dois loteamentos com situações distintas.

Então, em resumo, meu estudo demonstrou que não houve, nessas duas áreas, desflorestamento. Mas, quando você tem uma floresta nativa, como a gente tem aqui, que é bastante preservada, tem os estágios da floresta. O estágio que a gente mais tem aqui é o segundo estágio, que seria um secundário avançado. Tivemos várias áreas de floresta em estágio avançado. A proximidade dessas florestas também acelera o processo de regeneração do entorno. Florestas mais recentes acabam sendo beneficiadas pela presença dessas florestas mais

maduras. E o que a gente percebe é que essa ação de congelamento que a fiscalização conseguiu fazer permitiu que a regeneração da floresta fosse acontecendo. Temos imagens de áreas onde não existia floresta e passou a ter. Isso aconteceu nos dois lugares. Hoje em dia, não se tem uma área para plantio na região. Isso é um 'problema' bom. Quando um empreendimento precisa de indicação de área para plantio por compensação ambiental, nós não temos, e não é só a área pública. Em área particular, também é difícil. Essas áreas abertas para plantio são poucas. A fiscalização é bastante relevante. O que temos é problema com o turismo irregular; as pessoas vêm aqui para passear e acabam degradando um pouco o ambiente. Mas problema de ter desmatamento por ocupação de moradia, isso está muito sob controle.

### Trabalho contínuo

A partir de 1998, o trabalho de fiscalização vindo com a 7.733 traz uma estrutura de contratação, estruturação de equipes, voltadas para o cumprimento da lei. Em 1998, a equipe não ficava em Parana- piacaba, mas ia praticamente todos os dias para lá. O Newton [Newton José Barros Gonçalves] fez um trabalho bastante metódico e rigoroso, ele foi um cara muito importante nesse processo de fiscalização. Resultados práticos que a gente vê hoje.

O fato de ter deixado pessoas competentes por bastante tempo também influenciou esse método e criou uma cultura de trabalho. Já está meio enraizada. Esse rigor que algumas pessoas tiveram para fazer as coisas de maneira sistemática e constante também é relevante para o resultado que a gente tem hoje.

### Monitoria

O trabalho com os monitores começou em 2002 dentro do Parque Natural Municipal Nascentes de Parana- piacaba e deu certo. É uma coisa que o Ne-

### Trechos da entrevista com *Leandro Wada Simone (cont.)*

*wton sempre falava: 'para ter conservação tem que ter uso'. Mas esse uso tem que ser compatível. É difícil entender na prática, porque uso remete a impacto. No caso dos monitores, eles fazem uso indireto dos recursos naturais, isso tem trazido resultados econômicos para eles e ajuda a preservar. Os monitores participam do manejo com a gente. Esse modelo de fazer junto com quem é da região dá certo, desde que tenha retorno econômico para eles. A gente faz a gestão, a manutenção, a fiscalização e o manejo*

*do Parque no dia a dia; os monitores fazem o uso público, atendem aos visitantes. São autônomos e remunerados direto pelo visitante. Há um potencial para uso público muito grande na região, pois aqui do lado está o Parque Estadual da Serra do Mar.”*

**\* Agente ambiental de unidade de conservação da Secretaria de Meio Ambiente de Santo André.**

## PROJETO CAETÉ – FORMAÇÃO ECOPROFISSIONAL PARA JOVENS

O trabalho do Programa Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo (PJ), desenvolvido na Vila de Paranapiacaba no início dos anos 2000 e depois em 2010 e 2012 com objetivo de oferecer formação ecoprofissional a jovens, deixou saudades e boas referências. Foi ele a grande inspiração do Projeto Caeté – do Instituto Siades, contemplado com recursos do Fungesan em 2021 e executado nos anos de 2022 e 2023. O Siades nasceu em Santo André e durante anos fez parte das reuniões do Comugesan.

O projeto Caeté promoveu formação profissional com intervenções socioambientais na Vila de Paranapiacaba, para jovens entre 14 e 35 anos, a maioria estudantes da rede estadual de ensino. O objetivo foi a formação integral e preparação para inserção no ecomercado de trabalho.

“Percebemos que havia demanda para a ecoformação profissional. O PJ ficou no imaginário coletivo da Vila de Paranapiacaba, pois alguns jovens que passaram pela formação se tornaram monitores ambientais. E outros queriam oportunidade semelhante. Fomos conhecer a metodologia do PJ Reserva da Biosfera, nos envolvemos e aprendemos um pouco da base do programa, com foco na formação integral do ser humano. Depois de um tempo, escrevemos o novo projeto”, conta Sônia Maria Viggiani Coutinho, coordenadora geral do Caeté.

O projeto contemplou dois módulos. No primeiro, foram abordados quatro temas gerais para o “despertar vocacional”: Turismo Sustentá-

Jovens fazem caminhada na trilha da Pontinha, uma das atividades do Projeto Caeté







Participantes do curso  
Turismo Sustentável



Confecção de composteiras  
fez parte dos aprendizados

vel; Produção Agrícola Sustentável; Agroindústria Artesanal; Consumo, Lixo e Arte. O segundo módulo foi realizado para “subsidiar a vocação ecoprofissional”, quando os jovens puderam escolher um dos temas para se aprofundar e todos optaram pelo Turismo Sustentável, cujas atividades se desenvolveram em oito meses, sendo finalizadas em agosto de 2023, com a participação de 16 jovens.

Foram realizadas atividades semanais com aulas práticas e teóricas, campo e oficinas de formação integral, além de atividades complementares optativas. Dentre as atividades de campo foram realizadas visitas à Casa Ecológica - Ilha do Bororé, em Parelheiros, no Parque Ecológico Imigrantes, no Instituto Causambientalis, no Parque Caminhos do Mar e uma viagem para Santos, onde os jovens conheceram o centro histórico, o porto, o Museu do Café, o Monte Serrat e o Aquário.

### **Formação integral**

Mais do que um projeto de formação profissional, o Caeté buscou a formação integral do indivíduo, desenvolvendo o relacionamento do jovem consigo mesmo e com o outro, com o local, entendendo o papel que exerce na comunidade e no mundo. “É um mergulho psicológico. Os alunos entram de um jeito e saem de outro”, diz Sônia. “Quando estivemos na escola para convidar os jovens a participar do projeto, havia um rapaz no fundo da sala, que não conversava com outros jovens, usava capuz. Depois da formação, se tornou parte do receptivo de turismo na Vila de Paranapiacaba e hoje adora falar”, exemplifica.

Para Leandro Wada, conforme o curso avança, os jovens “viram a chave” e passam a se interessar mais pelo conteúdo e por frequentar as aulas, passam a perguntar mais.



Os resultados do trabalho do Projeto Caeté foram registrados em dois produtos: um livro e um vídeo (na página Instituto Siades, no YouTube), que reúnem os relatos das atividades desenvolvidas ao longo dos oito meses de formação. O livro está disponível para *download* no *site* do Instituto Siades (<https://www.institutosiades.org.br/projeto-caete-formacao-ecoprofissional-para-jovens/>)

Participantes do projeto podem se tornar monitores de turismo local e apresentar a Vila histórica de Paranapiacaba para visitantes



Capa do livro do projeto Caeté, desenvolvido com jovens de Paranapiacaba com recursos do Fungesan



Frames do vídeo com depoimentos de alunos envolvidos no projeto

# Notas

## 1998 GEPAM

O Projeto Gepam foi realizado na região do Parque Andreense, numa parceria entre a Prefeitura de Santo André e a CIDA (Canadian International Development Agency). Projeto seguiu até 2004.

## 2001 Festival de Inverno

Criação da Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense e realização do primeiro Festival de Inverno de Paranapiacaba com objetivo de impulsionar o desenvolvimento local.



Jornal *DGABC* informa sobre aumento nas vendas dos comerciantes da Vila de Paranapiacaba durante o Festival de Inverno

## 2002 Compra da Vila

Celso Daniel assina compra da Vila de Paranapiacaba da Rede Ferroviária Federal.



Matéria do *DGABC* sobre a criação da Subprefeitura

## AMA

Criada a AMA-Paranapiacaba (Associação de Monitores Ambientais e Culturais), organização não governamental formada por moradores na Vila, capacitados para atendimento turístico, educação ambiental e patrimonial.

## Conselho

Instalado o Conselho Municipal de Representantes de Paranapiacaba e Parque Andreense, que seguiu até 2009.

## 2003 Parque Nascentes

Criada a Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba, que protege 426 hectares de Mata Atlântica.



Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba

## Cambuci

Realizado primeiro Concurso Pratos e Receitas de Paranapiacaba, tendo o cambuci como carro-chefe.

## 2005 Atlas I

Publicada primeira edição do Atlas do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba.

## 2007 ETE Parque Andreense

Em março, primeira Estação de Tratamento de Esgoto do Parque Andreense é inaugurada, atendendo a 2,5 mil habitantes do Parque Represa Billings III.



Estação de Tratamento de Esgoto Parque Andreense

## 2008 Atlas II

Nova edição do Atlas do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba: revelando o nosso Parque, com capítulo dedicado à gestão sustentável da Unidade de Conservação, informações fundiárias e de manejo.



Capa do Atlas, revisto e ampliado na edição de 2008

## 2010 Secretaria de Gestão

Reforma administrativa extingue Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense e cria a Secretaria de Gestão de Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense.

## 2011 Premiação

Experiência EFA Billings e a utilização de jogos educativos nos Programas de Educação Ambiental de Santo André no IX Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos conferem troféu de Melhor Prática de Educação Ambiental em Recursos Hídricos à equipe da escola andreense, ofertado pelo Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas.



Equipe da EFA Billings no Diálogo Interbacias de Educação Ambiental

## 2012 Plano de Manejo

Em dezembro é publicado o Plano de Manejo Participativo do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba.

## Diagnóstico

Realizado o Diagnóstico da Cobertura Vegetal de Paranapiacaba e Parque Andreense.

## 2016 Reconhecimento

Plano de Educação Ambiental para Gestão e Conservação dos Recursos Hídricos, desenvolvido pela Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense em parceria com o Semasa e Secretaria de Educação e Diretoria Regional de Ensino de Santo André, recebe o Prêmio Von Martius de Sustentabilidade, na categoria Humanidade. O trabalho ficou com o 2º lugar entre 133 iniciativas de todo o Brasil.



## 2017 **Secretaria de Meio Ambiente**

Gestão do Parque Andreense e Vila de Paranapiacaba passam para a recém-criada Secretaria de Meio Ambiente.

### **PAC**

Entrega de obras do PAC Cidades Históricas: antiga garagem de locomotivas; galpão de oficinas; fachada da biblioteca; antigo almoxarifado do SPR.



Espaço da forjaria dos ferroviários, que estava desativado, foi reformado

## 2018 **Obras**

Obras e reformas: Centro de Informações Turísticas; Casa Fox; antigo mercado; Centro de Documentação; base Corpo de Bombeiros. Ruas ganham sinalização turística, placas indicativas e Wi-fi.



Placas com novas sinalizações turísticas

## 2019 **Novas melhorias**

Igreja Bom Jesus e Museu Castelinho são reformados. São restauradas 14 casas e a Torre do Relógio também é reformada.

## 2020 **Reformas**

Reforma da cabine de Sinais e da cabine de manobras.

## 2021 **Veículo**

Adquirido novo veículo Hilux para combate a incêndio.



### **Feira**

Realização da Feira Literária de Paranapiacaba *on-line*.

### **Guaritas**

Entregues guaritas do Parque Nascentes.



Reformas em duas edificações do Patrimônio Histórico

## 2022 **Monitoramento**

Instalação de equipamentos de videomonitoramento na Vila.

## 2023 **Novo Conselho**

Em agosto de 2023 é instituído o Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba, composto de seis representantes do poder público e seis da sociedade civil.

# 13

## NOVOS TEMPOS



Sarau marcou lançamento do livro sobre o projeto "Água, Câmera e Ação", 2024

Vista aérea do Aterro Municipal de Santo André



**O** pioneirismo do saneamento integrado, incluindo a gestão ambiental, fez do Semasa um órgão precursor em diferentes aspectos ambientais, sendo um referencial para outros municípios e até mesmo para nortear a Política Nacional de Saneamento Básico. O modelo integrado de Santo André, no entanto, começou a mudar em setembro de 2017 com a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e se consolidou com a transferência da gestão dos serviços de água e esgoto para a Sabesp, em 2019.

Ainda assim, uma coisa não mudou: após 25 anos, a cidade de Santo André permanece como um dos municípios brasileiros referência na gestão ambiental. Ao longo do tempo, construiu o alicerce que pautam iniciativas, programas e políticas públicas que zelam por manter a interlocução transversal que o meio ambiente requer, uma vez que também depende de investimentos realizados na melhoria da saúde, habitação, educação, transporte, segurança hídrica, entre outras. O fortalecimento dos conselhos municipais setoriais; a criação de conselhos gestores em unidades de conservação e a participação da sociedade civil por meio dos projetos aprovados no Fungesan são alguns exemplos de como o município vem demonstrando a preocupação em buscar novos avanços na pauta ambiental.

## SANTO ANDRÉ NA COP 28

Em dezembro de 2023, algumas das ações realizadas no município chegaram à audiência internacional, a partir de um painel promovido pela Sabesp durante a COP 28 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. O prefeito Paulo Serra foi convidado a discursar no painel “Adaptação à Mudança: Percepção sobre a Resiliência Hídrica nas Cidades Brasileiras”.

Para Paulo Serra, a participação na COP 28 foi uma “grande oportunidade” para levar iniciativas locais que apoiam a criação de uma cidade mais resiliente e adaptada para enfrentar as adversidades da mudança do clima. O prefeito tratou de ações estruturantes como obras de drenagem, bem como projetos de implantação de usinas fotovoltaicas na cidade (fundamental para contribuir com a meta brasileira de transição energética), programas de incentivo à coleta seletiva, como o Moeda Verde, além de abordar o Centro de Resiliência às Emergências de Defesa Civil.





Prefeito Paulo, segundo da esquerda para a direita, na COP 28, durante discurso de apresentação dos avanços de Santo André

## SANTO ANDRÉ 500 ANOS

Dentro do projeto “Santo André 500 anos”, cujo objetivo é pensar a cidade para os próximos 30 anos, estão em andamento ações como o Inventário Municipal de Gases do Efeito Estufa (projeto financiado com recursos do Fumgesan), além de manutenção e atualização de planos municipais (Plano Diretor; Plano de Metas; Plano de Educação Ambiental; Plano Municipal de Saneamento Básico; Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Pedroso e Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba etc) que dão base à construção de um planejamento urbano mais sustentável.

Além disso, Santo André mantém a proteção ambiental como uma das prioridades dentro da gestão pública, com a efetiva fiscalização preventiva e corretiva das fontes poluidoras na área urbana e nas áreas naturais protegidas.

Os investimentos na educação e sensibilização ambiental fazem parte das ações que chamam a sociedade para participar da gestão de uma cidade resiliente, pois promovem o desenvolvimento de novas habilidades e inspiram atitudes dos munícipes em relação às questões ambientais. Os inúmeros cursos, palestras, programas e ações realizados pela gestão ambiental do Semasa colaboraram diretamente para a perenidade dessa construção coletiva.

Outra característica do município é buscar a interlocução com a sociedade civil e incentivar o controle social das políticas públicas ambientais. Isso é possível em instâncias como o Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambien-



tal de Santo André e o Conselho Municipal de Representantes de Paranapiacaba e Parque Andreense, para citar dois exemplos. Os projetos contemplados pelo Fungesan também perseguem a necessidade de tratar de temas prementes para a cidade, como a formação ecoprofissional para jovens em Paranapiacaba (Projeto Caeté) e o da agrofloresta comunitária nos arredores do Córrego Alzira Franco.

Santo André caminha na construção de uma Política Municipal de Combate às Mudanças Climáticas, colaborando localmente com a meta brasileira no Acordo de Paris, cujo objetivo é reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% em 2025 e 43% em 2030 (em relação aos níveis de 2005). Para isso, diferentes ações já foram efetivadas e outras estão em curso: Elaboração de Diagnóstico de Áreas Verdes; Inventário de Gases de Efeito Estufa; Plano Municipal de Redução de Riscos; Plano de Mobilidade Segura e Inclusiva e Modernização da Frota Pública.

## Trechos da entrevista com *Fabio Picarelli\**

### **Semasa abriu caminhos**

*“Foi o trabalho árduo por parte da autarquia que transformou a cidade de Santo André numa referência. O Semasa construiu um legado grande para a cidade, pois toda a estrutura existente hoje vem do trabalho desenvolvido ao longo dos anos. Em primeiro lugar, temos de registrar o trabalho de excelência prestado. A partir de 2017, com a criação da Secretaria de Meio Ambiente, o trabalho vem sendo organizado e administrado de forma compartilhada entre a autarquia e a secretaria. A gestão da macrozona de proteção ambiental é dividida entre o Semasa e a SMA: o Semasa responde pelas áreas do Recreio da Borda do Campo, Parque Miami, Jardim Riviera e Parque do Pedroso e a SMA pelo Parque Andreense e Paranapiacaba. A gestão da macrozona urbana é feita pelo Semasa. Essa divisão foi muito útil à medida que, afora a proteção ambiental dessa macrozona, se atribuiu a gestão dos parques municipais para a SMA, antes sob responsabilidade da Secretaria de Obras. Além disso, foi criado o Departamento de Bem-estar Animal, que era inexistente até 2017.*

### **Resgate de animais**

*A Secretaria de Meio Ambiente registra uma média de 400 resgates de animais silvestres ao ano, que*

*saem da área de conservação para área urbana. Esse trabalho é coroado com a chegada do Hospital Público Veterinário, mas boa parte desses resgates acaba com a devolução às nossas unidades de conservação, o que mantém o bioma, a fauna e a flora protegidas. O resgate é um serviço que estava desativado e voltou a acontecer com a criação do Departamento de Bem-Estar Animal e hoje em dia é um dos serviços mais importantes do departamento, juntamente com ações como o Moeda Pet, no qual um quilo de garrafas plásticas (cerca de 20 unidades) pode ser trocado por um quilo de ração para alimentar gatos ou cachorros. Além de recolhermos o plástico do meio ambiente, ajudamos as ONGs credenciadas e que atendem a animais mais vulneráveis, e também ajudamos a gerar renda para os trabalhadores das cooperativas que atuam no Aterro Municipal.*

### **Gestão de parques**

*Os parques da cidade eram geridos pela Secretaria de Obras, por meio do Departamento de Parques e Áreas Verdes. Com a migração para a Secretaria do Meio Ambiente, a gestão dos parques ganhou um olhar ambiental para a zeladoria desses espaços. Em obras, a manutenção dos parques competia com a zeladoria da cidade inteira,*

## Trechos da entrevista com *Fabio Picarelli (cont.)*

o que deixava a atenção aos parques aquém do que a população pedia, principalmente na manutenção de pistas de corrida, pinturas e conservação de parquinhos (playground). Já na Secretaria de Meio Ambiente, os parques ganharam maior atenção. Criamos um sistema de gestão que, em vez de fazer uma grande licitação para manutenção dos parques, os fornecedores que atuam nos parques passaram a investir em material ou serviço para mantê-los, como forma de contrapartida. Isso trouxe maior eficácia e rapidez nas ações de manutenção dos parques.

Temos mais de 60% de áreas verdes protegidas, produtoras de água, mas temos nos parques alguns 'pedaços de mata', que são importantes para aproximar o cidadão que mora na parte urbana do convívio com a natureza. São 11 parques na cidade, distribuídos geograficamente por toda a cidade. Praticamente todo morador tem um parque próximo. O ar-condicionado mais eficaz que temos é a árvore. Todo trabalho de resiliência, de preparação da cidade para as mudanças climáticas, envolve a questão dos parques e da arborização da parte urbana para os próximos 15 anos.

### Fiscalização de mananciais

Do Parque Andreense até Paranapiacaba são 87 quilômetros quadrados de território e nossa fiscalização não deixa passar nada. Se o morador cons-

truir um muro fora do padrão, vai ter que demolir. À medida que fazemos cumprir a lei, estamos dando exemplo para que não se construa sem a orientação do corpo técnico da prefeitura. Aliás, a reclamação mais freqüente que temos é justamente do trabalho da fiscalização, o que só prova a eficiência da equipe que está lá fiscalizando. Essa eficiência se dá também pelo planejamento e fiscalização preventiva e por drone, equipamento que chega rápido e é barato. É um trabalho que tenho muito orgulho e que aparece pouco para a população que vive na área urbana. Temos uma fiscalização que poucas cidades têm. E todos fiscais foram treinados pelo Semasa. Por isso, a importância dos 25 anos da gestão ambiental feita pela autarquia. Pensando na questão da resiliência, o maior legado que Santo André deixará para seus filhos e netos é justamente a proteção de toda essa área de mananciais, que vai ser o maior ativo do futuro – a produção de água. É bom destacar isso. E o próprio andreense que vive na área urbana ainda não tem essa noção. Eu mesmo só vim a saber da macrozona ambiental de Santo André com 40 anos. Temos também um programa na rede municipal de ensino que se chama Escola Amiga do Meio Ambiente, no qual tratamos da importância ambiental, da reciclagem. Esse programa conscientiza sobre as áreas verdes e sua importância para a produção de água.”

\* Secretário de Meio Ambiente de Santo André



Resgate de animais silvestres aumentou no município



Parque Central: sob responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente, manutenção dos espaços ganhou agilidade



Parque Guaraciaba foi investimento realizado com recursos da compensação ambiental



Moeda Pet: Moradora de Santo André troca garrafas PET por ração para animais domésticos

## ESTRUTURA TÉCNICA-AMBIENTAL DO SEMASA

Na estrutura técnica-ambiental do Semasa permanecem as áreas de gestão ambiental e de resíduos sólidos, as quais o superintendente do Semasa, Ajan Marques de Oliveira, entende como fundamentais para a manutenção de serviços bem-avaliados e inovações futuras na área ambiental. Ajan tem história na autarquia. Sua estreia na casa foi durante o governo Newton Brandão (1993-1996), quando o Semasa ainda respondia apenas por água e esgoto. Em sua segunda passagem, em 2017, conheceu um Semasa com serviços integrados. E foi em 2021 que chegou novamente para o cargo da Superintendência.

### Oportunidade

Segundo Ajan, a integração dos serviços em uma única autarquia foi uma “oportunidade” para que houvesse um olhar mais amplo para os serviços públicos na área ambiental. “Foi um período bastante profícuo para a área do desenvolvimento ambiental”, afirma. No entanto, prossegue Ajan, “por questões financeiras, foi preciso abrir mão das áreas de água e do esgoto”, em alusão à concessão dos serviços para a Sabesp.

Ajan lembra que Santo André sempre foi referência, sendo a cidade embrião do que veio a ser a Cetesb posteriormente. E pondera que o Semasa “não parou”. Além do DGA, mantém o Departamento de Resíduos Sólidos, outro importante serviço para o meio ambiente do município. “A vinda da coleta e da limpeza pública para o Semasa foi muito válida. Temos um serviço muito bem avaliado na cidade e um dos melhores aterros públicos do Estado de São Paulo, segundo a Cetesb”, destaca Ajan.

Após 25 anos de gestão ambiental, o Semasa já é conhecido e respeitado na cidade. “De forma geral, acho que a maioria da população já absorveu a necessidade do trabalho prestado pelo Semasa. Os problemas do dia a dia acontecem, mas, em geral, vamos bem. Agora, há, sim, aqueles que muitas vezes não querem

entender as restrições ambientais”, diz o superintendente. “Querem aprovar empreendimento em área de manancial, se movimentam, acham que o superintendente faz a lei, que vai dar um jeito e que pode modificar alguma coisa. É uma questão de falta de informação. Estamos falando de lei”, pontua.

Ainda sobre a área de manancial, assim como o secretário Fábio Picarelli, Ajan lembra a importância da fiscalização, inclusive com uso de drones e helicóptero, e dos plantios na zona de proteção ambiental, que foram determinantes para que a cidade estivesse dentre as que menos desmatou ao longo dos anos: “Uma área de preservação ambiental não é só para dizer que é de preservação. Ela é importante, de fato. Tem uma função importante que as pessoas precisam entender. O Semasa não pode se omitir; é um órgão público que recebe questionamentos do Ministério Público, Tribunal de Contas e da sociedade, por meio do Comugesan.”

Se ainda falta maturidade de alguns, ela não é maioria. “De forma geral, entendendo que o licenciamento em Santo André está muito ‘redondo’, com melhoria nos prazos de emissão. O que não dá é para passar por cima da lei, como às vezes querem alguns. Nossos profissionais têm atuado com efetividade e transparência”. A digitalização do licenciamento, que permitiu ao interessado acompanhar todo o trâmite do processo de emissão pela internet, foi um grande ganho, pondera o superintendente: “Está tudo lá, documentado. Para entrar, usa-se uma senha pessoal; não há como mudar nada no sistema sem que isso fique registrado. Além do quê, todo parecer é técnico, feito por um funcionário de carreira”.

## Questão de futuro

Ajan acredita que em 30 anos, quando Santo André completará 500 anos, o desenvolvimento da cidade estará mais ajustado com os cuidados ambientais. “Os próprios *players* [investidores] vão trabalhar para que isso aconteça. É uma questão de futuro. Para nós, para os nossos filhos, para os nossos netos. Vamos continuar trabalhando para sermos cada vez mais atuantes e aperfeiçoar os serviços, com o trabalho de conscientização e de educação ambiental”.

Há ainda o desejo de consolidar o Parque Natural Municipal do Pedroso como um espaço de turismo ecológico sustentável, de pesquisa científica, de lazer e integração entre o homem e o meio ambiente. Eventos com a participação da comunidade têm sido fundamentais para integrá-la à Unidade de Conservação. Parte das ações é fruto de compensação ambiental, sem investimento dos cofres públicos. Outras melhorias apontadas em diagnósticos realizados pelo Plano de Educação Ambiental e Comunicação do Parque do Pedroso estão previstas, assim como ocorreu com a retomada do pedalinho, reaberto em 2024.

Santo André e o Semasa seguem sendo planejadas hoje para que o futuro reserve mais capítulos de excelência e reconhecimento no âmbito da gestão ambiental.





## Posfácio : VALORIZAR A NOSSA HISTÓRIA

O debate sobre a questão ambiental sempre existiu. Desde o surgimento da espécie humana, há poluição ambiental, impactos ambientais. A nossa interação com o meio ambiente é natural e necessária. Não tem como ficarmos sem água, sem ar, sem o solo para viver. As questões ambientais são fundamentais para nossa sobrevivência. Enquanto seres humanos, queremos pertencer ao meio; nós, como seres racionais, não estamos fora do meio. Fazemos parte dele.

O comportamento humano ao longo dos anos faz parecer que estamos fora ambiente. Mas isso está mudando. Até porque vivemos uma emergência. A temperatura e todas as questões climáticas estão mudando. As plantas estão florescendo em épocas diferentes, porque elas sentem as mudanças climáticas.

Mesmo diante de todo esse contexto adverso, o Semasa, que sempre foi um órgão técnico ambiental vital para Santo André, torna-se ainda mais crucial. Temos de valorizar a nossa história, porque é uma história de peso, é referência na cidade. O corpo técnico do Semasa faz isso muito bem; são pessoas comprometidas que valorizam o trabalho e a cidade como um todo.

Precisamos nos unir e nos fortalecer como equipe para criarmos novas políticas e atualizar as que existem, porque muita coisa já mudou. Precisamos cada vez mais nos firmar tecnicamente. O conhecimento que a equipe do Semasa adquiriu, ninguém tira. É um conhecimento muito sólido.

Temos também de valorizar a questão da educação, espalhar esse conhecimento. Quando conhecemos, sabemos onde queremos chegar e cuidamos. Sempre falamos isso na educação ambiental: ‘quando eu acho significativo para mim, eu faço’.

Precisamos ir além de sensibilizar as pessoas para que consigam agir. Porque a educação ambiental tem alguns passos: informação, sensibilização, conscientização. Investir no conhecimento, na divulgação do conhecimento, na formação e valorização da equipe que temos aqui vai nos manter firmes para as ações futuras.

*Eriane Justo Luiz Savóia*

Diretora do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa

## FUNCIONÁRIOS DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL

Aos servidores e servidoras do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa, que todos os dias trabalham na construção de uma cidade melhor, o nosso agradecimento.

### DIRETORIA

Eriane Justo Luiz Savóia  
*Diretora*

Nathalia Oliveira Padovanni  
*Assessora de Gabinete*

Davi Augusto Vieira  
*Encarregado de Atividades Comugesan*

Fernando Arlei Cruseiro  
*Agente Ambiental*

Carmen Vânia Nunes  
*Agente de Atendimento*

### GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Fernanda Longhini Ferreira  
*Gerente*

André Pereira dos Passos  
*Estagiário de Engenharia Ambiental*

Daniel Vicente Batista  
*Encarregado de Licenciamento Ambiental*

Fábio Muller Hirai  
*Engenheiro Ambiental*

Hélio Ribeiro da Silva Filho  
*Agente Ambiental*

Júlio Felix Cipas  
*Estagiário de Biologia*

Lucas Lourenço Rodrigues da Cunha  
*Assessor de Gabinete*

Maria Antonieta Fonseca Albuquerque  
*Engenheira Civil*

Milton Sils de Andrade Neto  
*Geólogo*

Natália Morellato Caltabiano  
*Engenheira Ambiental*

Patricia Avelar Ferreira  
*Tecnóloga*

Renato Fontes  
*Auxiliar Administrativo*

Valquíria Ferrari  
*Química*

Washington Carlos de Almeida  
*Engenheiro Químico*

### GERÊNCIA DE CONTROLE AMBIENTAL

Rodrigo Romão  
*Gerente*

Adauto Januario da Silva  
*Motorista*

Alessandro Botezeli  
*Motorista*

Alyne Cristina Juliano Carrasco  
*Agente Ambiental*

Brenno Juan Silva Sabino  
*Bolsista*

Brunessa Aparecida Davide  
*Líder*

Celso Cavalcante Moreira  
*Agente Ambiental*

Cesar Leandro Campagnoli Neto  
*Fiscal*

Clesia Menezes Pires  
*Fiscal*

Clovis da Silva  
*Motorista*

Eduardo Lucio Santos Silva  
*Líder*

Eliomar Ferreira de Souza  
*Fiscal*

Evandro Ricardo de Oliveira  
*Ajudante de Manutenção*

Hamilton Pereira Freire  
*Motorista*

Kátia Zacharias  
*Líder*

Luiz Carlos de Souza  
*Motorista*

Marina Canever Schneider  
*Encarregada*

Raphael Alberto Martins Pedro  
*Encarregado*

Renato Haruo Ikeda  
*Agente Ambiental*

Ricardo Alberto Amaral  
*Técnico Químico*

Ricardo Elias Lourenço  
*Operador de Máquina Pesada*

Sandra Ferreira de Moraes  
*Fiscal*

Valdir Freitas da Silva  
*Motorista*

### GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO AMBIENTAL

Elaine Cristina da Silva Colin  
*Gerente*

Paula Regina Padiál  
*Bióloga*

Priscilla Martins Mendes Ciarallo  
*Agente Ambiental*

Rafaela de França  
*Encarregada de Extensão Ambiental*

Rodrigo de Arruda Gonçalves  
*Agente Ambiental*

Therezinha de Jesus Zanusso  
*Auxiliar Administrativo*

Sabrina Jeronimo  
*Pedagoga*

Washington de Araújo  
*Motorista*

### PARQUE DO PEDROSO

Adriano Louback da Silva  
*Bolsista*

Alexandre Alves Ferreira  
*Ajudante de Manutenção*

Clarice dos Santos Grauer  
*Telefonista*

Claudinei da Conceição Aquino  
*Encanador*

Daiane da Silva Bolsista  
*Bolsista*

Denis Rodrigo de Souza Silva  
*Bolsista*

Ednaldo Jardim Leoncio Junior  
*Bolsista*

Eduardo Campos da Silva  
*Ajudante de Manutenção*

Eduardo dos Santos Bento  
*Ajudante de Manutenção*

Emerson Domingos Xavier  
*Bolsista*

Ibrahim de Lira  
*Encanador*

João do Carmo de Souza  
*Pedreiro*

José Teodoro Semeão  
*Encanador*

Kaique Fernando Fortini  
*Bolsista*

Luciano de Souza  
*Líder*

Luiza Rodrigues Camargo  
*Bolsista*

Luis Carlos Fornari  
*Motorista*

Mônica dos Santos Francisco  
*Servente Geral*

Paula Patrícia do Nascimento  
*Bolsista*

Regiane Caetano de Paula  
*Bolsista*

Regina Ferreira de Souza  
*Bolsista*

Ronie Santana de Souza  
*Ajudante de Manutenção*

Rosiane Santana Barbosa  
*Bolsista*

Sidnei de Oliveira  
*Servente Geral*

Valter Domingos Maciel  
*Nivelador*

Valzir Bado  
*Líder*

Wilson Gonçalves Santos  
*Porteiro*

## CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ

### BIÊNIO 2023-2024

#### SOCIEDADE CIVIL

- **PROLEG: Promotoras Legais Populares de Santo André**  
Titular: *Elena Maria Rezende*  
Suplente: *Julia Cesar Tavares Bastos*
- **Movimento de Defesa dos Direitos dos Moradores em Núcleos Habitacionais de Santo André: MDDF**  
Titular: *Josenilda Maria da Silva*  
Suplente: *Carolina Estefano*
- **Clube da Família do Parque Andreense**  
Titular: *Alexandre Almeida Oshiro*  
Suplente: *Alexandre Gomes Fernandes*
- **Associação Comercial e Industrial de Santo André (Acisa)**  
Titular: *Ana Maria Delgado de Souza Mascaro*  
Suplente: *Fábio Augusto Franchin*
- **Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santo André (Sindserv)**  
Titular: *Clayton Mendes da Costa*  
Suplente: *Eduardo Augusto Serrano*
- **Sindicato dos Professores de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (Sinpro)**  
Titular: *Edilene Arjoni Moda*  
Suplente: *Nelson Bertarello*
- **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP)**  
Titular: *Dânia Brajato*  
Suplente: *Ana Claudia Galeazzo*
- **Ordem dos Advogados do Brasil: 38ª Subseção**  
Titular: *Joyce de Cillo Rios*  
Suplente: *Glauca Bueno Quirino*
- **Universidade Federal do ABC (UFABC)**  
Titular: *Luciana Pereira*  
Suplente: *Claudia Boian*
- **Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC (MDV)**  
Titular: *Raquel Fernandez Varela*  
Suplente: *Marta Angela Marcondes*

- **Conselho Municipal de Representantes de Paranaapiacaba e Parque Andreense**  
Titular: *Valeria Clednev*  
Suplente: *Elizabeth Lima Gonçalves*
- **Coletivo Núcleo de Ações Socioculturais Ativista (Nasa)**  
Titular: *Cleyton Silva Cardoso*  
Suplente: *Sandro Vinicius Ortega Nicodemo*
- **Representante dos Moradores de APRM- Parque Miami**  
Titular: *Jamille Maria Ferreira*

#### PODER PÚBLICO

- **Superintendência do Semasa e Presidência do Comugesan**  
Titular: *Ajan Marques de Oliveira*  
Suplente: *Ronaldo Paes de Castro*
- **Departamento de Gestão Ambiental do Semasa e Secretaria Executiva do Comugesan**  
Titular: *Eriane Justo Luiz Savóia*  
Suplente: *Nathalia Oliveira Padovanni Pinto*
- **Coordenadoria de Assuntos Jurídicos do Semasa**  
Titular: *Alexandre Cordeiro de Brito*  
Suplente: *Lilian Chinez Moreno*
- **Departamento de Resíduos Sólidos**  
Titular: *Edinilson Ferreira dos Santos*  
Suplente: *Eudes Farina Grandolpho*
- **Secretaria de Meio Ambiente da PMSA**  
Titular: *Paulo Henrique Borges de Oliveira*  
Suplente: *Andrea Martins*
- **Secretaria de Educação da PMSA**  
Titular: *Edilene Vieira Fazza*  
Suplente: *Katia Figueiredo da Costa Ribeiro*
- **Gerência de Controle Ambiental + Gerência de Planejamento e Licenciamento Ambiental do Semasa**  
Titular: *Rodrigo Romão*  
Suplente: *Fernanda Longhini Ferreira*



• **Gerência de Educação e Mobilização Ambiental e Coordenadoria de Comunicação Social do Semasa**

Titular: *Rafaela de França*

Suplente: *Paloma Alvarez Alonso*

• **Secretaria de Saúde da PMSA**

Titular: *Zilda Rodrigues de Lima*

Suplente: *Andréia Rosária C. F. de Oliveira*

• **Departamento de Manutenção de Áreas Verdes e Departamento de Manutenção e Obras da PMSA**

Titular: *Carla Freitas Affonso*

Suplente: *Nilson Oliveira Bispo*

• **Departamento de Proteção e Defesa Civil e Departamento de Planejamento e Obras da PMSA**

Titular: *Priscila de Oliveira*

Suplente: *Karla Sanches*

• **Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária da PMSA**

Titular: *Mayra Caroline de Moura da Silva Arcanjo*

Suplente: *Eduardo de Andrade Bedin*

• **Secretaria de Planejamento Estratégico e Licenciamento da PMSA**

Titular: *Acácio Miranda da Silva Filho*

Suplente: *Marília Formoso Camargo*

## **SUPERINTENDENTES, SUPERINTENDENTES-ADJUNTOS, DIRETORES DE GESTÃO AMBIENTAL, ASSISTENTES E GERENTES DO DGA**

### **2024**

Superintendente: Ajan Marques de Oliveira

Superintendente-adjunto: Edinilson Ferreira dos Santos

Diretora de Gestão Ambiental: Eriane Justo Luiz Savóia

Assistente: Nathalia Padovanni

Gerente de Controle Ambiental: Rodrigo Romão

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:

Fernanda Longhini Ferreira

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Elaine

Cristina da Silva Colin

### **2023**

Superintendente: Ajan Marques de Oliveira

Superintendente-adjunto: Edinilson Ferreira dos Santos

Diretora de Gestão Ambiental: Eriane Justo Luiz Savóia

Assistente: Nathalia Padovanni

Gerente de Controle Ambiental: Rodrigo Romão

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:

Fernanda Longhini Ferreira

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Elaine

Cristina da Silva Colin

### **2022**

Superintendente: Gilvan Ferreira de Souza Junior

Superintendente-adjunto: Ajan Marques de Oliveira

Diretora de Gestão Ambiental: Eriane Justo Luiz Savóia

Assistente: Nathalia Padovanni

Gerente de Controle Ambiental: Raphael Alberto Martins

Pedro

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:

Fernanda Longhini Ferreira

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Elaine  
Cristina da Silva Colin

### **2021**

Superintendentes: Ricardo Kondratovitch

Gilvan Ferreira de Souza Junior

Superintendente-adjunto: Ajan Marques de Oliveira

Diretora de Gestão Ambiental: Eriane Justo Luiz Savóia

Assistente: Nathalia Padovanni

Gerente de Controle Ambiental: Cleonice de Almeida

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:

Fernanda Longhini Ferreira

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Elaine

Cristina Colin

### **2020**

Superintendente: Ricardo Kondratovitch

Diretora de Gestão Ambiental: Eriane Justo Luiz Savóia

Assistente: José Rogério Santana

Gerente de Controle Ambiental: Cleonice de Almeida Pinto

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:

Fernanda Longhini Ferreira

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: João

Aparecido Mendes

### **2019**

Superintendentes: Almir Roberto Cicote

Ricardo Kondratovitch

Superintendente-adjunto: Ricardo Kondratovitch

Diretora de Gestão Ambiental: Eriane Justo Luiz Savóia

Assistente: José Rogério Santana

Gerente de Controle Ambiental: Vanessa Cristina Santiago/Cleonice de Almeida Pinto

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental: Fernanda Longhini Ferreira

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: João Aparecido Mendes

## 2018

Superintendente: Ajan Marques de Oliveira

Superintendente-adjunto: Ricardo Kondratovitch

Diretora de Gestão Ambiental: Eriane Justo Luiz Savóia

Assistente: Márcio Moreno

Gerente de Controle Ambiental: Vanessa Cristina Santiago

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental: Fernanda Longhini Ferreira

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: João Aparecido Mendes

## 2017

Superintendente: Ajan Marques de Oliveira

Superintendente-adjunto: Ricardo Kondratovitch

Diretora de Gestão Ambiental: Alair Magini/ Eriane Justo Luiz Savóia

Assistente: Márcio Moreno

Gerente de Controle Ambiental: Vanessa Cristina Santiago

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental: Fernanda Longhini Ferreira

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: João Aparecido Mendes

## 2016

Superintendente: Sebastião Ney Vaz

Superintendente-adjunto: Roger Gregório

Diretor de Gestão Ambiental: Carlos Pedro Bastos

Assistente: Magner Dantas

Gerente de Controle Ambiental: Márcio Moreno

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental: Fernanda Longhini Ferreira

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Eriane Justo Luiz Savóia

## 2015

Superintendente: Sebastião Ney Vaz

Superintendente-adjunto: Roger Gregório

Diretor de Gestão Ambiental: Carlos Pedro Bastos

Assistente: Magner Dantas

Gerente de Controle Ambiental: Márcio Moreno

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental: Fernanda Longhini Ferreira

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Eriane Justo Luiz Savóia

## 2014

Superintendente: Sebastião Ney Vaz

Superintendente-adjunto: Roger Gregório

Diretor de Gestão Ambiental: Carlos Pedro Bastos

Assistente: Magner Dantas

Gerente de Controle Ambiental: Vanessa Cristina Santiago

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental: Fernanda Longhini Ferreira

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Eriane Justo Luiz Savóia

## 2013

Superintendente: Sebastião Ney Vaz

Superintendente-adjunto: Roger Gregório

Diretor de Gestão Ambiental: Carlos Pedro Bastos

Assistente: Magner Dantas

Gerente de Controle Ambiental: Vanessa Cristina Santiago

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental: Fernanda Longhini Ferreira

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Eriane Justo Luiz Savóia

## 2012

Superintendente: Omar Lopes dos Santos

Diretor de Gestão Ambiental: Angelo Consoni

Assistente: Marcio Moreno

Gerente de Controle Ambiental: Vanessa Cristina Santiago/ Rita Simone Knoop

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental: Flávia Fukushima

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Eriane Justo Luiz Savóia

## 2011

Superintendente: Omar Lopes dos Santos

Diretor de Gestão Ambiental: Roberto Tokusumi

Assistente: Luiz Fernando Bellettato  
Gerente de Controle Ambiental: Vanessa Cristina Santiago  
Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:  
Flavia Fukushima  
Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Eriane  
Justo Luiz Savóia

## 2010

Superintendente: Angelo Pavin  
Superintendente-adjunto: Dovílio Ferrari  
Diretora de Gestão Ambiental: Jarbas Elias Zuri  
Assistente: Luiz Fernando Bellettato  
Gerente de Controle Ambiental : Vanessa Cristina  
Santiago  
Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:  
Flavia Fukushima  
Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Eriane  
Justo Luiz Savóia

## 2009

Superintendente: Angelo Pavin  
Superintendente-adjunto: Dovílio Ferrari  
Diretor de Gestão Ambiental: Jarbas Elias Zuri  
Assistente: Luiz Fernando Bellettato  
Gerente de Controle Ambiental: Vanessa Cristina Santiago  
Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:  
Flavia Fukushima  
Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Eriane  
Justo Luiz Savóia

## 2008

Superintendente: Sebastião Ney Vaz Júnior  
Superintendente-adjunto: Milton Joseph  
Diretor de Gestão Ambiental: Izabel Lavendowski/  
Renata Ferreira / Roberto Vasquez  
Assistente: Elaine Moraes de Albuquerque  
Gerente de Controle Ambiental : Luiz Fernando Bellettato  
Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:  
Nelson Ota/ Flavia Fukushima  
Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Eriane  
Justo Luiz Savóia

## 2007

Superintendente: Sebastião Ney Vaz  
Superintendente-adjunto: Marcelo Bispo  
Diretora de Gestão Ambiental: Izabel Lavendowski

Assistente: Elaine Moraes de Albuquerque  
Gerente de Controle Ambiental : Luiz Fernando Bellettato  
Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:  
Luciana Yuri Toma / Nelson Ota  
Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Eriane  
Justo Luiz Savóia

## 2006

Superintendente: Sebastião Ney Vaz  
Superintendente-adjunto: Marcelo Bispo  
Diretora de Gestão Ambiental: Izabel Lavendowski  
Assistente: Elaine Moraes de Albuquerque  
Gerente de Controle Ambiental : Luiz Fernando Bellettato  
Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:  
Luciana Yuri Toma  
Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Eriane  
Justo Luiz Savóia

## 2005

Superintendente: Sebastião Ney Vaz  
Superintendente-adjunto: Marcelo Bispo  
Diretora de Gestão Ambiental: Izabel Lavendowski  
Assistente: Elaine Moraes de Albuquerque  
Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:  
Luciana Yuri Toma  
Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Eriane  
Justo Luiz Savóia

## 2004

Superintendente: Maurício Mindriz  
Diretora de Gestão Ambiental: Gabriela Priolli de Oliveira  
Assistente: Cristina de Marco Santiago  
Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:  
Luciana Yuri Toma  
Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Helga  
Vicentini Rangel

## 2003

Superintendente: Maurício Mindriz  
Diretora de Gestão Ambiental: Gabriela Priolli de Oliveira  
Assistente: Cristina de Marco Santiago  
Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:  
Luciana Yuri Toma  
Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Valter  
José da Silva/ Helga Vicentini Rangel

## 2002

Superintendente: Maurício Mindrisz

Diretora de Gestão Ambiental: Gabriela Priolli de Oliveira

Assistente: Cristina de Marco Santiago

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:  
Luciana Yuri Toma

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Valter  
José da Silva/ Helga Vicentini Rangel

## 2001

Superintendente: Maurício Mindrisz

Superintendente-adjunto: João Roberto Rocha Moraes

Diretora de Gestão Ambiental: Gabriela Priolli de Oliveira

Assistente: Cristina de Marco Santiago

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:  
Luciana Yuri Toma

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Valter  
José da Silva/ Helga Vicentini Rangel

## 2000

Superintendente: Maurício Mindrisz

Superintendente-adjunto: João Roberto Rocha Moraes

Diretor de Gestão Ambiental: João Ricardo Guimarães  
Caetano

Assistente: Gabriela Priolli de Oliveira

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:  
Patrícia Lorenz Vicente

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Sandra  
Rodrigues Gaspar

## 1999

Superintendente: Maurício Mindrisz

Superintendente-adjunto: João Roberto Rocha Moraes

Diretor de Gestão Ambiental: João Ricardo Guimarães  
Caetano

Assistente: Gabriela Priolli de Oliveira

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:  
Patrícia Lorenz Vicente

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Sandra  
Rodrigues Gaspar

## 1998

Superintendente: Maurício Mindrisz

Diretor de Gestão Ambiental: João Ricardo Guimarães  
Caetano

Assistente: Gabriela Priolli de Oliveira

Gerente de Licenciamento e Planejamento Ambiental:  
Sílvia Passarelli

Gerente de Educação e Mobilização Ambiental: Sandra  
Rodrigues Gaspar



A presente publicação relembra a constituição da Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental (lei 7.733/98) de Santo André, instituidora do Sistema Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental (Simgesa). A partir da criação e integração da Gestão Ambiental ao Semasa, a autarquia se tornou o órgão técnico e executivo responsável pelas ações de educação, fiscalização e licenciamento ambiental na cidade, que tem mais de 60% de seu território dentro da Macrozona de Proteção Ambiental e abriga a maior Unidade de Conservação de Proteção Integral da região – o Parque Natural Municipal do Pedroso.

Inovadora para a época, a lei antecipou-se a um modelo de gestão ambiental integrado, adotado em boa parte pela Política Nacional de Saneamento Básico dez anos depois. Da mesma forma, foi responsável por impulsionar as transformações estruturais e institucionais, referenciando o município como executor de um conjunto de ações em defesa do meio ambiente de Santo André.



ISBN: 978-65-00-86869-2



9 786500 868692

**semasa**  
SERVIÇOS INTELIGENTES  
SANTO ANDRÉ SUSTENTÁVEL

